

Universidade de Brasília

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo

Área de Concentração: Projeto e Planejamento Urbano e Regional

Assistência Técnica em Habitação Social, Extensão Universitária e Residência
Acadêmica: Experiências e Caminhos

Nathália Louise Macêdo Leal

Brasília – DF

2019

Nathálya Louise Macêdo Leal

Assistência Técnica em Habitação Social, Extensão Universitária e Residência
Acadêmica: Experiências e Caminhos

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do grau de Mestre na área de Projeto e Planejamento Urbano e Regional no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília.

Orientadora: Prof. Dra. Liza Maria Souza de Andrade

Brasília – DF

2019

A comissão examinadora, abaixo assinada, aprova a dissertação intitulada Assistência Técnica em Habitação Social, Extensão Universitária e Residência Acadêmica: experiências e caminhos, apresentada em sessão pública por NATHÁLYA LOUISE MACÊDO LEAL, aluna do curso de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília – UnB, para obtenção do título de MESTRE em Arquitetura e Urbanismo, realizada em 20 de fevereiro de 2019.

Membros da Banca Examinadora

Orientadora:

Professora Dra. Liza Maria Souza de Andrade
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – FAU – UnB

Professor Dr. Benny Schvarsberg
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – FAU – UnB

Professora Dra. Heliana Mettig Rocha
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – FAU – UFBA

Suplente

Professor Dr. Valério Augusto Soares de Medeiro
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – FAU – UnB

À Deus toda honra e toda glória, aos meus pais, ao meu esposo Lucas, aos meus filhos Isabela e Rafael que me apoiaram e me inspiraram em todos os momentos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, especialmente:

- À Professora Doutora Liza Maria Souza de Andrade pela sua paciência e generosidade, desde a graduação, e principalmente durante esses dois anos de mestrado, por me indicar o caminho para a excelência na produção acadêmica.
- Ao Professor Doutor Benny Schvarsberg pelos ensinamentos e questionamento constantes durante o mestrado, ensinando-me a refletir sempre com cautela a cada nova questão proposta.
- À Professora Doutora Heliana Faria Mettig Rocha por clarear os caminhos da Residência da UFBA, pela paciência nas minhas dúvidas e solicitações.
- Ao Professor Doutor Valério Augusto Soares de Medeiros, pela contrição na produção acadêmica, pela paciência e cautela na orientação.
- À Professora Doutora Vânia Loureiro pela simpatia e palavras gentis em todos os momentos, principalmente durante o Estágio Docente.
- Às colegas de mestrado Nahara e Ártemis por compartilharem aprendizados, e por persistirem até o final.
- Aos colegas da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, André Leal e Peterson Dayan pela parceria na produção acadêmica, e pela força nos momentos de dificuldades relacionadas à pós-graduação.
- À Mariana Bomtempo pelo amizade e compartilhamento de informações sobre a assistência técnica.
- À Giselle Chaim, por me mostrar outras possibilidades na atuação profissional, e me indicar o caminho da docência como um caminho apaixonante.
- Aos funcionários da secretaria da Pós-Graduação da FAU, principalmente ao Diego, pela sempre boa vontade na resolução de quaisquer problemas administrativos.

- A João Renato Carneiro, coordenador do curso de Design de Interiores do UNIPLAN, pelo apoio e incentivo para a evolução acadêmica e profissional.
- À minha comadre Raquel que se dispôs a discutir as ideias de Paulo Freire e outros educadores, em busca da melhor pedagogia.
- Aos meus pais que sempre me incentivaram nos estudos acima de tudo, que se esforçaram em me proporcionar sempre o melhor possível, serei eternamente grata.
- À minha irmã Éryka que compartilhou comigo o sonho do mestrado na UnB, obrigada pelo apoio em todos os momentos.
- Aos meus sogros que sempre me incentivaram ao mestrado, pelo exemplo me ensinaram a jamais desistir de buscar sempre o seu melhor.
- Ao meu esposo Lucas que em todos os momentos acreditou em mim, e que me deu forças para ir além.
- Aos meus filhos Isabela e Rafael que foram a minha inspiração desde sempre, motivo maior da minha garra e da minha luta diária.
- A todas as pessoas que contribuíram com a realização deste trabalho, agradeço.

SUMÁRIO

SUMÁRIO	7
RESUMO	11
ABSTRACT	12
RESUMEN	13
LISTA DE FIGURAS	14
LISTA DE TABELAS	16
1. 1.NOTAS INTRODUTÓRIAS	17
<hr/>	
1.1. INTRODUÇÃO	18
1.2 A QUESTÃO-PROBLEMA RELACIONADA À POLÍTICA HABITACIONAL	24
1.3 JUSTIFICATIVA: ASSISTENCIA TÉCNICA E EXCLUSÃO URBANA	28
1.4 OBJETIVOS	31
1.4.1 OBJETIVO GERAL	31
1.4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	31
1.5 MÉTODO DE PESQUISA	32
5.1.1 ETAPAS DA PESQUISA	36
2. 2.ASSISTÊNCIA TÉCNICA E A GESTÃO DEMOCRÁTICA DAS CIDADES	42
<hr/>	
2.1. INTRODUÇÃO	43
2.2. A GESTÃO HETERÔNOMA NA POLÍTICA HABITACIONAL	46

2.3.	A ERA DOS CONJUNTOS HABITACIONAIS: O DIRECIONAMENTO PARA PLANOS HABITACIONAIS	51
2.4.	A LEI DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA COMO INSTRUMENTO DA POLÍTICA URBANA	55
2.5.	DA EXPANSÃO DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA À GESTÃO DEMOCRÁTICA DAS CIDADES	63
2.6.	CONCLUSÃO	65
3.	3.ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: EXPERIÊNCIAS	67
3.1.	INTRODUÇÃO	68
3.2.	ASSISTÊNCIA TÉCNICA, EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E ESCRITÓRIOS MODELOS NO ÂMBITO NACIONAL	71
3.2.1.	ASSISTÊNCIA TÉCNICA NA REGIÃO NORTE	75
3.2.2.	ASSISTÊNCIA TÉCNICA NA REGIÃO NORDESTE	79
3.2.3.	ASSISTÊNCIA TÉCNICA NA REGIÃO CENTRO-OESTE	92
3.2.4.	ASSISTÊNCIA TÉCNICA NA REGIÃO SUDESTE	98
3.2.5.	ASSISTÊNCIA TÉCNICA NA REGIÃO SUL	109
3.3.	UEMA E USP : ALGUMAS EXCEÇÕES	117
3.4.	O CASO DOS INSTITUTOS FEDERAIS	123
3.5.	ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO ÂMBITO INTERNACIONAL	126
3.5.1.	A REVITALIZAÇÃO DO ANN ARBOR`S BROADWAY PARK, UNIVERSIDADE DE MICHIGAN, ESTADOS UNIDOS	127

3.5.2.	CENTRO DE PESQUISA EM DESENHO PARA A COMUNIDADE, UNIVERSIDADE ESTADUAL DE NOVA IORQUE, ESTADOS UNIDOS	128
3.5.3.	O ESCRITÓRIO CLAERWATER STUDIO, UNIVERSIDADE DE MANITOBA, CANADÁ	129
3.5.4.	O ESCRITÓRIO MODELO EM SEATTLE, UNIVERSIDADE DE WHASHINGTON, ESTADOS UNIDOS	132
3.6.	CONCLUSÃO	135
4.	4.ASSISTÊNCIA TÉCNICA, EXTENSÃO NA PÓS-GRADUAÇÃO E RESIDÊNCIA ACADÊMICA: CAMINHOS	137
<hr/>		
4.1.	INTRODUÇÃO	138
4.2.	RESIDÊNCIAS ACADÊMICAS: ORIGENS E MODELOS	138
4.3.	O CASO DA RESIDÊNCIA ACADÊMICA EM ARQUITETURA E URBANISMO DA UFBA	139
4.3.1.	HISTÓRICO DA RESIDÊNCIA AU+E	140
4.3.2.	PROCESSO PARTICIPATIVO	144
4.4.	O CASO DA RESIDÊNCIA EM ARQUITETURA E URBANISMO DA USP	146
4.4.1.	PROCESSO PARTICIPATIVO	149
4.5.	OS CAMINHOS PARA AS PRÓXIMAS RESIDÊNCIAS ACADÊMICAS	151
4.6.	CONCLUSÃO	152
5.	5.DISSCUSSÕES E CONCLUSÕES	154
<hr/>		
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	159

RESUMO

Este trabalho visa contribuir para as discussões sobre a assistência técnica, pública e gratuita para as comunidades e grupos sociais menos favorecidos, como instrumento de gestão urbana. A assistência técnica tem previsão legal no Estatuto da Cidade, sancionado em 2001, e sua regularização na Lei Nº. 11.888, sancionada em 2008, que assegura a efetivação desse instrumento. Cabe a ela atuar junto às comunidades carentes para oferecer de forma gratuita projetos arquitetônicos e urbanísticos com desenho inclusivo e participativo. A Extensão Universitária e a Residência Acadêmica em arquitetura e urbanismo é uma das formas de assistência técnica previstas em lei, e apresentam-se como alternativas aos diversos problemas urbanos relacionados à lacuna de atuação institucional do planejamento urbano brasileiro. No Brasil, atualmente, apenas duas universidades federais implantaram programas de pós-graduação de residência com foco na assistência social, a Universidade Federal da Bahia – UFBA – e a Universidade de São Paulo – USP. Assim, este trabalho tem como objetivo geral contribuir para as pesquisas no âmbito das assistências técnicas, as formas de assessoria no âmbito nacional e internacional, governamental, acadêmica e autônoma, bem como investigar, os processos participativos adotados.

O trabalho está dividido em quatro etapas: na primeira etapa discute-se a evolução da política habitacional em paralelo ao conceito de assistência técnica, resgatando aspectos históricos da sua implantação no direito e na sociedade brasileira; na segunda etapa investiga-se acerca da assistência técnica no âmbito da extensão universitária nacional e internacional; na terceira etapa foi realizada a problematização da experiência empírica do caso da assistência técnica em Residência Acadêmica na UFBA e na USP, com seus fundamentos teóricos e conceituais, com foco nas soluções e nos métodos de participação, discutindo-se as soluções de participação. Por fim, a quarta e última etapa com as discussões e conclusões acerca do tema.

PALAVRAS-CHAVE: assistência técnica, residências acadêmicas, extensão universitária.

ABSTRACT

This work aims to contribute to the discussions on technical, public and gratuitous assistance to communities and less favored social groups, such as the urban management tool. The technical assistance has legal provisions in the City Statute, sanctioned in 2001, and its regularization in Law N^o. 11,888, enacted in 2008, which ensures the effectiveness of this instrument. It is incumbent upon it to work with the poor communities to offer free of charge architectural and urban projects with an inclusive and participative design. Extension and Academic Residency in architecture and urbanism is one of the forms of technical assistance provided by law, and are presented as alternatives to the various urban problems related to the institutional performance gap of Brazilian urban planning. In Brazil, currently only two federal universities have implemented post-graduate residency programs focused on social assistance, the Federal University of Bahia (UFBA) and the University of São Paulo (USP). Thus, this work has as general objective to contribute to the research in the field of technical assistance, the forms of assistance at the national and international, governmental, academic and autonomous levels, as well as to investigate the participatory processes adopted.

The work is divided into four stages: the first stage discusses the evolution of the housing policy in parallel to the concept of technical assistance, rescuing historical aspects of its implementation in Brazilian law and society; in the second stage, we investigate technical assistance in the scope of national and international university extension; in the third stage, the empirical experience of the case of technical assistance in Academic Residence at UFBA and USP will be problematized, with its theoretical and conceptual foundations, focusing on solutions and methods of participation, discussing the solutions of participation. Finally, the fourth and final stage with the discussions and conclusions about the theme.

KEY WORDS: technical assistance, academic residences, university extension.

RESUMEN

Este trabajo pretende contribuir a las discusiones sobre la asistencia técnica, pública y gratuita para las comunidades y grupos sociales menos favorecidos, como instrumento de gestión urbana. La asistencia técnica tiene previsión legal en el Estatuto de la Ciudad, sancionada en 2001, y su regularización en la Ley N°. 11.888, sancionada en 2008, que asegura la efectividad de ese instrumento. Cabe a ella actuar junto a las comunidades carentes para ofrecer de forma gratuita proyectos arquitectónicos y urbanísticos con diseño inclusivo y participativo. La Extensión y la Residencia Académica en arquitectura y urbanismo es una de las formas de asistencia técnica previstas en ley, y se presentan como alternativas a los diversos problemas urbanos relacionados a la laguna de actuación institucional del planeamiento urbano brasileño. En Brasil, actualmente, sólo dos universidades federales implantaron programas de postgrado de residencia con foco en la asistencia social, la Universidad Federal de Bahía - UFBA - y la Universidad de São Paulo - USP. Así, este trabajo tiene como objetivo general contribuir a las investigaciones en el ámbito de las asistencias técnicas, las formas de asesoría en el ámbito nacional e internacional, gubernamental, académica y autónoma, así como investigar, los procesos participativos adoptados.

El trabajo está dividido en cuatro etapas: en la primera etapa se discute la evolución de la política habitacional en paralelo al concepto de asistencia técnica, rescatando aspectos históricos de su implantación en el derecho y en la sociedad brasileña; en la segunda etapa se investiga acerca de la asistencia técnica en el ámbito de la extensión universitaria nacional e internacional; en la tercera etapa se hará la problematización de la experiencia empírica del caso de la asistencia técnica en Residencia Académica en la UFBA y en la USP, con sus fundamentos teóricos y conceptuales, con foco en las soluciones y en los métodos de participación, discutiendo las soluciones de participación.

PALABRAS CLAVE: asistencia técnica, residencias académicas, extensión universitaria.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa Mental do Método de Pesquisa. Fonte: Elaboração própria.	38
Figura 2 - Capa da Revista Ilustrada, 1893. Noticiando a demolição do Cabeça de Porco (ILUSTRADA).	48
Figura 3 - Avenida Central Rio de Janeiro, Augusto Malta (MALTA).	49
Figura 4 - Desmonte do Morro do Castelo, 1922. Fonte: Augusto Malta (MALTA, 1922).	50
Figura 5 - Vila Operária Marechal Hermes, vista aérea em 1935, no centro praça da estação e cúpula do cinema (HOMERO, 2014).	53
Figura 6 - Conjunto Residencial Operário de Realengo. Foto: Bob Wolfenson.	55
Figura 7 - Processo de construção heterônimo. Fonte: Elaborado por Nogueira (NOGUEIRA, 2013).	60
Figura 8 - Processo de construção dos Arquitetos da Família. Fonte: Elaborado por Nogueira (NOGUEIRA, 2013)	61
Figura 9 - Processo participativo de projeto. Fonte: Usina CTAH.	62
Figura 10 - Tripé da autogestão. Fonte: IAU-USP e Peabiru (AMORE, 2016).	64
Figura 11 - Mapa dos Escritórios Modelos de Arquitetura e Urbanismo no Brasil (FENEA, 2018)	72
Figura 12 - Mapa dos EMAU's da Região Nordeste. Fonte: (EREA, 2017).	81
Figura 13 - Processo Participativo pelo escritório modelo CANTO. Fonte: (CAVALCANTE, RIBEIRO, et al., 2012).	84
Figura 14 - Oficina de Melhorias Habitacionais na Comunidade de Nova Canudos. Fonte: Michaela Alves (ARCHDAILY, 2017).	85
Figura 15 - Projeto "Cidades pelas pessoas: uma experiência de assessoria e participação na ZEIS do Bom Jardim". Fonte: Emilia Stefany de Sousa e Silva (ARCHDAILY, 2017).	85
Figura 16 - Mutirão na Vizinhança Ademário Régis, no Município de Conde, Paraíba. Fonte: (CONDE, 2018)	86

Figura 17 - Reunião realizada no Maria das Graças II; e levantamentos das moradias a serem reformadas no Complexo Arizona. Fonte: (BORGES, MEDEIROS e CERQUEIRA, 2016).	88
Figura 18 - Metodologia aplicada: análise do contexto, elaboração dos padrões, jogo dos padrões. Fonte: (ANDRADE, 2017)	96
Figura 19 - - Imagens da 1ª Oficina de Cartografia. Fonte: (GEPISA/UFOP, 2019)	102
Figura 20 - Imagens da 1ª Oficina de Cartografia. Fonte: (GEPISA/UFOP, 2019)	102
Figura 21 - Atividade com Maquete. Fonte: (ALBERNAZ, MINTO, <i>et al.</i> , 2017).	104
Figura 22 - Imagem do acesso no Morro da Cruz, Porto Alegre. Fonte: (COURB, 2018).	112
Figura 23 - Processo Participativo com o EMAU SOLAR. Fonte: (PINHEIRO e FERNANDES, 2017).	119
Figura 24 - Mapa dos Institutos Federais. Fonte: (MORAES, 2017).	123
Figura 25 - Equipe do Clearwater Studio – Antes da intervenção. Fonte: (COAR, 2017).	131
Figura 26 - Extensão do Depósito – Durante a Intervenção. Fonte: (COAR, 2017).	132
Figura 27 - Moradores participando do workshop de projeto. Fonte: (BOSE, HERRIGAN, <i>et al.</i> , 2014).	134
Figura 28 - Espiral da Assistência Técnica. Fonte: (ROCHA e MOURA, 2016).	144
Figura 29 - A arquiteta residente Elisete Vidotti dialoga com moradores do entorno do Parque Teodoro Sampaio, na Mata Escura. Foto: (CAU/BR, 2018).	145
Figura 30 - Tabela do Plano de Trabalho do Programa de Residência em Planejamento e Gestão Urbana da FAUUSP. Fonte: (LEME e MARTINS, 2018).	148
Figura 31 - Desenhos dos alunos da Escola Municipal Teodomiro Toledo Pisa. Fonte: Angel (IN (LEME e MARTINS, 2018)).	150

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Cursos de Arquitetura e Urbanismo e Projetos de Pesquisa / Extensão Universitária na Região Norte.....	75
Tabela 2 - Índice de AT por 1 milhão de habitantes na Região Norte	78
Tabela 3 - Cursos de Arquitetura e Urbanismo e Projetos de Extensão Universitária na Região Nordeste.....	80
Tabela 4 - Índice de AT por 1 milhão de habitantes na Região Nordeste.	91
Tabela 5 - Cursos de Arquitetura e Urbanismo e Projetos de Extensão Universitária na Região Centro-Oeste.....	92
Tabela 6 - Índice de AT por 1 milhão de habitantes na Região Centro-Oeste.	97
Tabela 7 - Cursos de Arquitetura e Urbanismo e Projetos de Extensão Universitária na Região Sudeste.	99
Tabela 8 - Índice de AT por 1 milhão de habitantes na Região Sudeste.	107
Tabela 9 - Cursos de Arquitetura e Urbanismo e Projetos de Extensão Universitária na Região Sul.....	110
Tabela 10 - Índice de AT por 1 milhão de habitantes na Região Sul.....	115
Tabela 11 – Tabela resumo do Índice de AT para cada 1 milhão de habitantes por região. ...	116
Tabela 12 - Tabela utilizada para a sistematização para a intervenção no Assentamento Dom Pedro Casaldáliga. Fonte: (MÜHLE, LOPES e PRESSER, 2017).....	121
Tabela 13 - Índice de AT por 1 milhão de habitante na Região Sudeste, considerando a USP.	122
Tabela 14 - Quadro-resumo da Residência da UFBA. Fonte: Elaboração própria.	142

1.NOTAS INTRODUTÓRIAS

1.1. INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende contribuir para as discussões acerca da assistência técnica pública e gratuita para as famílias de baixa renda, como instrumento de gestão urbana. Por se enquadrar na política urbana brasileira, com previsão legal na Lei Nº 10.257, de 2001, o Estatuto da Cidade, a assistência técnica manifesta a intenção do Estado em efetivar um dos direitos fundamentais assegurados constitucionalmente: o direito à moradia (BRASIL, 2001). A assistência técnica consiste, então, em uma importante ferramenta da política urbana, fruto da evolução histórica da política habitacional, a fim de viabilizar a gestão democrática das cidades (BRASIL, 2008).

O direito à moradia, defendido em nossa constituição, tem bases no direito à cidade, originalmente defendido por Henri Lefebvre, em 1968, com sua obra *Le droit à la ville* (LEFEBVRE, 2001). Lefebvre inaugurou a discussão acerca do direito à cidade como o direito individual de beneficiar-se das qualidades urbanas pela inclusão social, já que considera o cidadão como sujeito do espaço social da cidade.

Apesar da abordagem sociológica desenvolvida na década de 1960, a trajetória do direito à cidade fez parte das discussões do Congresso Internacional de Arquitetura Moderna, CIAM, ocorrido em 1933. A Carta de Atenas, produto do CIAM, estabeleceu como funções da cidade – a habitação, o lazer, o trabalho e a circulação – concebendo já a cidade como um conjunto econômico, social e político (CIAM, 1933). Porém, diferentemente da visão social de Lefebvre, o CIAM abordava a cidade por meio de uma visão tecnocrática e racionalista, características do movimento moderno.

Outro marco para a questão urbana foi a realização do Seminário de Habitação e Reforma Urbana, O Homem, sua Casa, sua Cidade, organizado pelo IAB (Instituto dos Arquitetos do Brasil), em parceria com o IAPSE (Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Servidores do Estado). O importante seminário realizado no Hotel Quitandinha, em Petrópolis, além de ter sido pioneiro na luta pela reforma urbana, buscava a efetivação da habitação como direito

constitucional, e a responsabilização do estado para além de uma postura assistencialista.

Dessa forma, o direito à cidade manifesta-se como um direito social urgente nas sociedades contemporâneas. Os abismos sociais agravam o cenário político, socioeconômico, ambiental e cultural. Ao mesmo tempo em que o cenário político agrava os abismos sociais, gerando um ciclo vicioso de degradação do contexto sócio urbano. As dificuldades de planejamento urbano são, então, refletidas diretamente na forma e no desenho das cidades, prejudicando o desenvolvimento social.

Com o avanço do capitalismo global, de políticas neoliberais, de austeridade em vários âmbitos, a área de extensão nas universidades terá num futuro próximo um papel muito significativo de busca por novos paradigmas, lembrando Boaventura de Souza Santos (SANTOS, 2011).

A Universidade tem um importante papel no desenvolvimento da sociedade. Por meio do tripé ensino, pesquisa e extensão, a universidade se projeta como um laboratório experimental para novos padrões e ideias. O campo da extensão universitária busca, portanto, a aproximação da prática ao campo teórico desenvolvido na universidade.

Paulo Freire (FREIRE, 1985) percebeu o potencial transformador do educador já na década de 1980, com sua obra “Extensão ou Comunicação?”. O modelo tradicional difundido nas escolas coloca o educador em um posicionamento de privilégio em relação ao educando. Esse modelo bottom-up utilizado em larga escala na educação brasileira se assemelha à postura bottom-up de intervenção do estado na habitação. Essa analogia entre educação e política permite compreender que os processos impostos não geram a libertação do indivíduo, ao contrário geram repressão.

A lógica da pedagogia de Paulo Freire se aproxima da construção do novo cenário da assistência técnica, tanto na extensão universitária, quanto na residência acadêmica. A concepção de um ensino dialógico, baseado na comunicação entre educador e educando, se amplia para alcançar a gestão democrática das cidades, alcançando também as comunidades interessadas. O

novo instrumento da política urbana, alicerçado no critério participativo, fornece, também, as bases para o novo papel da universidade.

A atuação da Universidade pública brasileira, de forma geral, ainda é restrita no campo social, e a extensão universitária busca atuar nessa lacuna. Em 1968, foi criado o Projeto Rondon, para desenvolver a extensão universitária em âmbito nacional (GORDILHO SOUZA, 2016). O projeto buscava o incentivo à realização de trabalhos voluntários por parte dos universitários. O serviço social realizado na extensão foi um importante passo para a horizontalização, tanto do ensino, como da política.

Nas faculdades de arquitetura e urbanismo, por exemplo, a imagem elitista criada em torno do curso de arquitetura e urbanismo, prejudica a ação social do arquiteto, priorizando o trabalho para a classe dominante e abandonando o trabalho social. Outro fator adverso é a dificuldade de aproximação ao campo de trabalho social a partir da faculdade. Grande parte das faculdades de arquitetura não oferece formas de atuação junto a comunidades carentes, acentuando os abismos existentes entre profissionais e sociedade. Porém, algumas universidades brasileiras já estão atuando no campo da arquitetura e urbanismo social, buscando a aproximação do profissional em formação da realidade do mercado de trabalho que é elitista e excludente.

Nesse contexto de atuação do arquiteto, a Lei da Assistência Técnica apresenta um novo horizonte possível. Embora tenha sido sancionada em 2008, a lei de Assistência Técnica (11.888/08) ainda não é realidade em boa parte do Brasil. Segundo dados da União Internacional dos Arquitetos – UIA e do CAU os arquitetos trabalham para 16% da população no Brasil (CAU/BR: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil, 2015)

Atualmente, a atuação das assistências técnicas no Brasil é regulamentada pela Lei Nº 11.888 de 2008, e teve como fundamento a previsão jurídica no Estatuto da Cidade, de 2001. Esta lei assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social. A Lei determina as quatro formas de atuação da AT, que ocorrerá por meio de servidores públicos, de profissionais que atuam em organizações sem

fins lucrativos, de profissionais integrantes de programas de “residência acadêmica” em arquitetura, urbanismo e engenharia, assim como de extensão universitária, por meio de “escritórios-modelo, ou de profissionais autônomos credenciados, selecionados ou contratados por entidades federativas.

A despeito da legislação federal ter consagrado o termo assistência técnica, existem divergências na literatura acadêmica em relação à sua adequação. Em São Paulo, o termo utilizado é assessoria técnica, por ter um caráter mais “profissional” em sua essência. Ademais a assistência estaria relacionada a um assistencialismo semelhante a um trabalho caritativo, carregando um tom pejorativo (CARDOSO e AMORE, 2018). Cabe destacar a adoção do termo Assistência Técnica devido ao respaldo legal.

Os escritórios-modelo são escritórios de arquitetura e urbanismo voltados às necessidades das comunidades que não possuem condições financeiras para contratar os serviços a preço de mercado. A atuação junto à sociedade é essencial para promover tanto a inclusão social, quanto a extensão universitária.

A Lei prevê atuação social junto a municípios, por exemplo, e na forma de Residências Acadêmicas. As universidades da UFBA e da USP estão atuando em programas de pós-graduação, no formato de residências acadêmicas, com o objetivo de promover assistência técnica na forma da Lei. Nesses programas, os trabalhos aplicados aos alunos estão voltados aos problemas práticos das comunidades carentes, e são desenvolvidos junto à essas comunidades.

Outras faculdades de arquitetura e urbanismo no Brasil, como as da UnB, com CASAS e o PERIFÉRICO, e a UFMG, com o INDISCIPLINAR, o PRAXIS, e o EMAU UFMG já atuam no âmbito da extensão universitária de forma a promover projetos sociais. Buscam aproximar a atuação universitária das demandas das comunidades locais, nas formas de escritórios-modelos, e ou associações independentes. Além desses vários polos no Brasil também serão destacados no capítulo acerca da extensão universitária.

Nesse cenário, o movimento das assistências técnicas em arquitetura está tomando forma e já está sendo efetivado em cidades como Salvador, São Paulo e Brasília (UFBA, USP, UnB, CODHAB).

Em Brasília, fora do âmbito da Universidade de Brasília, a CODHAB – Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal – promove o serviço de assistência técnica às famílias de baixa renda, de acordo com a previsão legal (CODHAB). A atuação da CODHAB, enquanto órgão da administração pública, está restrita aos procedimentos e métodos burocráticos, não cabendo, nesse contexto, a experimentação e a pesquisa próprias da área acadêmica. Isso não significa, portanto, a maior relevância de um em relação ao outro órgão. Significa apenas a necessidade da administração pública, enquanto gestora de recursos público, de estar submetida a algumas regras, como por exemplo o processo licitatório. Enquanto a Universidade, como entidade educativa goza de “autonomia didático-científica”, com certa flexibilidade de atuação (BRASIL, 1988). Mas que, ainda assim, devem ser objeto de análises futuras para reflexão a partir da ação, da práxis, como diria Paulo Freire.

No âmbito da UFBA – Universidade Federal da Bahia – o Programa de Pós-Graduação no formato de Residência em Assistência Técnica atua no formato previsto na Lei da AT oferecendo o serviço às famílias de baixa renda.

No âmbito da USP – Universidade de São Paulo – os grupos autônomos Coletivo Caetés, Fau Social e Grupo de Construção Agroecológica, juntamente com o LabLaje da pós-graduação, promovem discussões no âmbito da produção acadêmica voltada para o atendimento das demandas sociais (D`OTTAVIANO e ROVATI, 2017).

No âmbito da UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais – o grupo de pesquisa MOM – Morar de Outras Maneiras – coordenado pela professora Silke Kapp atua, também, no desenvolvimento de pesquisas no âmbito da arquitetura social. Por meio da atuação universitária, o grupo realiza diversas experiências no formato pesquisa-ação, na qual os alunos, muitas vezes mestrandos, fazem uma proposta alternativa para executar sua pesquisa (NOGUEIRA, 2010) (BALTAZAR e KAPP, 2016).

No contexto da UnB – Universidade de Brasília – o escritório modelo CASAS – Centro de Ação Social em Arquitetura e Urbanismo Sustentável – atua desde 2002 no âmbito da graduação. Atualmente é coordenado pela professora Liza

Andrade, assim como o Grupo de Pesquisa e Extensão “Periférico, trabalhos emergentes”, criado a fim de atender a demanda que excedia o limite de atuação do CASAS. O Periférico busca aprimorar a participação dos arquitetos na elaboração de projetos comunitários, por meio de temas pouco abordados nos cursos de Arquitetura e Urbanismo (ANDRADE, 2017). Também busca envolver as comunidades na elaboração de projetos, para que possam participar de forma efetiva do processo projetual (ANDRADE, 2017). Além desse caso, outras experiências já haviam sido desenvolvidas no âmbito da UnB, pelos professores Maria Elaine Kohlsdorf e Jacaré, ainda nos anos 1980.

Dessa forma, esta dissertação pretende investigar e discutir as formas de assistência técnica no âmbito nacional e internacional, bem como os processos participativos que envolvem as assistências técnicas universitárias, a fim de promover o debate sobre o assunto e contribuir com estudos sobre o tema.

Por isso é importante resgatar o conceito de assistência e assessoria resgatando aspectos históricos da sua implantação no direito e na sociedade brasileira. O que está sendo realizado em termos de assistência técnica no âmbito da extensão universitária nas universidades federais e estaduais bem como nas universidades no exterior. O caso da atuação da assistência técnica no formato de Residência na Faculdade de Arquitetura da UFBA e os processos de envolvimento das comunidades nos trabalhos, como as participação, a autogestão, a autoconstrução e o mutirão.

Dessa forma, a hipótese principal a ser estudada é que o processo participativo é fundamental para a extensão universitária e para a residência acadêmica, no âmbito da assistência técnica, e contribui para a gestão democrática das cidades.

Espera-se, portanto, problematizar os limites, os desafios e as potencialidades da assistência técnica como instrumento efetivo da política urbana, do ponto de vista teórico e empírico. Além disso, explorar os aspectos positivos e negativos da atuação autogerida, e avaliar criticamente o instrumento, de forma a colaborar para sua melhoria contínua.

1.2 A QUESTÃO-PROBLEMA RELACIONADA À POLÍTICA HABITACIONAL

A problematização da política urbana para a habitação não é uma questão recente na história brasileira. Após a regulamentação da disposição constitucional da política urbana, institucionalizada com o Estatuto da Cidade em 2001, foi apenas em 2008, com a Lei da Assistência Técnica, que esse instrumento ganhou respaldo jurídico.

A Lei instituiu basicamente quatro formas de atuação em AT, quais sejam: por meio dos servidores públicos, por meio de ONG`s sem fins lucrativos, por meio de profissionais inscritos em programas de residência acadêmica em arquitetura, urbanismo ou engenharia ou em programas de extensão universitária, por meio de escritórios-modelos ou escritórios públicos com atuação na área, ou por meio de profissionais autônomos ou integrantes de equipes de pessoas jurídicas, previamente credenciados, selecionados e contratados pela União, Estado, Distrito Federal ou Município. Cabe ressaltar que as modalidades elencadas na legislação não são excludentes entre si, podendo ser complementares e integradas, formando a sistemática da política pública de assistência técnica um conjunto coeso.

O direito à assistência técnica é um direito social, e como tal, tem como objetivo assegurar a igualdade de condições entre as pessoas, reduzindo as desigualdades regionais, conforme destaca Cavalcante Filho (CAVALCANTE FILHO, 2013). Numa abordagem jurídica, o Estado passa então, a ter obrigação de prestar serviços de saúde, educação e transporte de qualidade, além de garantir o acesso à cultura e à moradia. O Estado, contudo, não deve estar restrito à garantia dos direitos explicitamente garantidos, ou juridicamente positivados. Deve garantir a melhoria na prestação de serviços, por meio dos princípios jurídicos como a proibição do retrocesso – as vantagens conquistadas não podem ser perdidas – e a garantia do mínimo existencial – os direitos sociais devem ser garantidos minimamente – para assegurar a dignidade humana.

Porém, os direitos sociais, defendidos pelo ordenamento jurídico brasileiro, são continuamente desrespeitados na prática. No campo do direito à moradia, por

exemplo, percebemos inúmeros problemas relacionados às políticas habitacionais. Há grande “necessidade de adequações qualitativas e institucionais das políticas habitacionais brasileiras” (BLUMENSCHNEIN, PEIXOTO e GUINANCIO, 2015). Tais adequações seriam menos significativas, caso o processo decisório fosse realmente pautado pelos princípios da igualdade, da cidadania, da dignidade da pessoa humana, da erradicação da pobreza e da marginalização, da redução das desigualdades sociais e regionais, a fim de promover o bem de todos, sem preconceitos, conforme estabelecido na nossa Constituição (BRASIL, 1988).

Paralelamente à sociologia jurídica, no campo das ciências sociais aplicadas a arquitetura e o urbanismo devem pensar a cidade em todas as suas dimensões – funcional, bioclimática, copresencial, topceptiva, econômica, expressiva e simbólica – incorporando fundamentos do direito social e do direito à cidade ao desenho urbano (ANDRADE e LEMOS, 2015).

Nesse contexto, as políticas públicas surgem como ferramentas para alcançar os objetivos institucionais traçados na Constituição e descritos em planos de diretrizes e metas nacionais. O Programa Minha Casa Minha Vida, por exemplo, foi criado para suprir o déficit habitacional brasileiro e eliminar a precariedade e a coabitação. De acordo com dados fornecidos pela Fundação João Pinheiro, o déficit habitacional brasileiro é um indicador que revela as condições da habitação no Brasil. Esse índice aumentou de 9,0% em 2014, para 9,3% em 2015 (PINHEIRO, 2018). Considera-se para o cálculo do déficit habitacional qualquer domicílio se esteja entre as situações: habitação precária, coabitação familiar, ônus excessivo com aluguel, ou adensamento excessivo de moradores em imóvel alugado.

Na prática, o Programa Minha Casa Minha Vida acabou gerando um grande impacto econômico, e conseqüentemente, a movimentação do mercado imobiliário (FERREIRA, 2015). Apesar disso, o formato atual possui diversas falhas, e acaba gerando novos problemas sociais. Conforme divulgado pelo Jornal do Senado, o Programa Minha Casa Minha Vida não reduziu o déficit habitacional brasileiro, e ainda apresentou diversos problemas nos empreendimentos (BÖHM, 2018). Defeitos ou vícios construtivos, inadequações

técnicas nas instalações e nos materiais, indisponibilidade de equipamentos de lazer de uso comum, ausência ou insuficiência de dispositivos de acessibilidade, deficiência no projeto executivo demonstram a falta de qualidade da habitação entregue à população.

Segundo estudo realizado pelo Observatório das Metrôpoles (CAIO SANTO AMORE, 2015), os usuários dos empreendimentos do MCMV estão insatisfeitos com as condições de moradia entregues. Isso se deve principalmente, pela forma como a política foi estruturada, de modo a priorizar os interesses das construtoras, e deixando de lado os problemas reais dos usuários das habitações.

Na dinâmica brasileira, observamos constantemente casos de priorização de interesses privados em detrimento de interesses coletivos, e a impotência do Estado frente às condições impostas pelo mercado. É o caso da implantação do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), que inicialmente teve um reduzido número de contratos assinados com empreiteiras para a viabilização do Programa em Fortaleza. Esse fato levou o governo do estado do Ceará a estabelecer estratégias, a fim de aumentar o número de unidades habitacionais contratadas. Dentre elas “a destinação de recursos complementares, os quais ampliariam o valor da unidade e fomentariam o interesse do setor da construção em produzir nos centros regionais” (PEQUENO e ROSA, 2015).

Nota-se, nesse caso, a sobreposição dos interesses privados para a maximização dos lucros frente aos interesses públicos. Mas o problema de arranjo institucional é generalizado, e ocorre em praticamente todo o território nacional, segundo as avaliações do PMCMV (PEQUENO e ROSA, 2015).

O Programa suscita, assim, muitas críticas por parte dos estudiosos, conforme aponta Gordilho (2014) (GORDILHO-SOUZA, 2014). As críticas ressaltam a baixa qualidade dos projetos e das construções, e a localização apartada da urbanidade, distante dos centros e carente de infraestrutura e de equipamentos urbanos. Problemas de mobilidade e acessibilidade urbana também se somam às críticas, juntamente com a falta de participação social nos processos decisórios.

Uma forma de melhorar a gestão dos programas governamentais é fomentar a participação popular, com poder de decisão e de mudança do próprio aparato institucional, quando necessário. Denhardt (DENHARDT, 2013) aponta a importância da cidadania democrática e a necessidade de enxergar o interesse público além do interesse próprio de forma mais abrangente e em longo prazo. Assim, a assistência técnica surge como instrumento de ação da gestão democrática, em resposta às demandas sociais no âmbito da comunidade.

A Lei Federal Nº 11.888 de 2008 “assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social (...)” e reforça o caráter social do direito à moradia, gravado na Constituição Federal. Esse instrumento da política urbana, previsto no Estatuto da Cidade (2001) e recentemente regulamentado, tem por objetivo promover a gestão democrática das cidades, por meio do processo participativo junto à comunidade.

No contexto da Lei da Assistência Técnica, a extensão universitária e a residência acadêmica ganham destaque pela busca por novos arranjos para a política habitacional. A universidade se aproxima da sociedade na prestação de serviços, no âmbito da extensão, em parceria com as secretarias de planejamento urbano e habitação. Esse modelo avançou e resultou no primeiro programa de especialização em Assistência Técnica no formato de Residência Acadêmica, caminhando ao lado das administrações locais.

A Universidade Federal da Bahia lançou, então, por meio da Faculdade de Arquitetura, do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e do LabHabitar, um novo programa de Residência Técnica aprovado em todas as instâncias em 2011 (GORDILHO-SOUZA, 2014) A primeira edição implantada em 2013, a segunda em 2015 e a última versão iniciada em 2017 (UFBA, 2019) (GORDILHO SOUZA, 2017).

A Residência surgiu como um programa de extensão universitária para a aplicação da legislação federal de Assistência Técnica Pública e Gratuita para Habitação de Interesse Social, e para a promoção de projetos habitacionais de qualidade e de integração social.

Este trabalho pretende responder à seguinte questão: de que forma a metodologia participativa voltada à extensão universitária e à residência acadêmica, no âmbito da assistência técnica, pode contribuir de forma efetiva para a gestão democrática das cidades?

Esse questionamento direciona a pesquisa para alguns fatores como a evolução da política habitacional ao longo da história brasileira, e os diversos arranjos estatais assumidos na busca pela melhoria dessa política. Isso resulta no novo paradigma criado pela Lei da Assistência Técnica, que pretende atuar de forma horizontal, incorporando a participação social como diretriz. A Lei da AT, por sua vez, abre caminho e dá suporte para a intensa atuação da extensão e das residências, ampliando, de certa forma, o escopo da universidade no contexto social. Esse cenário somente se concretiza com o processo participativo de pano de fundo, proporcionando a evolução da política habitacional, dessa vez, ao lado da comunidade.

Com esses questionamentos, portanto, busca-se compreender o atual cenário da política habitacional, da assistência técnica, da extensão na universidade e da residência acadêmica, resgatando suas experiências e compreendendo seus caminhos.

1.3 JUSTIFICATIVA: ASSISTENCIA TÉCNICA E EXCLUSÃO URBANA

A Assistência Técnica está inserida no contexto da política urbana, com base no Estatuto da Cidade, e respaldo constitucional. O aparato jurídico criado, busca a garantia dos direitos fundamentais e sociais defendidos na constituição, e que são frequentemente atacados na prática. A AT surge com a esperança de um novo horizonte para a política urbana no Brasil, e dispõe de ferramentas, como a extensão universitária e a residência acadêmica para alcançar a justiça social e a gestão democrática das cidades.

Segundo, Maricato (2015), o paradoxo entre a aplicação dos recursos públicos em infraestrutura urbana e a elevação dos preços no mercado imobiliário leva à

reflexão acerca dos procedimentos estatais adotados para a implantação desses recursos (MARICATO, 2015). É de se questionar, também, a forma como essa estrutura estatal funciona para garantir os direitos fundamentais ao cidadão. A síntese analítica proposta busca sinalizar as falhas do planejamento urbano tradicional e encarar a assistência técnica como uma forma alternativa para alcançar a gestão democrática das cidades.

A lógica da política habitacional vigente, fundamentada na no acesso à casa própria não condiz com a realidade econômica da população de baixa renda. O crescimento do mercado formal e informal de compra de imóveis pode ser resultante da própria política de facilitação de crédito para aquisição do imóvel, e do excesso de burocracia no processo de aluguel (MORAIS, 2002).

No Brasil, os esforços para a concretização do direito à moradia, e redução do déficit habitacional tiveram como marco a criação do Banco Nacional de Habitação, em 1964, e o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo – Serfau (GOUVÊA, 2016) (FELDMAN, 2010; FERRO, 2015). Mas, segundo Rolnik (2016), o grande problema brasileiro “não é o déficit de moradia, mas sim o déficit de cidade” (ROLNIK, 2016), o que revela falhas na implementação das políticas sociais no Brasil e o comprometimento da qualidade do espaço urbano produzido.

Nesse sentido, o conceito direito à cidade está intimamente relacionado ao conceito de urbanidade. Urbanidade é o acesso à infraestrutura, aos equipamentos e serviços urbanos como um todo, pavimentação e vegetação (ROLNIK, 2008). Ou seja, a condição de desfrutar dos benefícios da cidade pela integração social; pela a efetivação dos direitos sociais assegurados ao cidadão no plano urbanístico. Assim, a assistência técnica surge como uma ferramenta do Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001), a fim de proporcionar mais integração entre o poder público e a sociedade. Este instrumento da política urbana pretende assegurar a gestão democrática das cidades com a participação social.

Atualmente, a Lei das Assistências Técnicas (BRASIL, 2008), prevê diferentes frentes de ação, conforme citado anteriormente: servidores públicos; integrantes de organizações não-governamentais; profissionais inscritos em programas de

residência acadêmica em arquitetura, urbanismo ou engenharia ou em programas de extensão universitária; e profissionais autônomos.

Em paralelo à legislação vigente, considera-se ainda a atuação dos Seminários e Encontros Nacionais da Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, ENANPUR, que fomenta a produção acadêmica nesse contexto. Atualmente existe uma sessão temática exclusiva para a Extensão Universitária e Assistência Técnica no Campo e na Cidade, demonstrando a relevância do assunto no cenário da política urbana.

Diversos trabalhos acadêmicos têm sido produzidos nessa uma década de vigência da Lei da Assistência Técnica, muitos relatando as atividades desenvolvidas nas faculdades e comunidades locais. Essa produção pontual e esparsa, começou a ganhar consistência com a criação das redes de assistência técnica, como a desenvolvida na UFBA. Essas configurações ganham escala nacional e demandam novas abordagens de pesquisa, com foco nessa nova abrangência. É nesse, contexto que se encaixa esta dissertação, buscando a visualização do cenário nacional da assistência técnica no Brasil, e a proposição do Índice da Assistência Técnica para cada um milhão de habitantes dos estados. Esse esforço apresenta o cenário atual nacional e abre espaço para novas pesquisas acadêmicas nesse sentido.

Esta dissertação fará a análise do Programa de Assistência Técnica da Universidade Federal da Bahia – UFBA – pioneira na Residência no formato da legislação brasileira, e também do Programa de Residência em Arquitetura e Urbanismo: Planejamento e Gestão Urbana, da FAU USP. Abre-se, portanto, um novo cenário para a atuação das assistências técnicas, desta vez compatibilizada com programas nacionais e com a perspectiva de projetos mais abrangentes.

Portanto, a análise crítica e propositiva de divulgação dos resultados das experiências da UFBA e da USP, possibilitam a promoção da assistência técnica, alcançando uma parcela mais significativa da sociedade. Sobretudo, divulga o processo participativo adotado, promovendo o direito à moradia e à cidade de

forma democrática e cidadã, e promovendo o desenho urbano inclusivo à população de baixa renda.

Espera-se, subsidiariamente, contribuir com os estudos sobre Residência em Arquitetura e Urbanismo e Direito à Cidade para a construção da futura Residência Multiprofissional da UnB, que será liderada pelos professores Ricardo Neder e Andrade no formato de um curso de especialização *Lato Sensu* no âmbito do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília voltado para a assistência técnica.

1.4 OBJETIVOS

1.4.1 OBJETIVO GERAL

O objetivo geral deste trabalho é demonstrar a expansão das assistências técnicas para habitação de interesse social no Brasil, o aprimoramento desta ferramenta da política urbana, a exploração do potencial produtivo existente nas universidades, e a ampliação do processo participativo. Pretende investigar e compreender as possibilidades de atuação da assistência técnica e assessoria técnica na área de arquitetura e urbanismo, no âmbito nacional e internacional, governamental, acadêmica e autônoma, bem como investigar, os processos participativos que envolvem as assistências técnicas universitárias, a fim de promover o debate sobre o assunto e contribuir com estudos sobre o tema.

O foco será direcionado para o âmbito da extensão da universidade pública, especificamente os modelos de residência. Adota-se como estudo de caso o modelo pioneiro da Residência em arquitetura e urbanismo + engenharia (RAU+E) para assistência técnica em habitação social e direito à cidade, da Universidade Federal da Bahia, visando à contribuição para a implantação de novos programas no Brasil.

1.4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- 1) Análise crítica do panorama histórico e a evolução da política habitacional, inserindo os conceitos de assistência técnica e residência acadêmica, resgatando a sua importância como ferramenta da gestão democrática das cidades e do direito à cidade, indagando o papel do Estado e da Universidade nesse contexto;
- 2) Investigação de novas experiências e formas da extensão universitária em assistência técnica em arquitetura e urbanismo no âmbito nacional e internacional – iniciativas de autogestão, autoconstrução, cooperativas populares de habitação – como pilar da gestão democrática das cidades; investigando as metodologias adotadas para a participação popular e o processo participativo. O foco deste capítulo é realizar um “raio x” da assistência técnica enquanto extensão universitária, identificando potencialidades e fraquezas da atuação em todo o território nacional.
- 3) Investigação dos casos de residências acadêmicas RAU+E da UFBA, e da USP, considerando o pioneirismo na implantação da assistência técnica no formato de residência, discutindo e avaliando o processo participativo adotado, ressaltando os caminhos da AT;
- 4) Discussão das soluções para a implantação de novos programas de extensão, e de pós-graduação em residências universitárias em arquitetura e urbanismo, a fim de proporcionar respaldo para a ampliação da rede de assistência técnica no Brasil.

1.5 MÉTODO DE PESQUISA

A pesquisa no âmbito do Planejamento Urbano e Regional está atrelado ao contexto político de encaminhamento dos programas e ações do poder público. Além disso, o conhecimento do contexto histórico é fundamental para a compreensão do cenário estabelecido na atualidade. Não apenas o conhecimento dos fatos é necessário para a interpretação histórica, por isso é fundamental também o embasamento filosófico, que viabiliza a análise crítica.

O Capítulo 1 “Notas Introdutórias” reúne brevemente todas as questões desenvolvidas nesta dissertação e busca estruturar logicamente os procedimentos metodológicos adotados nos capítulos seguintes.

Para a investigação realizada no Capítulo 2 “Assistência Técnica e a Gestão Democrática das Cidades” foi levantado o panorama da política urbana, mais especificamente a política habitacional, que passou por diversas transformações ao longo do último século. Para a análise do contexto histórico foram utilizadas as referências de Bonduki e Koury (BONDUKI e KOURY, 2014) e Aravecchia-Botas (2016) (ARAVECCHIA-BOTAS, 2016). Conforme sinalizado pelos autores, essas mudanças estão diretamente relacionada às políticas de desenvolvimento adotadas principalmente a partir da Era Vargas.

Para a análise crítica da evolução da política habitacional foi inserido neste trabalho o conceito de direito à cidade, inicialmente proposto por Henri Lefebvre, com o livro *Le droit à la ville* (LEFEBVRE, 2001). Lefebvre inaugura a discussão filosófica e jurídica acerca do direito à cidade como um direito social. Tal direito deve, então, ser garantido pelo Estado a todos os cidadãos que nela vivem, circulam e transitam. Essa fundamentação teórica permite a análise crítica aos direcionamentos da política habitacional, os quais buscavam mais a concentração de renda do que a gestão democrática das cidades.

Outra abordagem teórica utilizada foi a de David Harvey, geógrafo, professor da City University de Nova Iorque. Sua contribuição se dá pela espacialização dos problemas contemporâneos. Ou seja, defende a ideia de que os conflitos humanos e sociais têm implicações geográficas e afetam o espaço. Foi analisado de que forma a proposta de Harvey se enquadra no cenário brasileiro, e de que forma a (des) organização estatal promove ou contribui para o caos urbano.

A cidade deve proporcionar serviços de qualidade – água potável, esgotamento sanitário, tratamento de resíduos sólidos, energia elétrica, atendimento hospitalar, escolas – a todos os cidadãos de forma igualitária e isonômica. Assim, o Estado deve buscar a qualidade de vida da sociedade a que representa, melhorando, principalmente, a qualidade do meio ambiente urbano. Nesse

aspecto, referências de urbanidade, como os levantados por Rolnik (ROLNIK, 2016) foram utilizados para embasar questões relacionadas à qualidade urbana.

No âmbito desta pesquisa, também foram considerados aspectos da administração pública para a efetivação de sua função democrática, como expressão da vontade popular. Foram analisados tópicos referentes à governança e à governabilidade das políticas de habitação popular no Brasil. Para isso, recorreremos a Robert B. Denhardt (DENHARDT, 2013), docente e diretor da School of Public Affairs da Arizona State University. Ele defende “a governança democrática e o papel do administrador público enquanto articulador, facilitador e catalisador dos anseios dos cidadãos” como resposta aos problemas enfrentados pela máquina pública. Os problemas de gestão possuem, de acordo com essa abordagem otimista, soluções organizacionais e administrativas.

Paralelamente à abordagem administrativa, foi utilizada a abordagem política-jurídica-urbanística com a análise do Estatuto da Cidade por meio do qual o Estado age para aprimorar a qualidade do espaço urbano. Ou seja, é um instrumento de planejamento urbano que visa uma aproximação da população diretamente interessada, para que haja a efetivação do desse direito. Para isso nomes como Raquel Rolnik (ROLNIK, 2015), Erminia Maricato (MARICATO, 2011), Ângela Gordilho Souza (GORDILHO-SOUZA, 2014), Liza Andrade (ANDRADE e LEMOS, 2015) e Silke Kapp (KAPP e CARDOSO, 2013) são algumas das referências utilizadas que ligam o conceito de direito à cidade à assistência técnica emergente no Brasil como ferramenta da gestão popular.

No campo da aproximação entre políticas públicas e universidade, temos o olhar voltado para a Política Nacional de Extensão, apresentado no Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidade Públicas Brasileiras. O FORPROEX definiu a interação dialógica, a interdisciplinaridade e interprofissionalidade, a indissociabilidade entre ensino – pesquisa – extensão, o impacto na formação do estudante, e o impacto e a transformação social como diretrizes de atuação na extensão universitária (FORPROEX, 2012). O objetivo é o avanço da universidade, principalmente em relação às crises institucional, de hegemonia, e

de legitimidade as quais está submetida a universidade pública atualmente (SANTOS, 2011).

Ainda conta com o respaldo teórico da obra “Extensão ou Comunicação” de Paulo Freire (FREIRE, 1985), que, interagido com a pesquisa bibliográfica às Universidades Federais brasileiras, busca na extensão o atendimento às questões populares a retroalimentação dos saberes acadêmico e popular.

Especificamente sobre o conceito de Residência em arquitetura e urbanismo no Brasil, cabe ressaltar a referência à Ângela Gordilho Souza, professora da Faculdade de Arquitetura da UFBA. Responsável pela implantação do programa de Residência AU+E/UFBA, e defensora do processo participativo como mecanismo de implementação do direito à cidade.

Destaca-se, também, como referencial teórico para a questão da qualidade do projeto urbanístico o trabalho das professoras Raquel Naves Blumenschein, Elane Peixoto, Cristiane Guinancio, Liza Andrade da Universidade de Brasília (ANDRADE e LEMOS, 2015). Atuantes na avaliação da política habitacional e dos programas habitacionais brasileiros, como o Programa Minha Casa Minha Vida. Detectar falhas nos processos, pontos que atravancam a efetivação da política habitacional, é essencial para o aprimoramento da gestão democrática das políticas públicas.

Um fator chave na estruturação do método de pesquisa foi a investigação realizada no Capítulo 3 “Assistência Técnica e Extensão Universitária: experiências” que levantou todas as nucleações voltadas à assistência técnica em Universidades Federais brasileiras. Essa pesquisa, feita de forma inédita na pesquisa acadêmica utilizou como fonte primária as próprias universidades pesquisadas. Além disso, outras fontes foram utilizadas, como sites de noticiários locais, geralmente divulgando o trabalho realizado pela assistência técnica na extensão universitária.

Já para a pesquisa desenvolvida no Capítulo 4 “Assistência Técnica, Extensão na Pós-Graduação e Residência Acadêmica: Caminhos”, foram utilizadas referências diretas dos programas em questão. Muita informação estava

disponível em artigos publicados por professores e alunos das residências, tanto da UFBA, quanto da USP.

Ressalta-se que não se esgotam aqui as referências adotadas para a elaboração desta dissertação. Outros autores colaboraram para a consolidação das ideias apresentadas, entre eles Danielle Klintowitz, Maria Lucia Refinetti Martins, Karina Oliveira Leitão, Roberta Menezes Rodrigues, Luciana Nicolau Ferrara, Gustavo Pires de Andrade Neto, com a produção de artigos relacionados, que auxiliaram na busca por experiências metodológicas envolvendo a participação social em todo o Brasil.

5.1.1 ETAPAS DA PESQUISA

Para contribuir com o desenvolvimento de assistências técnicas para habitação de interesse social no Brasil, bem como para a instalação de programas de pós-graduação em arquitetura e urbanismo na forma de Residência Acadêmica, o trabalho será estruturado da seguinte forma:

- Conceitos e pesquisas sobre a assistência técnica no contexto da política habitacional brasileira, e a evolução das discussões acerca da participação no processo de gestão democrática das cidades. Para isso foi realizada a análise crítica da evolução histórica desse instrumento jurídico do Estatuto da Cidade. Esta etapa será realizada por meio de pesquisa bibliográfica e documental, com livros e artigos que retratem o tema;
- Formas de assistência técnica na Extensão dentro do recorte de Universidade Federal brasileira, além de casos de destaque os âmbitos nacionais e internacionais;
 - Pesquisa qualitativa e as proposições metodológicas dos grupos de assistência técnica nas universidades;
 - Pesquisa quantitativa a proporção de núcleos ativos de assistência técnica pela população estadual e regional;

- Casos pioneiros de Residência Acadêmica da USP e da UFBA discutindo e avaliando a estrutura de implantação e metodologia e o processo participativo adotado;
 - Pesquisa bibliográfica, entrevistas com os atores, professores, alunos, acerca do nível de participação da população nos projetos da Residência Universitária, entendendo de que forma a participação ocorre na etapa de projeto e na etapa construtiva;

Análise da conjuntura da assistência técnica, da extensão universitária e da residência acadêmica, bem como as metodologias participativas adotadas, compreendendo as experiências e vislumbrando os possíveis caminhos de atuação.

O mapa mental elaborado em forma de fluxograma, visa ilustrar o processo de estruturação do método para a pesquisa realizada. Em cinza, temos os tópicos fundamentais da pesquisa científica como: problema, justificativa, objetivos, referencial teórico e a estruturação dos capítulos. Cada um desses tópicos está ligado aos outros e assim, a pesquisa visa responder suas perguntas, e contribuir para a produção acadêmica. Em laranja temos os problemas, que desembocam na questão de pesquisa: “de que forma a metodologia participativa pode ser incorporada à assistência técnica, à extensão universitária e à residência acadêmica para contribuir de forma efetiva para a gestão democrática das cidades?” A resposta resulta na divisão dos capítulo, em verde, passando pelos objetivos, em azul, e pelo referencial teórico adotado, em rosa.

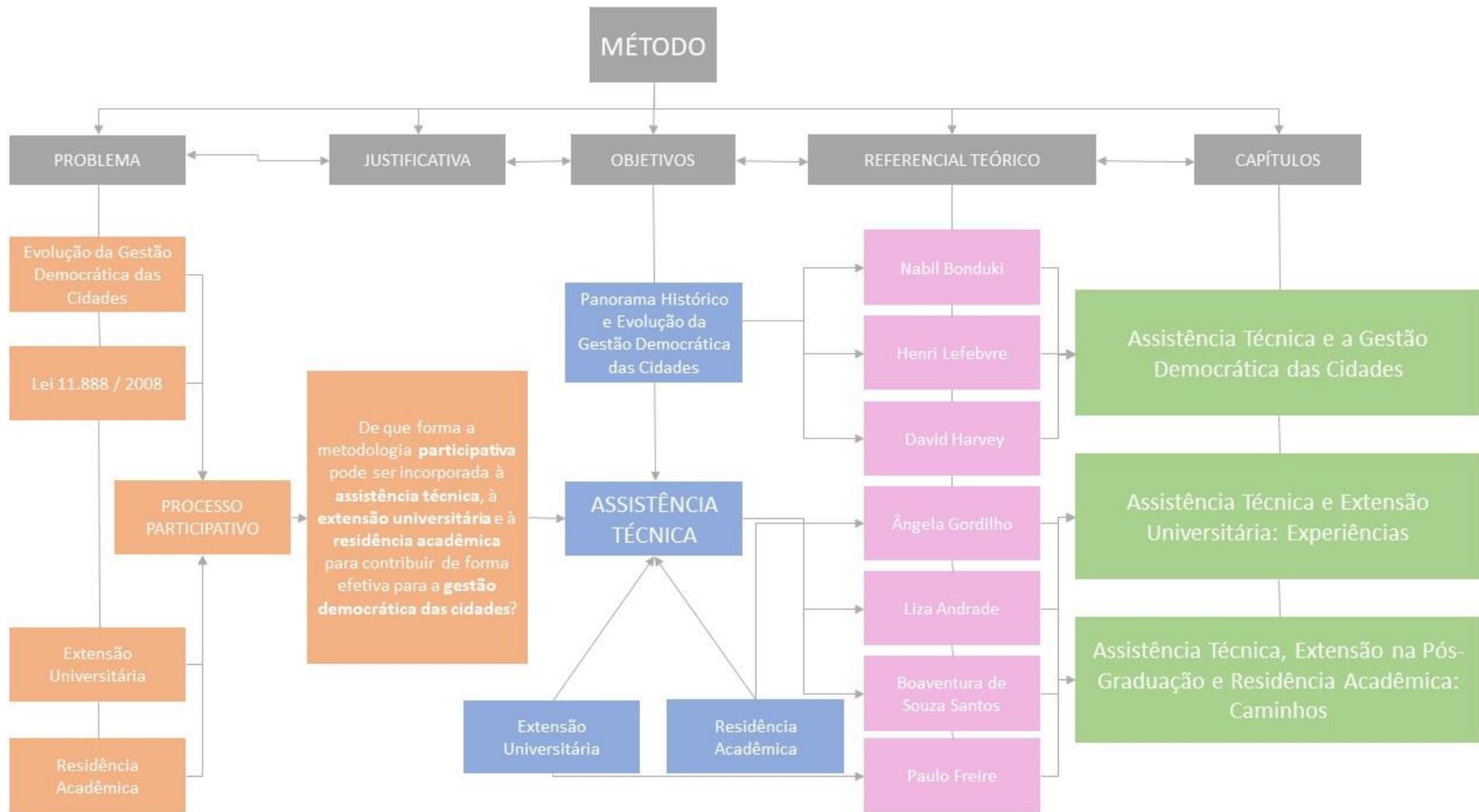


Figura 1 - Mapa Mental do Método de Pesquisa. Fonte: Elaboração própria.

O capítulo “Assistência Técnica e a Gestão Democrática das Cidades” visa, por meio da pesquisa bibliográfica, compreender os desdobramentos da ação do estado no campo da habitação social. O embasamento teórico de Bonduki e Koury (BONDUKI e KOURY, 2014) foi fundamental para a abordagem cronológica. Enquanto as visões de Lefebvre (LEFEBVRE, 2001) e Harvey (HARVEY, 2014) serviram de embasamento teórico para a análise crítica da evolução histórica da política urbana, Gordilho se encaixa na contextualização da política habitacional brasileira em conjunto com a institucionalização da assistência técnica na habitação social (GORDILHO SOUZA, 2016).

O capítulo “Assistência Técnica e Extensão Universitária: experiências” busca elencar todas as experiências de assistência técnica no âmbito da extensão universitária, como grupos de pesquisa e escritórios modelos, das universidades federais públicas do Brasil. Em caráter excepcional, busca trazer outras experiências como os destaques no âmbito estadual, USP e UEMA, os Institutos Federais, e algumas experiências internacionais nos Estados Unidos e no Canadá. A pesquisa está voltada para a compreensão das metodologias adotadas nesses casos pioneiros, buscando principalmente a comparação entre os métodos de aproximação com as comunidades de baixa renda. Essa pesquisa está embasada na busca bibliográfica por artigos e sites de universidades.

Para viabilizar a avaliação qualitativa dos processos participativos adotados, foi necessária a sistematização da informação no formato de tabelas. A análise foi dividida por região e por estado, afim de possibilitar o estudo comparativo entre todas as regiões. Entretanto, com o desenvolvimento da pesquisa, observou-se a necessidade de inserir a abordagem quantitativa na análise das universidades federais brasileiras. Da primeira tabela, originou-se a segunda tabela na investigação regional. Essa, conta relaciona a quantidade de núcleos de assistência técnica para cada um milhão de habitantes do estado, de acordo com a estimativa do IBGE (IBGE, 2019). Essa relação resultou no Índice de AT para cada 1.000.000 de habitantes, que auxilia no quadro geral e comparativo regional.

O capítulo “Assistência Técnica, Extensão na Pós-Graduação e Residência Acadêmica: Caminhos” tem o objetivo de compreender a lógica da estruturação dos cursos de Pós-Graduação e Residência Acadêmica já realizados no Brasil. A USP e a UFBA tiveram, de forma pioneira as experiências da assistência técnica nesse sentido. Além disso, o capítulo destaca o processo participativo adotado, analisando criticamente as soluções desenvolvidas.

A conclusão busca ressaltar a importância da assistência técnica nas universidades como instrumento da gestão democrática das cidades, mas também de planejamento e desenho urbano. Não pretende, porém, esgotar as discussões sobre o assunto. Pelo contrário, objetiva colaborar com o campo de estudo e incentivar a divulgação das suas contribuições para o planejamento urbano e regional.

Assim, esta pesquisa está estruturada em quatro capítulos principais: no primeiro capítulo, discussões acerca do conceito de assistência técnica, resgatando a evolução histórica da conquista desse instrumento da gestão urbana, com pesquisas bibliográficas em livros e artigos. No segundo capítulo, levantamento de formas de assistência técnica no Brasil, nos Estados Unidos e no Canadá, inclusive da atuação na extensão universitária, como efetivação do direito à cidade, por meio de pesquisas em sites governamentais e artigos publicados. No terceiro capítulo, estudo do caso da RAU+E – Residência em Arquitetura e Urbanismo + Engenharia – da UFBA, por meio de entrevistas e questionários aos professores do programa. Posteriormente, no quarto capítulo, discussões e conclusões acerca do tema.

Para alcançar o objetivo proposto, esta dissertação adota a metodologia dialética. Sendo a dialética um modo de pensar o mundo em movimento, a partir de uma afirmação como ponto de partida, seguida de uma negação, e finalmente da negação da negação de forma sintética (NETTO, 2011).

Partindo da afirmação sobre a assistência técnica como promotora da gestão democrática das cidades. Em seguida com a contraposição sobre o protagonismo do Estado em garantir moradia aos cidadãos. E finalmente, com a

síntese sobre a relevância da assistência técnica como ferramenta da política do Estado na promoção da moradia.

Entretanto, busca-se a discussão e a análise crítica das possibilidades de atuação das entidades públicas. Representadas tanto pelo Estado, na forma de órgãos da administração, quanto pela Universidade, na forma de extensão universitária, por exemplo. Não se espera esgotar o assunto, mas fomentar discussões para o aprimoramento das estruturas existentes.

2.ASSISTÊNCIA TÉCNICA E A GESTÃO DEMOCRÁTICA DAS CIDADES

2.1. INTRODUÇÃO

Este capítulo¹ trata da evolução histórica do conceito de assistência técnica no contexto brasileiro, a partir da abordagem cronológica e sistêmica. A pesquisa histórica se faz necessária para entender os processos atuais e buscar novas soluções baseadas nas experiências anteriores da gestão democrática das cidades. A visão sistêmica permite a compreensão do contexto geral, compreendendo arquitetura, atuação do Estado na política habitacional, mais especificamente na democratização da gestão urbana, e assistência técnica como instrumento resultante desse cenário.

A questão principal gira em torno da seguinte pergunta: de que forma a política habitacional se desenvolveu no Brasil, considerando o processo participativo? Parte-se da premissa de que o processo participativo na assistência técnica é fundamental para a evolução da política habitacional brasileira. Mas, questiona-se o direcionamento da discussão política para alcançar as reais demandas populacionais.

A produção acadêmica na área de políticas habitacionais deve estar atenta às questões fundamentais da moradia, considerando o trabalho e a mão de obra utilizados na produção da habitação, conforme suscita Maricato (MARICATO, 2009). Nesse sentido, o enfoque teórico está na leitura cronológica dos fatos aliada à visão sistêmica, considerando os contextos de arquitetura e urbanismo, política e administração pública. Na primeira leitura cronológica aborda-se o resgate histórico dos principais acontecimentos voltados para a política habitacional no Brasil desde os primórdios da República. Na segunda, sistêmica, considera-se diversos fatores paralelos, como as reformas administrativas da administração pública, o campo político e ideológico em que ocorriam as decisões de caráter urbano, e o contexto do movimento moderno que ditava as diretrizes da produção arquitetônica e urbanística do século XX.

¹ Coloque que foi publicado no congresso PNUM 2018, realizado em Porto.

Dessa forma, faz-se um panorama histórico geral da atuação do arquiteto e urbanista no âmbito político e administrativo, e está dividido em três seções, da seguinte forma: i) o panorama histórico da gestão heterônoma estado, desde 1889 até 1930, resgatando as principais ações urbanas do poder público voltadas para a habitação de baixa renda, discutindo o papel político dessa atuação, e relacionando esses aspectos ao contexto patrimonialista da administração pública brasileira; ii) o panorama histórico da atuação do estado entre 1930 e 2009, com foco na evolução da política habitacional no Brasil, considerando os contextos de instabilidade política, da burocratização do estado, e das tentativas de democratização da política urbana; iii) a democratização da gestão urbana com institucionalização da autoconstrução, por meio da Lei da Assistência Técnica, considerando o papel atual do arquiteto e urbanista e da universidade na concepção e na formulação de novas estratégias políticas para a questão da habitação no Brasil, considerando, ainda, a evolução da administração pública para o seu caráter gerencial.

Busca-se, inicialmente, compreender o papel da atuação do arquiteto e urbanista na administração pública, desde a Proclamação da República, em 1889, até a década de 1930. É nesse contexto que se inicia a aproximação do governo central às demandas urbanas. Há o resgate histórico das ações públicas de cunho autoritário, na cidade do Rio de Janeiro, antiga capital da República. A demolição do cortiço 'Cabeça de Porco', as ações do prefeito Pereira Passos, e o desmonte do Morro do Castelo são apenas alguns exemplos da conduta do estado frente aos problemas urbanos no início do século passado. Discute-se, ainda, o papel do arquiteto no cenário político, com a importação do discurso estético modernizador da cidade. Considera-se inclusive a máquina administrativa do estado em sua fase patrimonialista e bacharelesca, a qual não focava no planejamento e pautava suas ações de acordo com os interesses das classes dominantes.

Posteriormente, busca-se, por meio do panorama das políticas habitacionais, compreender o atual direcionamento da política urbana, distinguindo os diversos conceitos legais de assistência técnica. Porém, para compreender o atual cenário, é necessário resgatar os fatos históricos, que demonstram as diversas

e frustradas tentativas no sentido de eliminar os problemas relacionados à moradia no país. O IAPI, a Fundação Casa Popular, o BNH, o Plano Nacional de Habitação e o Programa Minha Casa Minha Vida são apenas alguns exemplos das tentativas públicas de garantir o direito à moradia digna. A atual fase da política habitacional é reflexo direto dos acontecimentos do passado, e por isso é tão relevante a compreensão dos fatos e dos seus desdobramentos históricos. As diversas críticas e opiniões políticas e ideológicas a respeito das ações empreendidas são consideradas, buscando-se compreender o seu contexto. Por isso, busca-se relacionar as diversas ações do estado no âmbito da habitação ao respectivo momento da administração pública burocrática, dando respaldo à abordagem sistêmica adotada.

Em seguida, busca-se entender de que forma a gestão democrática das cidades, por meio da autoconstrução, se insere na política habitacional, voltada à assistência técnica com o apoio institucional do estado brasileiro. Com o estabelecimento da Assistência Técnica, o estado passou a olhar para a população de baixa renda de forma diferenciada em relação às políticas habitacionais anteriores. Pela primeira vez, o estado se coloca no nível da população abrindo de fato as portas da administração pública à participação cidadã. Entende-se que a postura do estado mudou, juntamente com a postura da administração pública. Com o advento da administração pública gerencial, a estrutura piramidal e rígida estabelecida pela administração burocrática mudou de configuração. A nova estrutura administrativa se torna mais dinâmica e aberta à participação popular, não somente no âmbito do planejamento urbano, mas em todas as funções de governo. Diante disso, busca-se compreender de que forma a política habitacional em curso, com o Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades – pode estar diretamente relacionada às mudanças políticas e administrativas da atualidade.

A visualização desse panorama visa contribuir para a compreensão da evolução da política habitacional, no âmbito da democratização da gestão urbana. De que forma a expansão das assistências técnicas autogeridas e a evolução de grupos e coletivos autônomos, passou a demandar a aproximação dessa base de trabalho às políticas habitacionais consolidadas.

2.2. A GESTÃO HETERÔNOMA NA POLÍTICA HABITACIONAL

Esta seção busca compreender de que forma se dava a relação do estado com as comunidades de baixa renda. A utilização do termo “relação” se dá pela ausência de uma política habitacional consolidada nesse momento, o que resultou na ação autoritária do governo brasileiro durante muitas décadas. A forma de atuação estatal frente às demandas sociais por habitação não possuía qualquer tipo de diálogo ou preocupação com a qualidade de vida nas favelas e cortiços. Com isso, busca-se por meio do panorama da política habitacional, entender de que forma ela evoluiu para uma gestão mais democrática.

Buscou-se também, compreender o papel da atuação do arquiteto e do urbanista no cenário político brasileiro, pesquisar a institucionalização da arquitetura e, principalmente, do urbanismo com o reconhecimento da necessidade de profissionais especializados no final do século XIX e início do século XX. Ainda, relacionar os fatos político-ideológicos a partir da Proclamação da República do Brasil, em 1889, as mudanças e as reformas na administração pública à valorização do profissional arquiteto e urbanista no meio político, como condicionantes fundamentais para a compreensão do cenário atual da assistência técnica. Valoriza-se a pesquisa histórica da atuação do arquiteto e urbanista no âmbito administrativo, percebendo a importância da administração pública como promotora das políticas públicas. Busca-se novas interpretações e um novo enfoque para a questão habitacional no Brasil. O processo participativo é visto como catalizador da gestão democrática e antagônico à produção heterônoma do Estado (KAPP e CARDOSO, 2013).

Desde o final do século XIX, a máquina administrativa do Estado vivia o período chamado de administração patrimonialista, conforme destaca Silva (SILVA, 2017). A administração estava impregnada de clientelismos e favorecimentos que feriam o princípio da impessoalidade no setor público. Esse modelo, importado da Corte Portuguesa, era caracterizado pela falta de controle dos atos administrativos, pela falta de planejamento, pelo caráter arbitrário das decisões e pela falta de sensibilidade social por parte do poder público. Além disso, trazia resquícios da monarquia, os quais não se delimitavam de forma clara os bens

peçoais dos bens públicos. Essas características iam contra os ideais de modernização e industrialização que vinham dos países desenvolvidos.

No campo das preocupações urbanas, o patrimonialismo administrativo fornecia as bases para ações impositivas por meio dos discursos higienistas, com o objetivo de limpar a cidade e excluir os pobres dos centros urbanos. O agravamento da questão habitacional se deu justamente com a Proclamação da República, em 1889, com o aumento da população urbana e a proliferação dos cortiços, que acarretaram a degradação das condições da moradia. Esse contexto resultou nas demolições em massa que tiveram início a partir do século XIX, como a demolição do cortiço Cabeça de Porco (1893), a abertura da Avenida Central do Rio de Janeiro (1902-1904), e o desmonte do Morro do Castelo (1922), conforme relembra Silva (SILVA, 2012). Esses três momentos se caracterizam por representar a parcialidade das medidas dos governos da época, construindo o discurso ideológico de acordo com as intenções das elites da época.

O primeiro grande momento se deu com a demolição do cortiço 'Cabeça de Porco', o maior cortiço do Rio de Janeiro, em 1893, que abrigava cerca de duas mil pessoas. Esse fato, foi o resultado de um movimento intelectual que pairava sobre a elite 'pensante' da época, como resposta à um grande surto de doenças que atingiu a antiga capital da república na época. Esse cenário de caos urbano foi retratado detalhadamente pelo historiador Sidney Chalhoub, em seu livro intitulado "Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial" (CHALHOUB, 1996). Os ideais de modernidade e salubridade atrelados à forma urbana foram importados das cidades europeias e difundidos através dos grandes meios de comunicação.

A imagem do cortiço como ambiente de pobreza, inóspito e imoral clamava por algum tipo de ação do poder público para pôr fim ao caos urbano. Porém, conforme aponta Valladares (VALLADARES, 2000), a ação do governo estava mais voltada para a extinção do cortiço dos centros urbanos, do que para a real resolução dos problemas sociais. Nesse momento histórico, é nítida a ação autoritária e antidemocrática do governo local sob o comando do prefeito Barata Ribeiro. Existia de fato a preocupação com o urbano, e com a qualidade da

cidade, porém, desconsiderando as demandas sociais da população que habitava nesses cortiços. A demolição do 'Cabeça de Porco' significou, na prática, o trágico início para a proliferação das favelas, que começaram a brotar de forma irregular e ilegal nas encostas de morros, e nas 'franjas' da cidade do Rio de Janeiro, antiga capital da República.

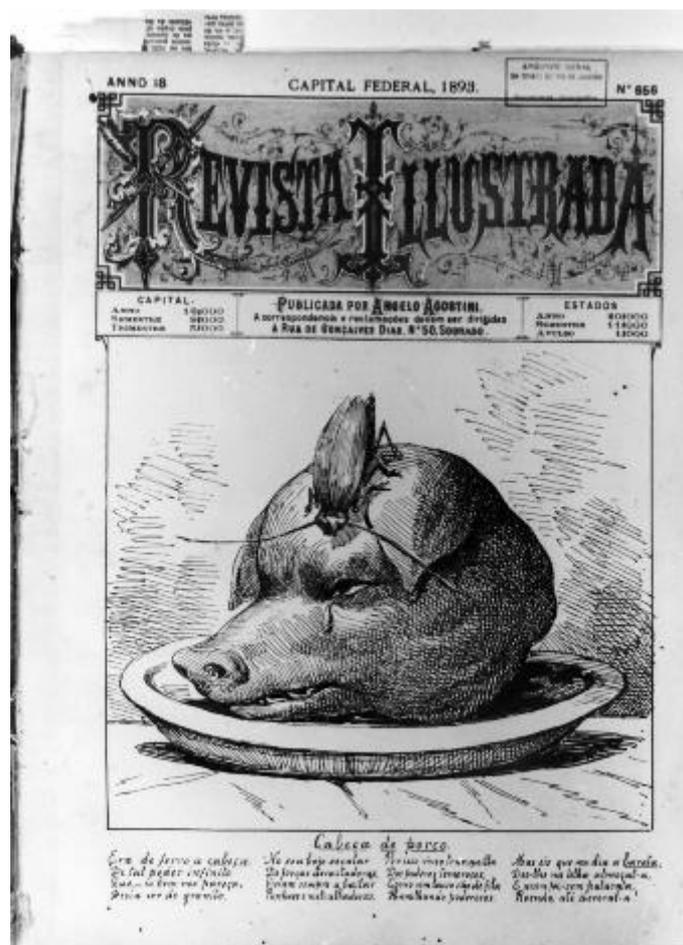


Figura 2 - Capa da Revista Ilustrada, 1893. Noticiando a demolição do Cabeça de Porco (ILUSTRADA).

O segundo momento marcante na cronologia da ação urbana do poder público foi durante a reforma urbana empreendida por Pereira Passos, já no início do século XX, que tinha ainda as mesmas intenções do prefeito Barata Ribeiro, no caso do 'Cabeça de Porco'. Limpar, civilizar e sanear a cidade eram as palavras de ordem daquele período histórico. Pereira Passos sucedeu várias intervenções

urbanas que modificaram a feição da cidade de forma abrupta. A abertura da Avenida Central, inspirada nas obras de Haussmann em Paris, implicou na demolição diversos casarios coloniais e imperiais, perdendo-se, então, um importante acervo arquitetônico e histórico.



Figura 3 - Avenida Central Rio de Janeiro, Augusto Malta (MALTA).

O terceiro momento se dá com o desmonte do Morro do Castelo, em 1922, na prefeitura de Carlos Sampaio. O arrasamento se deu para locar a Exposição do Centenário da Independência. Foram demolidas a Fortaleza, a Igreja, o Colégio dos Jesuítas, o Telégrafo, a Cadeia, o Hospital São Zacarias, os casarios antigos, e outros importantes edifícios da cidade. O Morro possuía uma localização privilegiada na cidade, por estar próximo à Avenida Rio Branco. Porém, as famílias pobres estavam morando de aluguel nos casarões antigos do Morro, o que estava incomodando as elites locais. Logo, o discurso higienista surge com o objetivo de 'limpar' o território para a apropriação dos grandes empreendedores, constatando a interferência da lógica do capital imobiliário na política urbana.



Figura 4 - Desmorte do Morro do Castelo, 1922. Fonte: Augusto Malta (MALTA, 1922).

Esses três momentos da ação do estado no meio urbano, representam algumas das ações públicas no período em questão. Nota-se a influência dos discursos sanitário e estético para modernizar a cidade. A arquitetura e urbanismo corroboram com os discursos políticos da época, fornecendo argumentos para a intervenção autoritária no tecido urbano. Segundo Aravecchia-Botas (ARAVECCHIA-BOTAS, 2016), a administração pública também possuía papel relevante na manutenção da estrutura vigente. Na administração patrimonialista e bacharelesca os cargos privilegiados eram os mantenedores da ordem política: advogados, professores, médicos, e membros do clero. Havia um enorme desinteresse aos cargos científicos e tecnológicos, pois esses notadamente representavam a inovação e a conseqüente afronta aos ideais conservadores da época. Assim, o apoio às profissões de cunha técnico-científico se dava por camadas mais progressistas da sociedade.

Dessa forma, apesar do discurso socializante do movimento moderno, percebemos a inclinação neoliberal de sua agenda, que se forjava no início do século XX.. Ainda que em sua fase inicial, as vanguardas modernas influenciam diversas ações autoritárias e desumanas para justificar seu discurso estético. Por isso, teóricos, como Tafuri (TAFURI, 1965-1995), teceram fortes críticas movimento moderno, principalmente por dar respaldo à lógica de reprodução do capital, por meio da `limpeza` da cidade.

Assim, desde a Proclamação da República, em 1889, até a revolução constitucionalista de 1930, as ações do estado estavam voltadas para a modernização urbanas. Porém, não havia um pensamento e uma estratégia nacional para a política urbana e habitacional, o que havia era uma série de ações desconexas que buscavam resolver problemas pontuais no tecido urbano. No entanto, essa agenda pública começa a mudar a partir do governo de Getúlio Vargas, que apesar do autoritarismo, buscava organizar o aparelho do estado com a reforma burocrática.

2.3.A ERA DOS CONJUNTOS HABITACIONAIS: O DIRECIONAMENTO PARA PLANOS HABITACIONAIS

Esta seção busca compreender de que forma o processo de institucionalização dos planos habitacionais do estado, desde meados da década de 1930 até os dias atuais, relaciona-se aos aspectos políticos e administrativos e à agenda da arquitetura e do urbanismo. A política habitacional adotada fomentava o liberalismo econômico, por meio da forma de produção da habitação, que sempre esteve vinculada à política econômica brasileira. Desde meados do século XX, com o crescimento vertiginoso dos centros urbanos, com o desenvolvimento econômico e a industrialização, houve a necessidade de implantação de políticas públicas voltadas à provisão habitacional (GORDILHO SOUZA, 2016).

O novo projeto de desenvolvimento nacional, vislumbrado por Vargas, dependia da produção de infraestrutura urbana e principalmente habitacional, necessárias

para subsidiar o crescimento industrial. O governo passou a agir no sentido de promover políticas habitacionais que tivessem como foco a produção rentista de habitação, em oposição à política de demolição e extinção dos antigos cortiços e bairros pobres.

A partir da década de 1930, com a Revolução Constitucionalista e a instauração do Estado Novo no Brasil, a Administração Pública brasileira inaugura uma nova fase, a chamada administração burocrática. Esse período se caracterizou pela intenção de reforma da máquina estatal a fim de banir o patrimonialismo da cultura administrativa. Com o movimento de burocratização da administração pública brasileira, os cargos técnicos ganharam importância política, pois o discurso político-ideológico que permeava o período caminhou simultaneamente à construção do discurso meritocrático, resultando na valorização do conhecimento técnico. Esse movimento se deu com a valorização da figura do engenheiro no campo político-ideológico, e posteriormente, com as figuras dos arquitetos e urbanistas, conforme afirma Aravecchia-Botas (2013). O contexto histórico é de transição dos antigos padrões, como a falta de planejamento e controle, para os novos padrões de modernidade importados dos países industrializados e desenvolvidos. Dessa forma, as figuras dos engenheiros e dos arquitetos ganham reconhecimento justamente por representar a inovação pretendida no meio político.

Paradoxalmente, nos primórdios da administração pública burocrática, a figura do arquiteto respaldava a ação do governo que via na população pobre a origem dos problemas da cidade. Corroborando com o contexto histórico de industrialização e importação dos modelos e padrões de sociedade que se difundiam na Europa, como o sanitarismo e a gentrificação dos centros urbanos. Assim, a presença do arquiteto ganhou importância nos órgãos públicos principalmente para realizar o projeto de modernização nacional, idealizado por Vargas.

A origem da atuação estatal no contexto urbano é anterior à década de 1930, porém a atuação de forma planejada é algo que se desenvolveu ao longo do século XX. Alfredo Oliveira (2010) e Nelson Fernandes (2010) (SILVA, 2012) apontam a origem da política habitacional brasileira na ação do governo do

Marechal Hermes (1910-1914), com a construção de Vilas Operárias. Enquanto Bonduki (1998) (SILVA, 2012), considera a origem da política habitacional brasileira somente a partir da ação do governo de Getúlio Vargas . Independente da origem precisa da ação política e planejada voltada para a habitação, percebe-se o esforço público no sentido de intervir na produção de habitação, principalmente sob o argumento higienista.

Bonduki e Koury, em sua obra “Os pioneiros da habitação social” (BONDUKI e KOURY, 2014) destaca a importante decisão do governo do Marechal Hermes da Fonseca em romper com o paradigma liberal do governo brasileiro e produzir diretamente habitação para os trabalhadores. O empreendimento previa a construção de mais de 1300 (mil e trezentas) casas para os trabalhadores, projetado pelo tenente-engenheiro Palmiro Serra Pulcheiro, porém só foram construídas 165 unidades habitacionais. Isso ocorreu devido à forte resistência enfrentada pelo então presidente frente ao Congresso Nacional, às elites conservadoras e à mídia que não concordavam com a intervenção do estado na produção habitacional.



Figura 5 - Vila Operária Marechal Hermes, vista aérea em 1935, no centro praça da estação e cúpula do cinema (HOMERO, 2014).

Dessa forma, é no contexto da década de 1930, com a primeira reforma administrativa, e com a necessidade de controle e racionalização dos processos administrativos, que se inicia a valorização e o reconhecimento do profissional arquiteto e urbanista no cenário político e administrativo. A atuação desses profissionais em órgãos e em entidades de provisão habitacional, somados a

esforços no planejamento e no controle das ações do estado no âmbito da política habitacional, que anteriormente eram esparsos, culminaram na mudança do cenário político brasileiro. Foi aí que a produção estatal de habitação alavancou, principalmente no cenário nacional.

O Plano Agache, de 1926 a 1930, embora tivesse foco no planejamento urbano da cidade do Rio de Janeiro, de uma forma global, foi essencial para as discussões acerca da política habitacional em pauta. O objetivo era a remodelação e o embelezamento da cidade do Rio de Janeiro, inspirada nas reformas de Paris, respaldando com os ideais de modernidade vigentes. A radicalidade da proposta do Plano Agache, gerou diversas discussões sobre a legitimidade da ação do governo para as famílias que moravam nas favelas e que seriam expulsas de suas casas.

A grande atuação estatal voltada à habitação teve início com os IAP`s – Institutos de Aposentadorias e Pensões – em meados da década de 1930. O IAPI – Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários – foi o precursor desse modelo estratégico de atuação do estado. Apesar de não ter sido criado exclusivamente para a produção habitacional, o IAPI projetou e edificou a maior parte das habitações populares do período de 1936 até 1966, com cerca de 24 mil unidades, de acordo com Bonduki e Koury (2014). O primeiro conjunto habitacional realizado pelo IAPI foi o Conjunto Residencial Operário de Realengo, no Rio de Janeiro, que foi construído entre 1938 e 1943. A operação seguiu as diretrizes de projeto definidas pelo governo de Getúlio Vargas, que constavam a construção de mais de duas mil unidades habitacionais e vários serviços urbanos, como escolas, creche, praça, igreja, e até mesmo clube para o lazer os moradores.



Figura 6 - Conjunto Residencial Operário de Realengo. Foto: Bob Wolfenson.

Após às primeiras experiências do IAPI, a produção habitacional passou reduzir as necessidade de serviços básicos nos projetos habitacionais, com o objetivo de intensificar a racionalização da construção civil e diminuir os custos da produção. Demonstrando o alinhamento aos ideais de eficiência preconizados para a administração pública burocrática.

A Fundação Casa Popular – FCP – diferentemente do IAPI foi criada especificamente para a produção de habitação social, com objetivo de unificar e centralizar os recursos de financiamento habitacional. Porém a produção da FCP ficou restrita a pequenos empreendimentos, não superando a produção do IAPI, e tendo seus objetivos frustrados na prática. O Conjunto Residencial Presidente Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro, construído em 1952, também sob o governo Vargas, é uma exceção na produção habitacional da FCP. Com mais de mil e trezentas unidades habitacionais, e contando com escola, administração, ginásio e mercado, esse exemplar contou com soluções estéticas simplistas de modo a diminuir o custo global da obra.

2.4.A LEI DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA COMO INSTRUMENTO DA POLÍTICA URBANA

A institucionalização da autoconstrução está se consolidando no Brasil, após um século de desenvolvimento da política urbana no Brasil. O sistema, que vinha sendo retroalimentado historicamente de forma autoritária e distante da reflexão crítica, desembocou na democratização da política urbana, com a instrumentalização da assistência técnica em 2008.

Apesar do avanço político-ideológico, a assistência técnica, voltada à produção em mutirões, o novo modelo foi alvo de críticas, conforme destacou Oliveira (DE OLIVEIRA, 2003) (DE OLIVEIRA, 2006). O modelo representa a formalização da informalidade por retirar do estado a competência da produção habitacional e transferir essa competência à própria população. O resultado dessa dicotomia revela um momento raro na história da política nacional, estaria a atuação estatal realmente interessada na resolução dos conflitos sociais? O atual estágio da política urbana parece ter como orientação político-ideológica o suprimento das necessidades sociais, deixando de lado as intenções do mercado imobiliário. Portanto, nesta seção busca-se entender a institucionalização da autoconstrução no Brasil, e a relação entre seus aspectos políticos, administrativos, arquitetônicos e urbanísticos.

A partir do contexto da década de 1960, em plena ditadura militar no Brasil, o presidente Castello Branco, decretou o Decreto-Lei Nº 200 (BRASIL, 1967), estabelecendo diretrizes para a reforma administrativa. Apesar, da forte centralização política, o Decreto defendia a descentralização administrativa, dando maior autonomia às entidades da administração indireta. Conforme afirma Silva (SILVA, 2017), apenas em 1995, durante o governo de Fernando Henrique, que foi criado o Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, sob o comando do Ministro Luiz Carlos Bresser-Pereira, como tentativa de consolidação da reforma administrativa.

Em paralelo ao movimento de descentralização administrativa, houve também um forte movimento de setores da sociedade, organizado pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil – IAB – e com apoio do Instituto de Aposentadoria e Pensão – IAPSE – resultando no Seminário de Habitação e Reforma Urbana, O Homem, sua Casa, sua Cidade, que ocorreu no Hotel Quitandinha, no Rio de Janeiro em 1963 (GORDILHO SOUZA, 2016). Na agenda, estavam a elaboração de

propostas para a política habitacional com a criação de uma entidade financiadora para os investimentos em habitação a longo prazo.

A agenda prevista acabou não se consolidando devido à política adotada no governo militar, com a promoção e a dinamização do setor imobiliário. Essa medida visava dar solvência ao Banco Nacional de Habitação e retorno aos investidores do Sistema Financeiro de Habitação, típico da agenda neoliberal de política habitacional. Essa quadro agravou a eclosão das periferias e das franjas urbanas com conjuntos habitacionais.

O ano de 1976 representa um marco no contexto histórico da assistência técnica com a criação da Assistência Técnica à Moradia Econômica, o Programa ATME no âmbito do estado do Rio Grande do Sul. Essa iniciativa se consolidou como o embrião da atual Lei de Assistência Técnica sancionada pelo então presidente Lula (IAB, 2010). Ainda, no contexto de abertura política, após a década de 1980, são retomadas discussões acerca de políticas voltadas aos mais pobres, e o movimento social na arquitetura se aproxima da assessoria técnica, e da busca pelo diálogo com as comunidades (CARDOSO e AMORE, 2018).

Segundo Maricato (MARICATO, 2011), na década de 1980 quase não houve investimento público na habitação social. E nesse mesmo período, a população das favelas praticamente triplicou em relação à população urbana. Ou seja, enquanto o poder público deixa de investir em habitação, na forma de política habitacional, a população resolve parcialmente o problema por meio da autoconstrução. Parcialmente, porque o problema da sub-habitação continua existindo, aumentando o déficit habitacional, agravando a mobilidade urbana e onerando a infraestrutura existente, sobrecarregando o sistema como um todo.

Com o desenvolvimento da administração pública, a avaliação das políticas tomou um lugar de destaque. A preocupação com a efetividade das políticas na sociedade tornou-se primordial para readequação dos planos e programas de governo. De acordo com Paludo (SILVA, 2017), o estado passa a enxergar o usuário como cliente e busca além da eficiência e a redução dos custos, a satisfação com os serviços prestados. Esse novo paradigma desencadeia

mudanças em todas as áreas de atuação do Estado. Inclusive no âmbito das políticas habitacionais.

Bonduki (BONDUKI e KOURY, 2014), defende a ideia de que a partir do século XXI, a agenda urbana e habitacional começou a mudar no Brasil. De fato, houve um intenso trabalho do governo Lula durante a primeira década com: a criação do Estatuto da Cidade em 2001; a criação do Ministério das Cidades em 2003; a formulação da Política Nacional de Habitação em 2004; o PAC – Programa de Aceleração do Crescimento – de Urbanização de Assentamentos Precários, e o Plano Nacional de Habitação em 2008; e o Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV – em 2009. Porém, a consolidação do atual² cenário é resultado da complexa construção histórica.

Conforme observa Gordilho Souza (GORDILHO SOUZA, 2016), a inflexão na política habitacional em 2008 gera um gargalo para a urbanização de favelas.

Independentemente da metodologia adotada, há consenso quanto à qualidade das unidades habitacionais produzidas no âmbito do MCMV. Raros são os empreendimentos que não apresentam problemas relacionados ao programa de necessidades e à qualidade construtiva. As unidades são muito pequenas, possuem tamanhos padronizados com pouca variação, e muitas não podem ser adaptadas ou reformadas. Do ponto de vista urbanístico, a distância dos condomínios aos centros comerciais dificulta o acesso das famílias aos serviços básicos como padarias, supermercados, e farmácias. Esse distanciamento contribui para a segregação socioespacial, aprofundando as desigualdades sociais.

O cerne de toda a crítica ao modelo de produção em massa, a exemplo do MCMV, incide na racionalização do processo construtivo e na potencialização dos lucros das empreiteiras. Essa crítica está praticamente pacificada entre os estudiosos da política habitacional no Brasil, reduzindo bastante a sustentação para a continuidade desse tipo de política. É nessa lacuna que se enquadra a

² Apesar dos desdobramentos políticos vivenciados no Brasil a partir de 2016, optou-se por desconsiderar os últimos três anos, por não conformar distanciamento temporal necessário para uma análise mais aprofundada no que tange a política habitacional.

proposta da assistência técnica por meio da autoconstrução. O foco é atuar de forma local, nas comunidades de baixa renda, incorporando o processo participativo na metodologia projetual.

Conforme elucidado por Rolnik (2015), e Maricato (2015), o PMCMV tem objetivos claros quanto à agenda política. O programa habitacional em escala macro, financia a indústria da construção civil e apoia as grandes empresas do setor, fomentando as bases do liberalismo no Brasil.

Desde 2009, com o Minha Casa, Minha Vida – Entidades desenvolvendo auto-gestão, há uma mudança na ação política (GORDILHO SOUZA, 2016). Após inúmeras críticas ao modo tradicional de produção habitacional, e após várias críticas à qualidade urbanística, arquitetônica e construtiva dos empreendimentos, o governo revisou o programa para possibilitar a atuação de pequenas comunidades de forma autônoma.

Na lacuna de atuação da política habitacional voltada à urbanização das favelas, e das periferias já instaladas, encontra-se a atuação autônoma de coletivos e grupos voltados à pesquisa acadêmica com o objetivo da prestação de assistência técnica.

No âmbito da questão metodológica, Nogueira (2010), na dissertação de mestrado “Práticas de Arquitetura para Demandas Populares: A experiência dos Arquitetos da Família”, relata a metodologia utilizada no desenvolvimento do trabalho com as famílias de baixa renda. Para Nogueira (2013), a metodologia de projeto heterônoma tradicionalmente utilizada possui falhas e deve ser aprimorada. A questão principal é o distanciamento entre arquiteto e usuário, principalmente nas fases concepção, projeto e uso. A Figura 7 ilustra a relação tradicional entre arquiteto e usuário, na qual o arquiteto é responsável pelas decisões projetuais, afastando o cliente final do processo decisório.

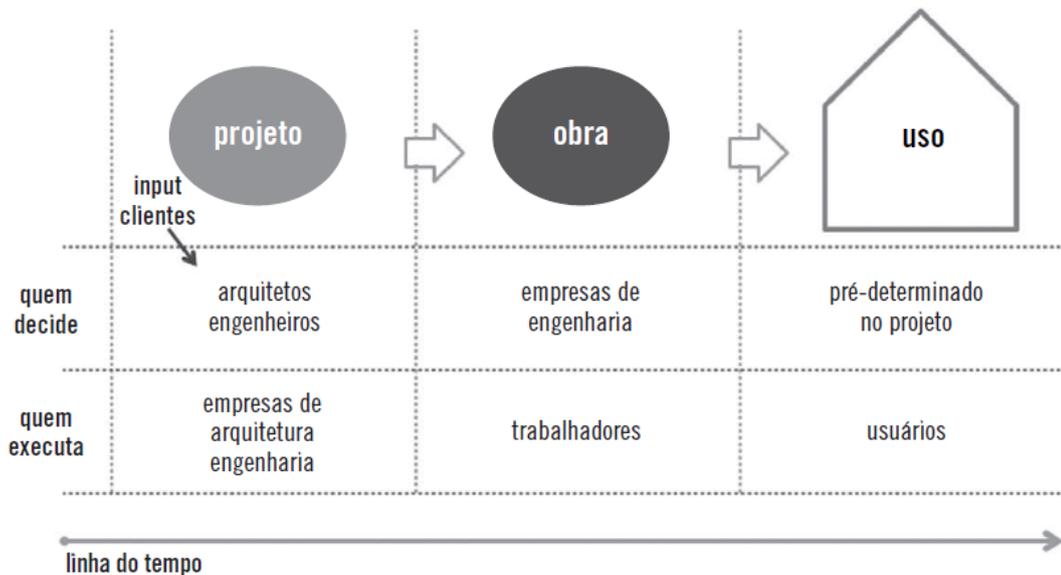


Figura 7 - Processo de construção heterônomo. Fonte: Elaborado por Nogueira (NOGUEIRA, 2013).

Nota-se, atualmente, com a proliferação das assistências técnicas, um movimento de horizontalização das relações profissional-cliente, conforme ilustrado na Figura 8, e uma forte tendência à desvalorização das etapas e protocolos tradicionais. No lugar do briefing e do programa de necessidades (input clientes), busca-se a inclusão do usuário do processo de projeto e criação.

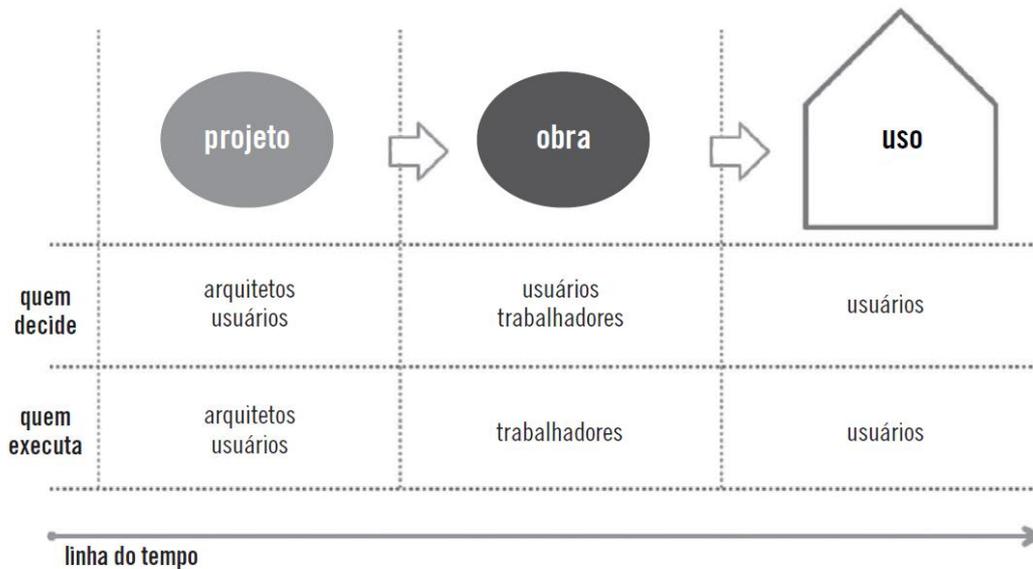


Figura 8 - Processo de construção dos Arquitetos da Família. Fonte: Elaborado por Nogueira (NOGUEIRA, 2013)

No contexto da evolução administrativa, observa-se a incorporação dos conceitos de melhoria contínua e de feedback, difundidos pela administração gerencial, no processo de produção arquitetônico.

De acordo com Andrade, o processo participativo no planejamento urbano e regional permite reforçar que os cidadãos se reconheçam em seu bairro e em sua cidade (ANDRADE, 2017). A realidade da localidade, conforme entendida pelos membros da própria comunidade, pode ser bastante distinta daquela idealizada nos ambientes acadêmico e profissional da Arquitetura e Urbanismo. No entanto, deve-se atentar para os níveis de participação, que muitas vezes pode ser utilizada por parte dos poderes públicos para gerar consenso passivo nas tomadas de decisão e para deslegitimar o conflito social.

Entre as principais críticas aos mutirões de autoconstrução encontradas na literatura habitacional brasileira, estão as considerações de Oliveira (2003, 2006) acerca da dualidade dessa solução. A polêmica opinião do autor gerou réplicas diretas à sua opinião, propiciando a discussão reflexiva acerca da autogestão.

Em oposição à Oliveira (DE OLIVEIRA, 2003), Ferro (FERRO, 2015) defende o trabalho realizado junto às comunidades de baixa renda argumentando a

mudança nas relações de trabalho dentro do canteiro, a integração das equipes e a horizontalização das hierarquias. Ferro defende, ainda, a autoconstrução em mutirões não por focar na produtividade e no barateamento cegos, mas pela atenção às condições individuais e coletivas de cada comunidade específica. Como no caso dos mutirões Tânia Maria e Cinco de Dezembro em Suzano, interior de São Paulo, financiado pela Caixa Econômica Federal por meio do MCMV – Entidades. Os mutirões autogeridos ocorreram entre 2010 e 2014 objetivando atender a 144 famílias de baixa renda. Os projetos foram coordenados pelo Usina CTAH e seguiram uma metodologia participativa refletindo as reais necessidades dos usuários. Nesses projetos foram previstos usos variados às unidades: áreas comunitárias, áreas de lazer, áreas para cultura, educação e geração de emprego e renda, retomando as diretrizes da produção habitacional pelos IAPs.



Figura 9 - Processo participativo de projeto. Fonte: Usina CTAH.

A autoconstrução, fruto do trabalho social organizado pela própria comunidade, existe independentemente do Estado e continuará existindo apesar dele. A demanda por habitação é urgente, as pessoas precisam de uma solução rápida e eficiente. Além disso, é direito assegurado constitucionalmente. Apesar, das

dificuldades do Estado em prover a habitação, ele deve encontrar formas de assegurar o mínimo possível para a subsistência dos cidadãos.

Entendemos que a autoconstrução é legítima e pretende transformar a realidade brasileira por meio de um trabalho cuidadoso, apesar de se configurar de modo pontual na realidade brasileira. Ao contrário das grandes ações posteriores, que buscam grandes resultados e transformações sociais, essa nova política tática, que desce mais ao nível da população e respeita as suas demandas, demonstra ser mais eficiente e efetiva.

Neste contexto, o campo da Extensão Universitária representa uma possibilidade importante de reconstrução do conhecimento científico a partir da transposição dos muros da universidade e do uso desse conhecimento "na luta cotidiana pelo bem comum". O determinismo tecnológico e a neutralidade da ciência fazem desaparecer outros saberes e conhecimentos. Por isso, a universidade tem papel chave na formulação e na condução de políticas de ciência e tecnologia, a fim de assegurar a democratização de acesso e produção de conhecimento pelas novas ciências, que abrangem múltiplos campos de saberes inter e transdisciplinares como a visão sistêmica das cidades.

O papel da universidade é essencial para o progresso da política urbana. Tanto que a Lei da Assistência Técnica determinou quatro formas básicas de assistência técnica por meio de: servidores públicos, integrantes de equipes de organizações não-governamentais sem fins lucrativos, profissionais autônomos, e profissionais inscritos em programas de residência acadêmica, como programas de extensão universitária, por meio de escritórios-modelos. É o caso do Grupo de Pesquisa "Periférico, trabalhos emergentes".

2.5.DA EXPANSÃO DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA À GESTÃO DEMOCRÁTICA DAS CIDADES

Com esta seção busca-se verificar de que forma a instrumentalização da Assistência Técnica, no contexto do Estatuto da Cidade, se inseriu nos

desdobramentos da política habitacional brasileira. A produção habitacional do Estado caminhou, do ponto de vista da administração pública e do leque de instrumentos jurídicos e políticos, de heterônoma e autoritária para uma atuação mais horizontalizada e mais democrática.

Principalmente a partir de 2008, com a expansão das assistências técnicas autogeridas e a evolução de grupos e coletivos autônomos, surgiu a necessidade de aproximação dessa base de trabalho às políticas habitacionais consolidadas. A base formada pelos movimentos populares de associação de moradores em parceria com as assistências técnicas demanda apoio técnico, recursos, controle regional e principalmente terra do Estado (AMORE, 2016).

Essa dinâmica de aproximação do Estado resulta no tripé da autogestão elaborado e adaptado pelo IAU-USP e pela assessoria técnica Peabiru, representado na Figura 9:

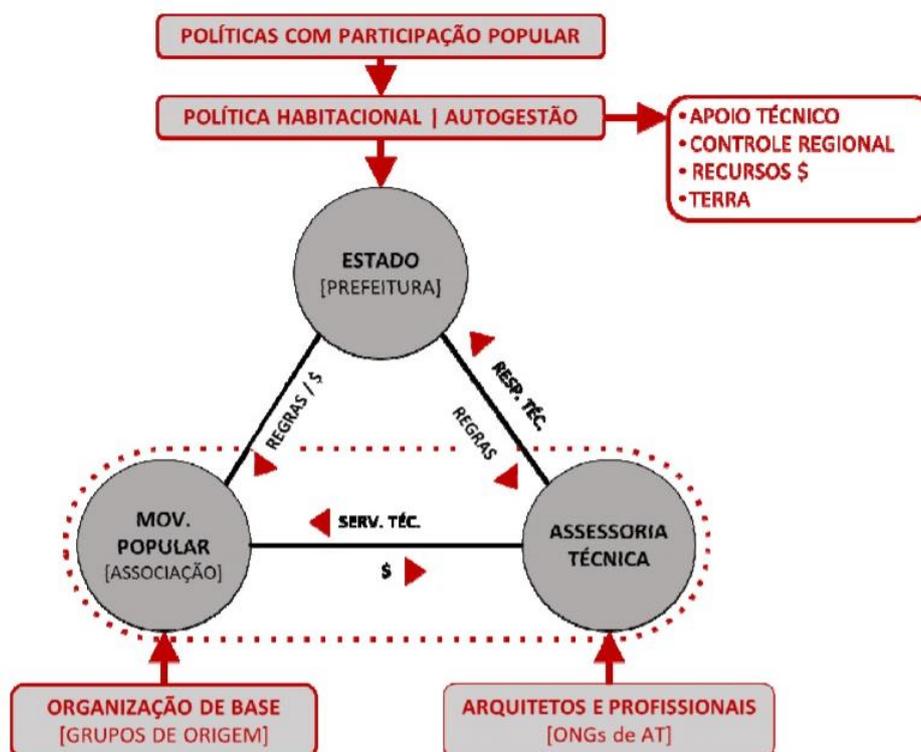


Figura 10 - Tripé da autogestão. Fonte: IAU-USP e Peabiru (AMORE, 2016).

A lógica da aproximação estado-movimento popular-assessoria técnica também está sendo difundido pelo próprio Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil – CAU/BR – com a realização de seminários e eventos voltados à AT. Em Brasília, por exemplo, o CAU/BR organizou, em conjunto com Colegiado de Entidades de Arquitetura e Urbanismo (CEAU/DF) e com a Federação Nacional dos Arquitetos e Urbanistas (FNA), o Seminário de Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (CAU/BR, 2018). O objetivo do seminário, além da busca de estratégias para a conquista do direito à cidade, é avaliar os resultados alcançados com 10 anos de vigência da lei.

Seminários como esses e ações junto às prefeituras ganharam força em todo território nacional. Em Brasília, a Companhia de Desenvolvimento Habitacional de Distrito Federal – CODHAB-DF – implantou 10 postos de atendimento de assistência técnica nas periferias (FRAGA, 2018). O funcionamento dos postos é inspirado nos postos de atendimento de saúde, e busca solucionar problemas de salubridade e segurança para os moradores de baixa renda. A atuação da CODHAB envolve o projeto, o acompanhamento da obra, a contratação da mão-de-obra e a compra do material de construção, com um teto de R\$ 13.500 por família. Além disso, os postos da CODHAB realizam mutirões para promover a revitalização urbana e a melhoria dos espaços públicos das comunidades, uma ação muito deferente da praticada no Cortiço Cabeça de Porco, por exemplo.

2.6. CONCLUSÃO

Esse capítulo buscou, por meio da análise crítica da evolução da política habitacional brasileira, entender os desdobramentos do cenário atual da assistência técnica. Muito foi conquistado em mais de 100 anos de história, partindo de uma ação autoritária e centralizada no Estado, para experiências de uma ação horizontalizada e focada nas necessidades reais da população.

O atual estágio da política pública voltada à assistência técnica ainda está longe do ideal. A fundamentação legal é uma das mais evoluídas do mundo, entretanto, muito se deve avançar na prática junto às comunidades. Com o Programa Minha

Casa Minha Vida e a Lei da Assistência Técnica diversas ações autônomas e de extensão universitária atuaram junto às famílias de baixa renda. Contudo, por se caracterizar com ações pontuais e voltadas às necessidades pessoais e locais de cada indivíduo e comunidade, a assistência técnica necessita de um volume de produção maior para fazer frente ao volume produzido em massa nos grandes conjuntos habitacionais.

O próximo capítulo reúne, de forma geral, informações sobre a situação da assistência técnica no Brasil e no mundo. Porém, de modo específico, levanta informações sobre a assistência técnica no contexto das universidades federais brasileiras, por estado e por região.

3.ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: EXPERIÊNCIAS

3.1. INTRODUÇÃO

Este capítulo visa reunir as diversas modalidades de assistência técnica existentes no Brasil, e em outros países, como nos Estados Unidos, e no Canadá, compreendendo os diversos formatos e metodologias de participação. No contexto da política urbana brasileira, a Assistência Técnica surge como um instrumento jurídico assegurado no Estatuto da Cidade, e fundamentado na Constituição Federal de 1988. Como política pública, a AT legalmente prevista busca ampliar seu leque de atuação pela parceria com a Universidade.

Por meio da Extensão Universitária e da Residência Acadêmica, a política habitacional vai ao encontro da política de extensão universitária. A universidade fundamentada no tripé ensino, pesquisa e extensão, tem como objetivo ir ao encontro das necessidades da sociedade contemporânea. Dessa forma a junção dessas políticas mostra-se extremamente benéfica para as comunidades locais. O surgimento dessa iniciativa se deu em meados da década de 1970, quando o Ministério da Educação e Cultura (MEC), propôs medidas destinadas à institucionalização e ao fortalecimento da Extensão Universitária. Nesse contexto, em 1974, fundamentada nas ideias de Paulo Freire, a Extensão foi estabelecida como ação institucional orientada para a assistência das comunidades e populações, com sentido de fomentar a troca de saberes acadêmicos e populares (FORPROEX, 2012).

A assistência técnica pública e gratuita é lei no Brasil desde 2008, e se encontra em processo de expansão nas cidades brasileiras. A Lei, apesar de ser relativamente recente no âmbito da política de habitação, já está sendo implantada de diversas formas no Brasil. Como legislação, a Lei da AT é considerada³ uma das mais avançadas do mundo, porém ainda precisa explorada e divulgada no país. Outros países como Portugal ainda não possuem esse tipo de legislação, apesar de possuírem grande demanda na área social.

³ Informação obtida no PNUM 2018, em Porto. No congresso foi discutido como a legislação brasileira é avançada, ao menos do ponto de vista teórico, ainda que não seja plenamente vigente no país.

No Brasil, algumas formas de AT já estão sendo efetivadas. Na forma de serviço público, a atuação da CODHAB em Brasília, é um exemplo da evolução da atuação do Estado em relação à moradia.

Além dessa forma de atuação junto às prefeituras, a atuação das assistências técnicas nos formatos de residências universitárias está em crescimento no país. Atualmente, apenas duas universidades implantaram o Programa de Pós-Graduação, como Residência Universitária em Arquitetura e Urbanismo para oferecer AT à população de baixa renda: a USP e a UFBA. Busca-se contribuir com a divulgação desse instrumento, instigando seu crescimento e expansão, principalmente para os que mais precisam.

Para isso, neste capítulo, primeiramente serão abordados os casos de AT universitária que assistem às famílias de baixa renda no Brasil. Ainda de forma inicial, a AT já está bem atuante em algumas comunidades de baixa renda no DF. O posto de AT da CODHAB já está presente em XX Regiões Administrativas do DF, como Santa Maria, Pôr-do-Sol, São Sebastião; e a atuação do Grupo Casas e Periféricos na Universidade de Brasília.

Depois será analisada a situação da assistência técnica nas universidades federais no Brasil. Serão analisados aspectos qualitativos da atuação desses grupos, como metodologias e técnicas participativas, nível de intervenção nas comunidades e tipo de vínculo com a faculdade de arquitetura e urbanismo. Serão analisados, também, aspectos quantitativos da AT como quantidade de núcleos de AT em cada estado, e índice da quantidade de núcleos existentes para cada um milhão de habitantes.

Após a análise das assistências técnicas nas universidades brasileiras, será realizada uma breve análise do caso de exceção: a USP. Sendo uma universidade estadual, é considerada a mais importante universidade brasileira, tendo inclusive uma modalidade de Residência em Arquitetura e Urbanismo, porém na modalidade educação continuada ao Curso de Graduação (LEME e MARTINS, 2018). Por ser uma universidade no âmbito estadual, o caso da USP não estaria no escopo desta pesquisa. Porém, devido a sua importância e singularidade no caso da Residência, será analisada numa seção à parte.

Posteriormente, serão abordados os casos de AT nas universidades dos Estados Unidos e no Canadá. O objetivo não é apenas citar os casos, mas ressaltar aspectos importantes das metodologias utilizadas em cada empreitada, observando os aspectos positivos e negativos de cada situação. Pretende-se também analisar de forma crítica os projetos empreendidos e de que forma eles contribuíram com a participação da sociedade.

Por último, busca-se entender a atuação universitária voltada à assistência técnica de forma geral. A intenção é fazer um balanço dos aspectos positivos e negativos de todos os casos analisados, compreendendo a metodologia adotada nas etapas de projeto e de construção, conforme o caso.

Portanto, busca-se contribuir com a expansão da AT no Brasil, por meio da divulgação das formas de trabalho já existente no Brasil e em outros países da América. Com a promoção da análise crítica, comparativa e reflexiva, busca-se viabilizar a expansão territorial das AT's e o aprimoramento das modalidades brasileiras.

Com o objetivo de estruturar e consolidar análise metodológica da Extensão Universitária no Brasil, buscou-se verificar os projetos de extensão em andamento em todas as universidades federais públicas brasileiras. A partir da pesquisa realizada, as informações acerca da existência de curso de Arquitetura e Urbanismo e a existência de Projeto de Extensão Universitária, Projetos de Pesquisa ou Escritórios Modelos voltados à assistência técnica para famílias de baixa renda de acordo com a conceituação legal, foram dispostas no formato de tabela, por estado e por região.

Para fundamentar a análise sobre os escritórios modelos, é importante resgatar a definição da FENEA (Federação Nacional de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo do Brasil) sobre o conceito e as diretrizes de atuação dos EMAU's. Para a FENEA o escritório modelo deve estar vinculado à realidade social do contexto comunitário no qual está inserida. Como um projeto de Extensão Universitária, os EMAU's estão ligados também à pesquisa e ao ensino dentro das universidades, buscando sempre a comunicação entre as necessidades da sociedade e o desenvolvimento acadêmico.

O EMAU deve seguir os quatro postulados da UNESCO e União Internacional de Arquitetos para educação em Arquitetura e Urbanismo (FENEA, 2007): assegurar qualidade de vida para os moradores dos assentamentos; utilizar de forma adequada a tecnologia, que respeite as necessidades sociais, culturais e estéticas da população; promover equilíbrio ecológico e desenvolvimento sustentável do ambiente construído; valorização a arquitetura como patrimônio e responsabilidade de todos.

Ainda, de acordo com o FENEA, os EMAU`s devem seguir os princípios da gestão estudantil, da horizontalidade nas tomadas de decisão, da coletividade, da multidisciplinariedade, do não-assistencialismo, da atuação nos locais não alcançados pelo profissional arquiteto, e também não deve ter fins lucrativos.

3.2. ASSISTÊNCIA TÉCNICA, EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E ESCRITÓRIOS MODELOS NO ÂMBITO NACIONAL

Esta seção tem como objetivo compreender de forma geral o trabalho que está sendo realizado no âmbito nacional. Para isso é necessário inicialmente definir bem os conceitos que serão abordados como assistência técnica, extensão universitária e escritórios modelos.

O conceito de assistência técnica, já tratado anteriormente em seu aspecto jurídico, está relacionado ao auxílio à pessoas incapazes ou que não possuem meios para atender suas necessidades. Esse conceito entra frequentemente em conflito com o termo assessoria, que está relacionado à prestação de serviços especializados (AMORE, 2016).

Outro conceito fundamental é o de Extensão Universitária, conforme visto na introdução do capítulo. De acordo com a Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Espírito Santo, a extensão é uma das três bases da universidade pública: ensino, pesquisa e extensão. É no contexto das ações de extensão que a universidade compartilha com a comunidade as conquistas produzidas no âmbito do ensino e da pesquisa acadêmicas. É considerada o elo

entre o conhecimento científico e as necessidades da sociedade na qual está inserida. A extensão universitária está ligada à função social da universidade por meio de ações que promovam os princípios de sustentabilidade e democracia, como o processo participativo (UFES, 2019).

O conceito de escritório modelo também é relevante para este estudo. Segundo a Federação Nacional de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo, FENEA, o EMAU significa escritório modelo de arquitetura e urbanismo. É essencialmente um projeto de extensão universitária, ligada ao ensino e à pesquisa. O EMAU está empenhado com a realidade social, e busca a melhoria da qualidade de vida e a sustentabilidade da comunidade.

Na figura 9 estão mapeados os escritórios modelos ligados ao FENEA. Esse mapa forneceu subsídio para a pesquisa realizada neste capítulo, mas também foram consultados os sites das universidades públicas federais, além de sites dos cursos de arquitetura e os sites dos escritórios modelos, quando existente.

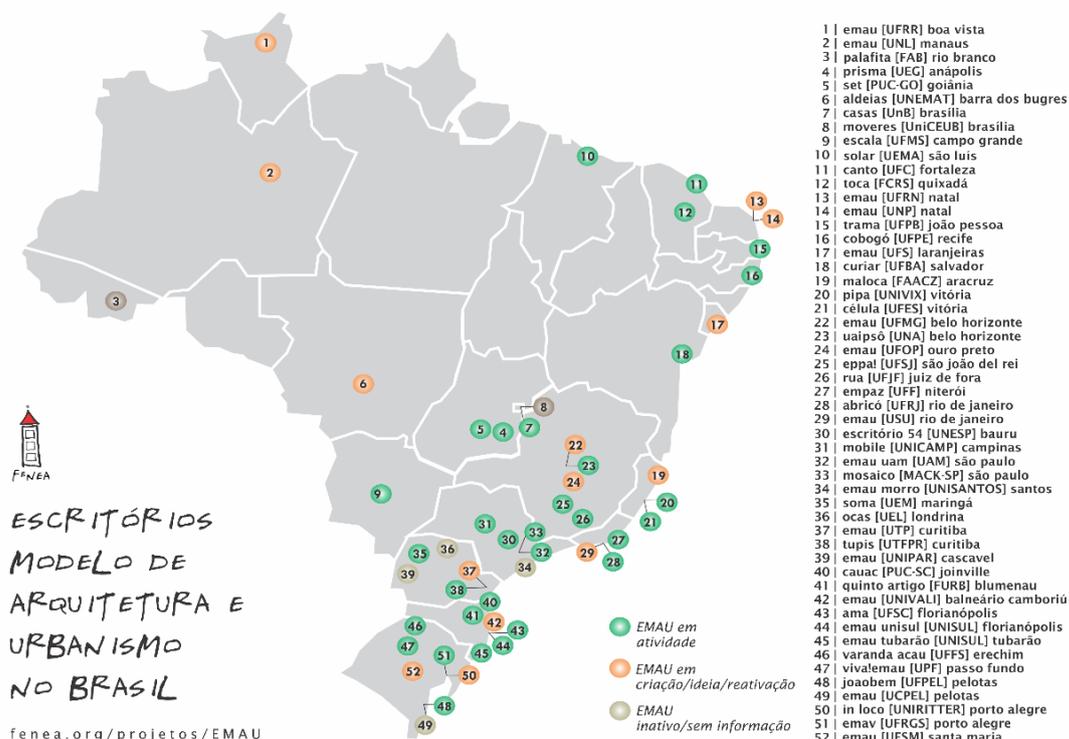


Figura 11 - Mapa dos Escritórios Modelos de Arquitetura e Urbanismo no Brasil (FENEA, 2018)

Algumas questões relativas ao mapa devem ser consideradas, como a classificação de três tipos de escritórios modelos: em atividade, em criação ou inativo. Além disso, o mapa relaciona todos os tipos de escritórios modelos do país, incluindo universidades estatuais e universidades particulares. Entretanto, esta pesquisa se compromete a analisar somente os EMAU's vinculados às universidades públicas federais em atividade.

Esse recorte se faz necessário devido a quantidade de grupos, coletivos e autônomos que existem atualmente, o que tornaria esta pesquisa bastante extensa e praticamente inviável. Isto porque muitos grupos atuam sem uma metodologia definida e sem a divulgação sistemática de suas atividades. Dos 52 EMAU's localizados no mapa, apenas 32 estão ativos, e ainda 21 são vinculados à universidades federais.

No Norte, observa-se a falta de escritórios modelos em atividade. Já na região Nordeste 6 escritórios estão ativos, e apenas 4 estão vinculados a universidades federais: CURIAR, na Bahia; CANTO, no Ceará, TRAMA, na Paraíba, e COBOGÓ, em Pernambuco. Podemos acrescentar, ainda, o TRAPICHE no Sergipe, que já se encontra ativo.

De acordo com o mapa, no Centro-Oeste há 4 escritórios modelos em atividade, desses, somente 2 estão ligados à universidades federais: o ESCALA, no Mato Grosso do Sul; e o CASAS, no Distrito Federal. Acrescenta-se à essa lista o NEAU, em Mato Grosso, e o Escritório Público de Arquitetura e Design, de Goiás.

No Sudeste há uma intensa trabalho, com 6 escritórios em atividade. O EMAU UFMG, o EMAU RUA na UFJF, o EMAU EPPA na UFSJ, o EMAU CELULA na UFES, o EMAU ABRICÓ na UFRJ, e o EMAU EMPAZ na UFF. Além dos escritórios modelos, ainda existem grupos de pesquisa engajados na AT.

No estado de São Paulo, por exemplo, nenhum dos escritórios modelos localizados no mapa estão vinculados à universidades federais, mas sim a instituições estaduais ou particulares. No caso de São Paulo, especificamente, o caso da USP será retratado em uma seção de exceção por sua estrutura administrativa ser de cunho estadual.

A Região Sul conta com a atuação de 5 escritórios modelos: o EMAU CAIS na UTFPR, o EMAU AMA na UFSC, o EMAU PERSPECTIVA na UFSM, o EMAU JOÃO DE BARRO na UFPel, e o Coletivo Varanda – Ateliê Colaborativo de Arquitetura (ACAU) na UFFS.

Ressalta-se a importância dos escritórios modelos na atuação como extensão universitária. Porém, a atuação no formato de assistência técnica não está exclusivamente relacionada aos escritórios modelos. Este é apenas um formato de atuação possível junto às comunidades de baixa renda. No contexto dessa pesquisa, buscou-se priorizar a atuação de grupos de pesquisa e extensão universitária voltados à assistência técnica nas comunidades de baixa renda, ligando os três conceitos em questão.

3.2.1. ASSISTÊNCIA TÉCNICA NA REGIÃO NORTE

Estado	Universidade Federal	Curso de Arquitetura e Urbanismo	Pesquisa / Extensão Universitária / EMAU
Acre	Universidade Federal do Acre (UFAC)	Não	Não
Amapá	Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)	Sim	Assistência Técnica em Arquitetura e Urbanismo (ATAU)
Amazonas	Universidade Federal do Amazonas (UFAM)	Sim	Não
	Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)	Não	Não
Pará	Universidade Federal do Pará (UFPA)	Sim	Não
Rondônia	Universidade Federal de Rondônia (UNIR)	Não	Não
Roraima	Universidade Federal de Roraima (UFRR)	Sim	Não
Tocantins	Universidade Federal do Tocantins (UFT)	Sim	Não

Tabela 1 – Cursos de Arquitetura e Urbanismo e Projetos de Pesquisa / Extensão Universitária na Região Norte.

De acordo com dados da Federação Nacional de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo do Brasil – FENEA – a região Norte possui ao todo 26 instituições de

Ensino Superior credenciadas junto ao Ministério da Educação (FENEA, 2018). Devido ao escopo desta dissertação, serão consideradas apenas as Universidades Federais, assim, serão analisadas 8 instituições de ensino da região Norte.

Relacionando o Mapa dos Escritórios Modelos no Brasil à Tabela 1 podemos perceber no Mapa a existência de dois escritórios que não foram considerados na tabulação realizada. O EMAU da UNL – Universidade Nilton Lins – em Manaus, e o EMAU Palafita da FAB – Faculdade Barão do Rio Branco – em Rio Branco, são instituições de ensino privadas, portanto não foram elencadas neste trabalho. O outro escritório identificado é o EMAU da UFRR de Boa Vista, porém não foram encontradas informações acerca da atuação desse escritório, visto que se encontra em processo de criação (FENEA, 2018).

Ao investigar o cenário da região Norte do Brasil, pode-se destacar a atuação do Projeto de Extensão Universitária “Assistência Técnica em Arquitetura e Urbanismo” (ATAU) – do Departamento de Extensão da Pró-reitoria de Extensão e Ações Comunitárias da UNIFAP (Projeto de extensão universitária – Registro DEX 101/2016-SIGU e PJ006/2016-SIGAA) (UNIFAP, 2018) . O Projeto tem por objetivo a prestação de assessoria técnica a famílias de baixa renda residentes no Conjunto Habitacional Mestre Oscar, zona norte do município de Macapá, empreendimento do Programa Minha Casa Minha Vida. O programa de extensão tem duas frentes básicas de atuação junto às comunidades: uma voltada às necessidades residenciais e outra voltada às necessidades urbanísticas do conjunto. O projeto de extensão é coordenador pela Professora Melissa Kikumi Matsunaga e sua relevância já é reconhecida e divulgada pela mídia local (AMAPÁ, 2017).

Apesar da existência e da importância do Projeto na capital do Amapá, a Região Norte necessita de maiores avanços e investimentos por parte do governo federal. Uma vez que a inexistência do curso de Arquitetura e Urbanismo nas Universidade Federal do Acre (UFAC, 2019), na Universidade Federal de Rondônia (UNIR, 2019) e na Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA, 2019) reforça a necessidade de ampliação de recursos por parte da União para

a expansão dos cursos de Arquitetura e Urbanismo em Universidades Federais em todo território nacional.

De outro modo, universidades como a UFAM, e a UFT possuem cursos de arquitetura e urbanismo, porém ainda não possuem ações de extensão, grupos de pesquisa ou escritório modelos em funcionamento para atender as demandas da comunidade.

No âmbito da Universidade Federal do Pará, destacamos o Programa de Apoio à Reforma Urbana: Capacitação de Organizações da Sociedade Civil, movimentos sociais e profissionais sobre o 'Direito à Cidade', Mobilização e Lutas Sociais – PARU. De acordo com a Pró-Reitoria de Extensão da UFPA (PROEX, 2018), o PARU tem como objetivo a construção de um discurso político acerca da política urbana e do direito à cidade, com foco na reforma e planejamento urbano. O objetivo principal é contribuir para a disseminação das questões referentes à reforma urbana para representantes dos movimentos sociais, discentes, docentes e técnicos envolvidos no processo. Porém, como o foco desta pesquisa é a construção de um rol de extensões universitárias voltadas à Assistência Técnica em Arquitetura e Urbanismo, o grupo PARU da UFPA não foi considerado nesta pesquisa por não estar voltado à AT em AU.

A segunda tabela da região Norte (Tabela 2), possui o enfoque na quantificação das assistências técnicas. A coluna projeção da população foi inserida para possibilitar a análise da razão Assistência Técnica por um milhão de habitantes do estado. O único estado que não zerou o índice no levantamento realizado, com a assistência técnica no âmbito universitário, foi o Amapá, com a razão de 1 AT por 837.454 habitantes, com o índice em 1,194, o que representa o maior índice do país.

Por isso, a situação da região norte merece atenção por parte do governo federal, visto que o estado do Pará, por exemplo, tem uma população de 8.560.224 habitantes e nenhuma ação universitária voltada para a AT em AU especificamente.

Estado	Quantidade de Grupos de Pesquisa / Extensão Universitária / EMAU em AT ativos em Universidades Federais	Projeção da População do Estado (IBGE, 2019)	Índice de AT para cada 100.000 habitantes
Acre	0	875.887	0
Amapá	1	837.454	1,194
Amazonas	0	4.112.950	0
Pará	0	8.560.224	0
Rondônia	0	1.767.394	0
Roraima	0	588.827	0
Tocantins	0	1.564.546	0
TOTAL	1	18.307.282	0,054

Tabela 2 - Índice de AT por 1 milhão de habitantes na Região Norte

3.2.2. ASSISTÊNCIA TÉCNICA NA REGIÃO NORDESTE

Estado	Universidade Federal	Curso de Arquitetura e Urbanismo	Pesquisa / Extensão Universitária / EMAU
Alagoas	Universidade Federal do Alagoas (UFAL)	Sim	Não
Bahia			Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo (CURIAR)
	Universidade Federal da Bahia (UFBA)	Sim	Rede de Assistência Técnica: Projetos em Habitação e Direito à Cidade
			Curso de Especialização em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade: Residência AU+E
	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)	Não	Não
Bahia+Ceará	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)*	Não	Não
Ceará	Universidade Federal do Ceará (UFC)	Sim	Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo (CANTO)
	Universidade Federal do Cariri (UFCA)	Não	Não

Maranhão	Universidade Federal do Maranhão (UFMA)	Não	Não
Paraíba	Universidade Federal de Paraíba (UFPB)	Sim	Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo (TRAMA)
	Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)	Sim	Não
Pernambuco	Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	Sim	Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo (COBOGÓ)
Pernambuco / Bahia / Piauí	Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF)	Não	Não
Piauí	Universidade Federal do Piauí (UFPI)	Sim	Não
Rio Grande do Norte	Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	Sim	Grupo de Estudo em Reforma Agrária e Habitat (GERAH)
	Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA)	Sim	Não
Sergipe	Universidade Federal do Sergipe (UFS)	Sim	Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo (CRIAR e TRAPICHE)

Tabela 3 - Cursos de Arquitetura e Urbanismo e Projetos de Extensão Universitária na Região Nordeste.

De acordo com a pesquisa realizada, existem atualmente 15 Universidades Federais na Região Nordeste, das quais cinco não possuem curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo: a Universidade Federal do Cariri (UFCA, 2019), no Ceará, a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB, 2019), na Bahia e no Ceará, a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB, 2019), a Universidade Federal do Maranhão (UFMA, 2019), e a

Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF, 2019). A criação de duas dessas universidades, a UFCA e a UNILAB, ocorreu em 2013 e 2010 respectivamente. Isso pode justificar a falta do curso de Arquitetura e Urbanismo. Porém, a UFMA existe desde 1966, e ainda não possui um curso de Arquitetura e Urbanismo. Fica claro, portanto a necessidade de investimentos nessas universidades para a ampliação e interiorização dos cursos de AU.

Seguindo a análise na região Nordeste, o FENEA mapeou 49 escolas de Arquitetura e Urbanismo nos nove estados da região, de acordo com a Figura abaixo. Desses 49 cursos, apenas 9 possuem um Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo. E ainda, dos 9 escritórios, 6 estão ligados à Universidades Federais de acordo com o mapa EMAUS da região Nordeste: o escritório CANTO em Fortaleza, o EMAU em Natal (em processo de criação), o escritório TRAMA em João Pessoa, o escritório COBOGÓ em Recife, o escritório CRIAR em Aracajú, e o escritório CURIAR em Salvador (EREA, 2017).

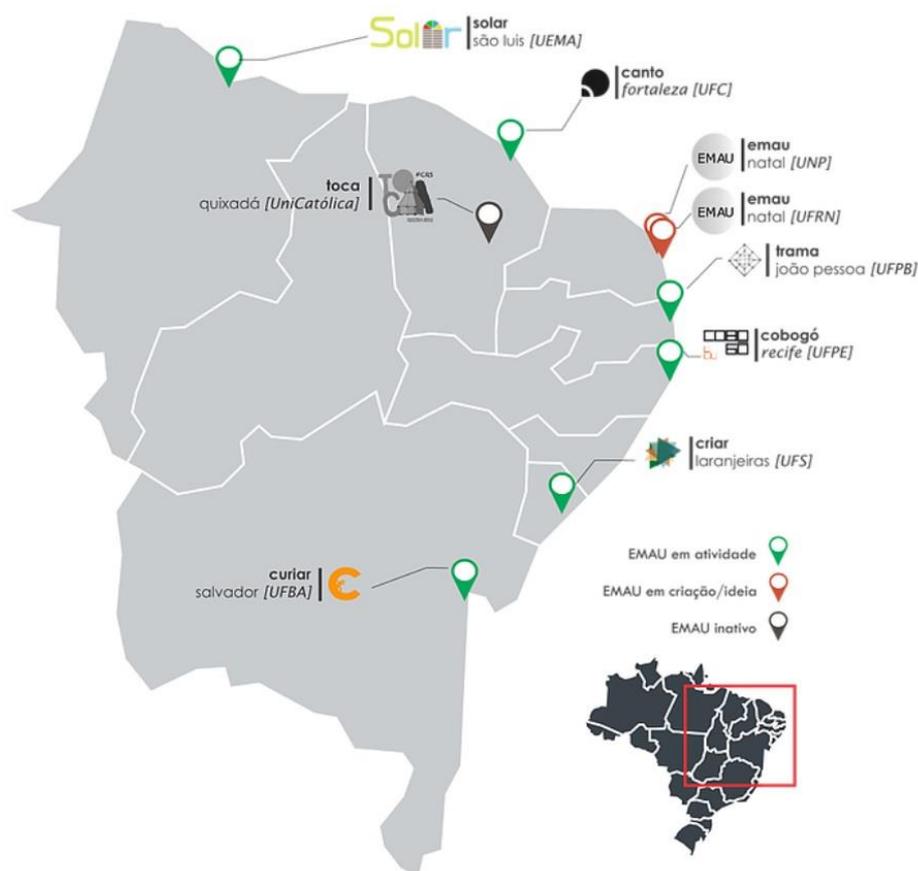


Figura 12 - Mapa dos EMAU's da Região Nordeste. Fonte: (EREA, 2017).

No Estado do Alagoas existe apenas uma Universidade Federal, a Universidade Federal do Alagoas – UFAL. A Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFAL possui onze grupos e núcleos de pesquisa ativos. São eles: Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem, Grupo de Pesquisa Representações do Lugar (RELU), Grupo de Estudos da Atmosfera Climática Urbana (GATU), Grupo de Estudos em Projeto de Arquitetura (GEPA), Grupo de Estudos em Conforto Ambiental (GECA), Grupo de Estudos da Cidade (URBE), Grupo de Estudos do Ambiente Sonoro (GEAS), Núcleo de Estudos do Estatuto da Cidade (NEST), Núcleo de Estudos de Morfologia dos Espaços Públicos (MEP), Núcleo de Estudos de Projetos Especiais – NuPES, e por último NDAU – Núcleo de Documentação em Arquitetura e Urbanismo. Embora engajada com os grupos de pesquisa, não foi desenvolvido um grupo de extensão voltado à AT na UFAL (UFAL).

Na Bahia, existem duas Universidades Federais, a UFBA – Universidade Federal da Bahia – e a UNILAB – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – que possui quatro campi, três no estado do Ceará, e um no estado da Bahia. A UNILAB ainda não possui curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo, mas já representa um grande avanço institucional, como a chegada da Universidade pública no interior do nordeste. Enquanto a UNILAB necessita de avanços no campo da Arquitetura e Urbanismo, a UFBA é referência nacional pelos avanços na área da Assistência Técnica.

O Escritório Modelo da UFBA, o CURIAR, surgiu em 2011, no contexto das disciplinas da graduação voltadas à intervenção urbanística em zonas irregulares na cidade de Salvador (ARAÚJO e PARDO, 2017). O primeiro projeto conduzido pelo CURIAR foi o da comunidade do Gantois e entorno, no bairro da Federação em Salvador. A metodologia foi dividida em duas etapas básicas: a primeira foi o levantamento bibliográfico do histórico e da legislação da comunidade; a segunda etapa consistia em percorrer a comunidade de modo a compreender as relações socioespaciais, por meio da metodologia de deriva de Guy-Ernest Deboard (1958) (DEBOARD, 1958).

No Estado do Ceará temos uma série de avanços no que diz respeito ao alcance do ensino público no Brasil. Além da Universidade Federal do Ceará – UFC –, temos ainda a Universidade Federal do Cariri, e a Universidade da Integração

Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Porém, somente a UFC possui curso de Arquitetura e Urbanismo, cenário esse que deve ser alterado com avanços e investimentos por parte do governo federal para levar o curso para o interior. No âmbito da Universidade Federal do Ceará, a assistência técnica se faz presente por meio do trabalho realizado pelo Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo (CANTO). O CANTO foi criado em 2009 com o objetivo de difundir a assistência técnica e ao mesmo tempo promover a valorização do profissional arquiteto e urbanista (FONTENELE, PEQUENO, *et al.*, 2012).

Dentre as várias experiências realizadas pelo escritório podemos destacar o “Projeto de Reforma da Creche Aprisco Utilizando Metodologia Participativa” (CAVALCANTE, RIBEIRO, *et al.*, 2012). O projeto visou atender uma instituição filantrópica que abrigava aproximadamente 80 crianças, entre 1 e 3 anos. A estrutura física da creche já estava bastante deteriorada devido à falta de recursos para uma intervenção estrutural. Havia problemas de alagamento, os banheiros já não atendiam as novas demandas, além das dificuldades de conforto ambiental.

Assim, o trabalho foi dividido em três etapas principais: apreensão do lugar; o estudo preliminar; apresentação da proposta. A primeira etapa é a maior e mais complexa, já que o projeto participativo exige a participação ativa da comunidade. Essa etapa foi dividida em outras quatro atividades: a primeira foi a aplicação de um questionário aos funcionários da creche, no qual seriam descritos 3 pontos positivos e 3 negativos da estrutura da creche, e a contabilização das respostas, que embasaria o diagnóstico arquitetônico. A segunda atividade foi voltada diretamente para as crianças e foi aplicada pelas professoras. Nesta etapa, foi conversado com cada criança para que desenhasse o seu local favorito na creche. Na terceira atividade, também voltada para as crianças, foi solicitado que elas apresentassem os espaços da creche aos membros do CANTO (Figura 11). Essa atividade possibilitou a percepção dos pontos de interesse por parte dos alunos. A quarta e última atividade, sintetizou todas as atividades anteriores na elaboração de mapas mentais, subsidiando a elaboração das diretrizes de projeto para a intervenção.



Figura 13 - Processo Participativo pelo escritório modelo CANTO. Fonte: (CAVALCANTE, RIBEIRO, et al., 2012).

Também no âmbito da UFC, a assistência técnica ganha importância com a seleção de um dos trabalhos realizados como TCC (Trabalho de Conclusão de Curso), na UFC, pelo site ArchDaily como “Os melhores trabalhos de conclusão de curso do Brasil e Portugal em 2017” (ARCHDAILY, 2017). O projeto nomeado “Cidades pelas pessoas: uma experiência de assessoria e participação na ZEIS do Bom Jardim” de Emilia Stefany de Sousa e Silva, resultou na oficina Melhorias Habitacionais na Comunidade Nova Canudos (Figuras X e X). A oficina possibilitou a participação ativa de mulheres da comunidade, promovendo o empoderamento feminino na produção do próprio espaço. A oficina foi além da participação social nas etapas de projeto, com a elaboração de um plano estratégico para a regulamentação da ZEIS, elencando as ações necessárias à regularização fundiária, ao gerenciamento de riscos, ao acesso à urbanização e à produção habitacional de interesse social.



Figura 14 - Oficina de Melhorias Habitacionais na Comunidade de Nova Canudos. Fonte: Michaela Alves (ARCHDAILY, 2017).

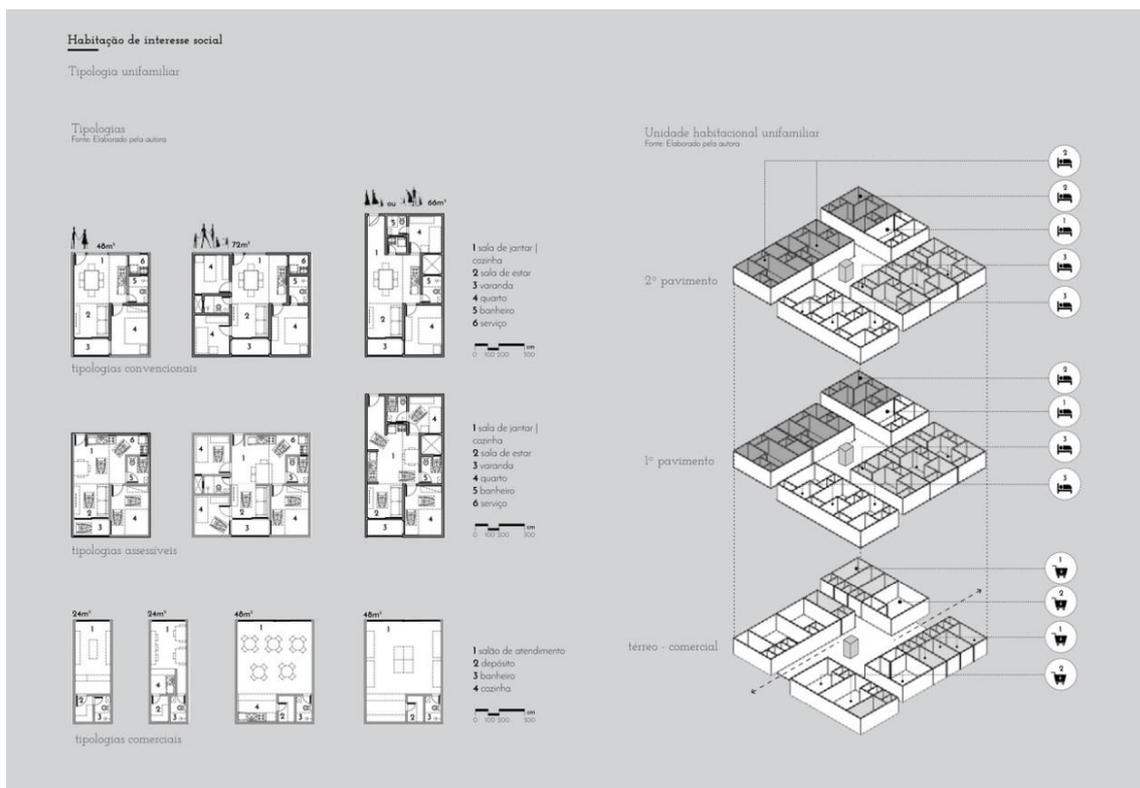


Figura 15 - Projeto “Cidades pelas pessoas: uma experiência de assessoria e participação na ZEIS do Bom Jardim”. Fonte: Emilia Stefany de Sousa e Silva (ARCHDAILY, 2017).

Na Paraíba, existem duas Universidades Federais com cursos de Arquitetura e Urbanismo. A Universidade Federal da Paraíba – UFPB – e a Universidade Federal de Campina Grande – UFCG. A UFCG ainda não conta com nenhum grupo de assistência técnica às famílias de baixa renda. Porém, na UFPB a atuação do EMAU TRAMA ganha destaque no cenário acadêmico. Coordenado pela professora Amélia Panet, o Escritório Modelo TRAMA recebeu em 2018 o Prêmio Elo Cidadão pela atuação no “Projeto Participativo Mutirão na Vizinhaça” (TECNOLOGIA, 2018).

Uma das ações de destaque do EMAU TRAMA foi o programa “Mutirão na Vizinhaça” realizado no município de Conde, no Conjunto Ademário Régis. Na ocasião, foi desenvolvido o projeto de uma praça para e com a comunidade, em parceria com a Secretaria de Planejamento do Município. Inicialmente, os moradores participaram de palestras explicando a metodologia de trabalho, posteriormente, foi realizada a construção do Mapa dos Desejos, onde os moradores puderam expor suas opiniões sobre a futura praça. A partir das informações colhidas foi possível elaborar uma maquete para facilitar a compreensão e a avaliação do projeto pelos moradores. Com o projeto definido, dois dias de mutirão foram necessários para a conclusão das obras da praça, que conta com espaço para caminhada, área de vivência, parque para as crianças e árvores (CONDE, 2018).



Figura 16 - Mutirão na Vizinhaça Ademário Régis, no Município de Conde, Paraíba. Fonte: (CONDE, 2018)

No Estado do Pernambuco, segundo o mapa dos escritórios modelos da região Nordeste, existe a atuação do EMAU COBOGÓ ligado à UFPE (EREA, 2017).

Porém, não foi possível registrar as atividades realizadas pelo escritório por limitações bibliográficas.

Além da UFPE, a UNIVASF possui campi Pernambuco, Bahia e Piauí. Apesar de representar grandes avanços no ensino superior brasileiro, a UNIVASF ainda não possui curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo (UNIVASF, 2019).

No Estado do Rio Grande do Norte a Universidade Federal do Rio Grande do Norte conta com a atuação dos Grupo de Estudo em Reforma Agrária e Habitat (GERAH) e o Grupo de estudos Habitação, Arquitetura e Urbanismo (GEAU) (PPGAU, 2018). O EMAU encontra-se em fase de estruturação e implementação, de acordo com o mapa dos escritórios modelos da região Nordeste (EREA, 2017). Apesar de ainda não contar com um escritório modelo atuante, a UFRN está bastante avançada no que diz respeito à assistência técnica. O GERAH surgiu em 1994 utilizando a base pedagógica de Paulo Freire e de pesquisa-ação. Desde o início, o objetivo do grupo era de contribuir com a autonomia consciente do movimento comunitário, promovendo a autogestão dos espaços públicos rurais e a melhoria na qualidade de vida da população envolvida (BORGES, MEDEIROS e CERQUEIRA, 2016). Assim, o grupo realiza um trabalho de assessoria ao Movimento dos Sem Terra – MST – nas etapas de planejamento, projeto e gestão de assentamentos e habitações rurais voltadas para a Reforma Agrária no Rio Grande do Norte. A atuação do GERAH é tão expressiva no RN, que já foram realizadas mais de 20 experiências de assessoria rural. Como nos casos dos assentamento Maria das Graças II e Complexo Arizona (Figura 15). Isso possibilitou o desenvolvimento de metodologias condizentes com as áreas rurais como o estabelecimento do zoneamento organizacional dentro do assentamento, realizado pela própria comunidade; a proximidade com a infraestrutura básica; as distancias e os caminhos do gado, o que acaba afetando o planejamento do uso do solo; integração entre as atividades domésticas e comunitárias; e a busca pela sustentabilidade, voltada para o desenvolvimento agroecológico e para a educação ambiental.



Figura 17 - Reunião realizada no Maria das Graças II; e levantamentos das moradias a serem reformadas no Complexo Arizona. Fonte: (BORGES, MEDEIROS e CERQUEIRA, 2016).

A assessoria realizada pelo GERAH é metodologicamente estruturada em dois grandes momentos: o primeiro momento é voltado para o convívio com a comunidade a ser atendida. Nessa etapa são realizadas entrevistas, e isso é fundamental para conhecer os padrões e os anseios das famílias. O segundo momento é voltado para a troca de saberes entre a comunidade rural e a comunidade acadêmica. As oficinas de maquetes são cenários para esse intercâmbio de conhecimento.

Portanto, o GERAH muito contribuiu para a divulgação da assistência técnica para além das fronteiras da cidade. Além disto, sua atuação está se ampliando no âmbito nacional, com parcerias com o Grupo de pesquisa em Habitação e Sustentabilidade (Habis) da USP e com o Centro de Trabalhos para o Ambiente Habitado (USINA), a fim de continuar realizando novas trocas e aprimorando suas metodologias, e encaminhando novas questões essenciais para a política habitacional do campo.

Há ainda, no Rio Grande do Norte a Universidade Federal Rural do Semiárido, a UFERSA, com campi nos municípios do interior do estado. Apesar de contar com um curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo, a UFERSA ainda não apresenta grupo de extensão, projetos de pesquisa ou escritório modelo atuante.

No Sergipe a Universidade Federal do Sergipe – UFS – ganha destaque pela sua atuação intensa na área de assistência técnica. Por meio de pesquisa no

Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas – SIGAA – foi possível identificar ações de extensão universitárias ligadas à temática da assistência técnica, e relacionadas ao escritório modelo (UFS, 2018). Dessa forma foram identificados dois grupos atuando no âmbito da UFS: o Centro Representativo Independente de Arquitetura e Urbanismo – CRIAR – e o Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo TRAPICHE, coordenado pelo professor Márcio da Costa Pereira. Embora o grupo CRIAR tenha sido elencado como EMAU no mapa dos escritórios modelos da região Nordeste, a sua atuação não está voltada para a extensão universitária em si, mas para a representação dos discentes da faculdade (CRIAR, 2018). Já o EMAU TRAPICHE tem reconhecimento como ação de extensão pelo SIGAA da UFS. Além disso, em 2017 a UFA e a Prefeitura de Laranjeiras firmaram convênio para a atuação da Assistência Técnica ao município por meio do escritório modelo, demonstrando a sua relevância no cenário acadêmico (UFS, 2017).

Desde 2014, ações como o desenvolvimento de projetos residenciais, regularização de imóveis, desenvolvimento de projetos para a prefeitura local, e desenvolvimento de projetos para a própria universidade estão no rol das ações desenvolvidas pelo EMAU. Uma importante ação de extensão desenvolvida em 2015 foi a Assistência Técnica prestada a moradores do conjunto arquitetônico e paisagístico tombado da cidade de Laranjeiras, em Sergipe. A ação foi dividida em quatro etapas para melhor atender a comunidade: 1ª etapa visava preparar a equipe e o ambiente de atuação, a 2ª etapa tinha o objetivo de identificar e caracterizar as unidades habitacionais, seus estados de conservação e as melhores práticas construtivas para a atuação, a 3ª etapa estava voltada para a produção de projetos, com a realização de oficinas com a comunidade, e a 4ª etapa era a apresentação, e divulgação dos resultados para a comunidade envolvida.

No nordeste podemos observar uma forte atuação das assistências técnicas no âmbito das universidades públicas. De acordo com a Tabela 4 O maior índice de AT por 1 milhão de habitantes foi Sergipe, seguido por Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Ceará, e Bahia. Ainda temos Alagoas, Maranhão e Piauí sem AT nas universidades.

Analisando a relação núcleo de AT por habitante, a situação mais extrema é a Bahia, com mais de 14 milhões de habitantes no estado e apenas uma nucleação de AT, a UFBA. Ainda que tenha várias ações e programas voltados à AT, inclusive um programa de Residência Acadêmica em AU+E, o estado ainda necessita de avanços e investimentos na área. Além disso, os estados do Alagoas, Maranhão e Piauí não possuem nucleações universitárias voltadas para a AT, o que agrava também o cenário da região Nordeste.

Estado	Quantidade de Grupos de Pesquisa / Extensão Universitária / EMAU em AT ativos em Universidades Federais	Projeção da População do Estado (IBGE, 2019)	Índice de AT para cada 100.000 habitantes
Alagoas	0	3.330.625	0
Bahia	1	14.844.213	0,067
Ceará	1	9.104.767	0,109
Maranhão	0	7.056.184	0
Paraíba	1	4.006.403	0,249
Pernambuco	1	9.528.986	0,104
Piauí	0	3.268.394	0
Rio Grande do Norte	1	3.493.618	0,286
Sergipe	1	2.288.999	0,436
GERAL	6	46.995.094	0,127

Tabela 4 - Índice de AT por 1 milhão de habitantes na Região Nordeste.

3.2.3. ASSISTÊNCIA TÉCNICA NA REGIÃO CENTRO-OESTE

Estado	Universidade Federal	Curso de Arquitetura e Urbanismo	Pesquisa / Extensão Universitária / EMAU
Goiás	Universidade Federal de Goiás (UFG)	Sim	Escritório Público de Arquitetura, Urbanismo e Design
Mato Grosso	Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT)	Sim	Regularização Fundiária Na Prática: Implementação Dos Instrumentos A Partir Da Lei Nº 13.465/2017 Núcleo de Estudos e Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo da UFMT - NEAU
Mato Grosso do Sul	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)	Sim	EMAU ESCALA
	Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)	Não	Não
Distrito Federal	Universidade de Brasília (UnB)	Sim	EMAU (CASAS) - Centro de Ação Social em Arquitetura Sustentável Periférico - Trabalhos Emergentes Programa de Assistência Técnica em Urbanismo e Arquitetura - PATUA

Tabela 5 - Cursos de Arquitetura e Urbanismo e Projetos de Extensão Universitária na Região Centro-Oeste.

A região Centro-Oeste é a menor região brasileira em número de universidades federais, ao todos são 5. Dentre elas, somente a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) não possui curso de Arquitetura e Urbanismo, indicando a necessidade de mais investimentos por parte do governo federal.

No estado de Goiás a Universidade Federal do Goiás, a UFG desenvolveu um escritório público que oferece projetos de arquitetura, urbanismo e design (UFG, 2015). O escritório público é voltado à assistência técnica para famílias com renda de até cinco salários mínimos. A iniciativa não está vinculada à pesquisa ou à extensão universitária, nem se enquadra no conceito de EMAU do FENEA. Porém, ainda é uma iniciativa relevante, por estar fundamentada no conceito legal de assistência técnica. Além disso, no âmbito do ensino estadual e privado, o estado de Goiás se destaca pela atuação pelo EMAU Prisma da UEG e Anápolis, e pelo EMAU SET da PUC-GO, de acordo com o Mapa dos Escritórios Modelos de Arquitetura e Urbanismo no Brasil (FENEA, 2018).

No Mato Grosso, a Universidade Federal do Mato Grosso, a UFMT, possui ativo o projeto de extensão “Regularização Fundiária Na Prática: Implementação Dos Instrumentos A Partir Da Lei Nº 13.465/2017” vinculado ao Núcleo de Estudos e Escritório Modelo, NEAU (UFMT, 2018). As ações do Grupo de Extensão visam unir o tripé ensino, pesquisa e extensão, no contexto da disciplina de Projeto de Urbanismo III. Além disso, as ações, embasadas na Lei da AT, buscam atender às demandas das comunidades por meio da intervenção nos domicílios, mas também buscando a regularização fundiária e urbanística. Ainda, de acordo com FENEA, o EMAU Aldeias da Universidade do Estado de Mato Grosso está em processo de criação e implementação.

O estado do Mato Grosso do Sul, no âmbito da UFMS, conta com a atuação do EMAU Escala, que tem como objetivo de atender às demandas das comunidades que não têm acesso aos serviços de arquitetura e urbanismo tradicionalmente ofertados no mercado (ESCALA, 2019). No âmbito da UFGD, não há, até o momento, curso de Arquitetura e Urbanismo (UFGD, 2019).

No Distrito Federal há um grande esforço em busca do desenvolvimento da assistência técnica por parte da Universidade de Brasília (UnB). Coordenados

pela professora Liza Andrade, as ações de extensão universitária estão voltadas à assistência técnica às famílias de baixa renda, segundo a Lei da AT.

De acordo com Catálogo de Programas e Projetos de Extensão (2018-2019) no contexto da Universidade de Brasília, o Programa de Assistência Técnica em Urbanismo e Arquitetura – PATUA – e o projeto Ação Social em Arquitetura e Urbanismo Sustentáveis – ASAS – desenvolvidos no âmbito do Centro de Ação Social em Arquitetura Sustentável – CASAS, visam a diminuição da informalidade na construção de habitações no Distrito Federal e Entorno (UNB, 2019). A atuação está pautada nas necessidades reais de famílias que não têm acesso aos serviços ofertados no mercado. Assim, a integração entre a Universidade e as comunidades carentes busca soluções sustentáveis e a melhoria da qualidade de vida das pessoas beneficiárias. Além disso, o grupo de extensão ‘Periférico – Trabalhos Emergentes’ busca o desenvolvimento de temas marginais, voltados à população de baixa renda, nos Trabalhos Finais de Graduação. O foco da atuação do Periférico está no processo de projeto participativo, utilizando a análise dos padrões espaciais e de acontecimento.

A metodologia utilizada na extensão voltada à Assistência Técnica no âmbito da UnB, tanto nas ações do Casas como nas do Periférico, ambos coordenados pela professora Liza Andrade, tem foco na participação social e nas análises de padrões segundo Alexander et al (1977) e Andrade (2014) (ANDRADE, 2017). Davis et al (In Andrade (ANDRADE, 2017)) destaca que a apropriação da metodologia participativa agrega diversos fatores ao processo de projeção, como por exemplo a precisão no mapeamento e zoneamento funcional das atividades, o aperfeiçoamento estético e construtivo, proporcionado pelas trocas de experiências acadêmicas e populares, entre outros.

O processo de projeção é dividido em três etapas básicas: a análise do contexto; a participação, a elaboração de padrões espaciais e as propostas alternativas. A primeira etapa, que é a análise é fundamental para a realização da proposta de intervenção e utiliza-se da pesquisa Dimensões Morfológicas do Processo de Urbanização do Grupo de Pesquisa DIMPU (1985-1994). A teoria defendida por Holanda e Kohlsdorf (1996, Apud (ANDRADE, 2017)) interpreta a arquitetura como espaço social, no qual se relaciona aos indivíduos de várias

formas. As dimensões possuem a mesma importância, mas variam de pessoa para pessoa, e de comunidade para comunidade. São elas: funcionais, bioclimáticas, econômicas, expressivo-simbólicas, sociológicas e topoceptivas. A segunda etapa é a participação da comunidade, que é realizada por meio de técnicas que são selecionadas de acordo com os objetivos e com o contexto de cada caso. Os métodos foram agrupados em seis conjuntos de técnicas: técnicas de tomada de consciência; técnicas indiretas; técnicas de interação em grupo; técnicas abertas; técnicas de exploração de ideias (brainstorming); técnicas de base tecnológica. A terceira etapa, é a elaboração dos padrões espaciais. Esta etapa leva em consideração a análise realizada e a participação da comunidade, e não possui caráter impositivo. Ao contrário, os padrões devem ser elaborados em conjunto com a comunidade de modo a possibilitar a lógica de construção do espaço.

Um exemplo da atividade do Grupo Periférico é o projeto “A Rua do Jovem do Varjão” desenvolvido por Natalia Bomtempo no contexto do TFG na FAU-UnB (ANDRADE, 2017). O processo foi executado com base nas três etapas de projeto, análise, participação e elaboração dos padrões conforme já descrito. Além disso, no processo foi desenvolvida a atividade do jogo dos padrões, com a utilização de mapas e de cartilhas com desenhos dos padrões selecionados.

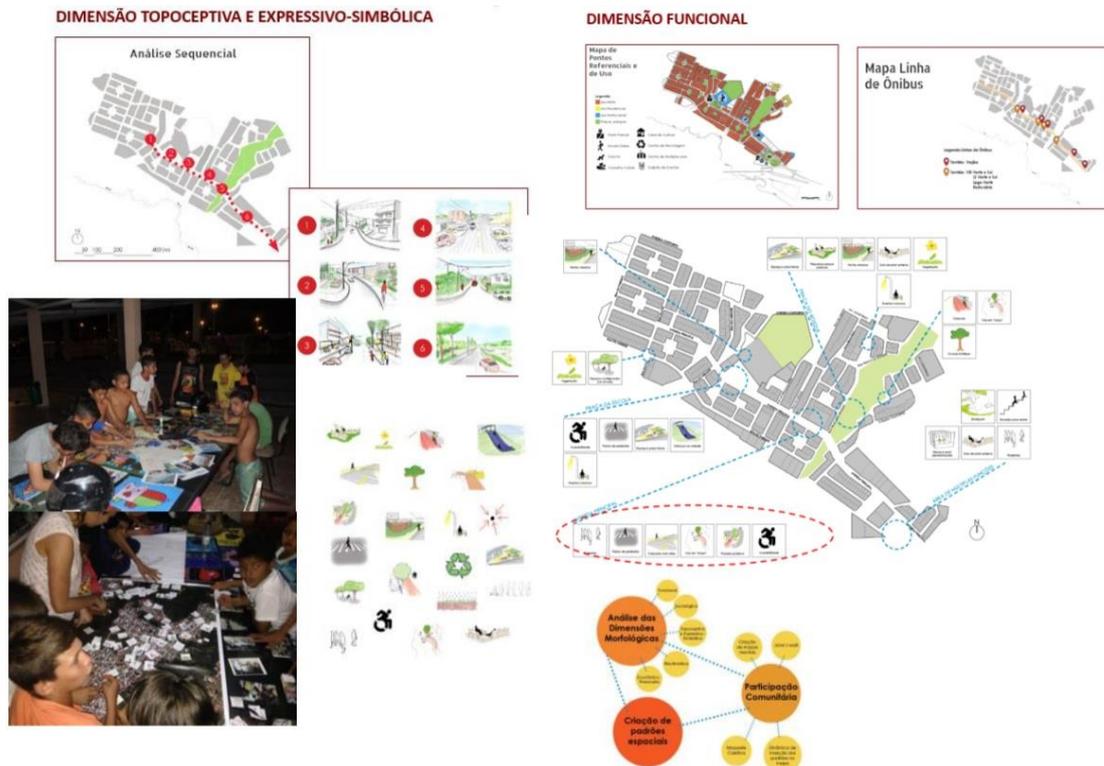


Figura 18 - Metodologia aplicada: análise do contexto, elaboração dos padrões, jogo dos padrões. Fonte: (ANDRADE, 2017)

De forma geral, no cenário da região Centro-Oeste, há um grande otimismo para as faculdades de arquitetura e urbanismo, visto que praticamente todas as universidades federais possuem algum tipo de ação voltada à assistência técnica nessa área. Apenas a UFGD não implementou até o momento o curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo, o que deve ser fruto de investimentos por parte do governo federal.

Nesse aspecto, a Tabela 6 resume a quantidade de nucleações em assistência técnica em atividade no Centro-Oeste para cada um milhão de habitantes.

Estado	Quantidade de Grupos de Pesquisa / Extensão Universitária / EMAU em AT ativos em Universidades Federais	Projeção da População do Estado (IBGE, 2019)	Índice de AT para cada 1.000.000 habitantes
Goiás	1	6.972.020	0,143
Mato Grosso	1	3.462.555	0,288
Mato Grosso do Sul	1	2.763.404	0,361
Distrito Federal	1	2.992.387	0,334
GERAL	4	16.190.366	0,247

Tabela 6 - Índice de AT por 1 milhão de habitantes na Região Centro-Oeste.

Com relação ao fator AT por habitantes, temos no Mato Grosso do Sul a maior razão com 1 AT para 2.763.404 habitantes. Seguido pelo DF com 1 núcleo de AT para 2.992.387 habitantes, passando pelo Mato Grosso com 1 AT para 3.462.555 habitantes. Por último temos o Estado de Goiás com apenas 1 núcleo AT para 6.972.020 habitantes, o que indica um número maior de pessoas fora do alcance da assistência técnica em arquitetura e urbanismo.

O índice geral da Região Centro-Oeste é o maior índice regional do país. Com 0,247 nucleações de assistência técnica para cada um milhão de habitantes. Elevando a região a um patamar de destaque em relação às outras regiões brasileiras.

3.2.4. ASSISTÊNCIA TÉCNICA NA REGIÃO SUDESTE

Estado	Universidade Federal	Curso de Arquitetura e Urbanismo	Pesquisa / Extensão / EMAU
Minas Gerais	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	Sim	EMAU UFMG INDISCIPLINAR PRAXIS
	Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)	Sim	EMAU RUA
	Universidade Federal de Lavras (UFLA)	Sim	Não
	Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)	Sim	Grupo de Estudos e Pesquisas Socioambientais (GEPISA)
	Universidade Federal de São João Del-Rei (UFSJ)	Sim	EMAU EPPA!
	Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM)	Não	Não
	Universidade Federal de Uberlândia (UFU)	Sim	Não
	Universidade Federal de Viçosa (UFV)	Sim	Pesquisa: Paisagens Autoconstruídas: O Papel Da Assistência Técnica Habitacional Na Transformação Socioespacial Na Zona Da Mata Mineira Projeto Habitat
	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)	Não	Não

	Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL)	Não	Não
	Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI)	Não	Não
Espírito Santo	Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)	Sim	LabTAR EMAU CÉLULA
	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	Sim	EMAU ABRICÓ IPPUR
	Universidade Federal Fluminense (UFF)	Sim	EMAU EMPAZ NEFHU (Regularização Urbanística e Fundiária: Adequação ao cenário atual)
Rio de Janeiro	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)	Sim	Não
	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)	Não	Não
	Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) Em implantação	Sim	Não
São Paulo	Universidade Federal do ABC (UFABC)	Não	Não
	Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)	Não	Não

Tabela 7 - Cursos de Arquitetura e Urbanismo e Projetos de Extensão Universitária na Região Sudeste.

A região Sudeste, em especial o estado de Minas Gerais possui um grande número de universidades federais, 11 ao todo.

Em Minas Gerais a UFTM (UFTM, 2019), a UFVJM (UFVJM, 2019), a UNIFAL (UNIFAL, 2019), e a UNIFEI (UNIFEI, 2019) não possuem cursos de arquitetura e urbanismo. Enquanto a UFU, possui cursos de Arquitetura e Urbanismo, porém não possuem grupos de pesquisa, ações de extensão ou escritórios modelos voltados à assistência técnica em AU. A UFU possui, por exemplo, em desenvolvimento, o Projeto de Pesquisa e Extensão MORA, que tem como foco habitação, porém não está voltado à AT (FAUED, 2019).

Em Minas Gerais, há destaque para o trabalho realizado pelo EMAU UFMG, com o Projeto Reciclar Moradias – EMAU/SLU (UFMG, 2019). O projeto busca viabilizar a construção e trazer melhorias construtivas às casas dos servidores da SLU em um bairro de Belo Horizonte. Além disso, ações de extensão em assessoria técnica são realizadas pela FAU/UFMG, como o “Projeto de Extensão Interfaces para construção de método coletivo de assessoria técnica: o caso de Glaura (MG)”, coordenado pela professora Ana Paula Baltazar dos Santos, e o “Projeto Assessoria Técnica em Arquitetura Indígena”, coordenado pelo professor Adriano Mattos Correa.

Nesse aspecto, nos deparamos novamente com as diferenças conceituais entre assessoria e assistência técnica. Porém, conforme a descrição do próprio “Projeto Assessoria Técnica em Arquitetura Indígena” o objetivo é a problematização das políticas públicas em vigor por meio da autogestão, da interdisciplinaridade, e da singularidade cultural, voltadas à assessoria técnica (UFMG, 2018).

Além do grupos em atividade no âmbito da UFMG, também podemos destacar a atuação do grupo autônomo Arquitetos da Família, a qual foi analisada por Priscilla Silva Nogueira, na dissertação de mestrado “Práticas de Arquitetura para Demandas Populares: A experiência dos Arquitetos da Família” (NOGUEIRA, 2010). E a atuação do grupo de pesquisa MOM (Morar de Outras Maneiras), a qual foi temas das investigações teórico-práticas das professoras Ana Paula Baltazar e Silke Kapp (BALTAZAR e KAPP, 2016). Não foram encontrados registros atuais da atuação desses grupos.

Além desses, o Grupo de Pesquisa Indisciplinar e o PRAXIS atuam no âmbito da UFMG. O Indisciplinar é um grupo vinculado ao CNPQ, e sua atuação possui interface com diversos setores como movimentos sociais, grupos de pesquisa e extensão, Ministério Pública, Defensoria Pública, Poderes Legislativo e Executivo (INDISCIPLINAR, 2019). A atuação do grupo ganha destaque com a participação na rede internacional “Tecnopolíticas: territórios urbanos e redes digitais” e na “Rede Cidades” da UFMG. O grupo de Práticas Sociais no Espaço Urbano – PRAXIS – EA-UFMG também é um grupo de pesquisa vinculados ao CNPQ e tem o objetivo de investigar as condições de projeto, mapear as dinâmicas socioespaciais, e desenvolver práticas compartilhadas entre tecnologia, projeto, construção, informação e vivência (PRAXIS, 2019).

A Universidade Federal de Juiz de Fora também se destaca pela atuação do EMAU RUA (Relações Urbanas e Arquitetônicas). Apesar de não possuir grupos de pesquisa ou ações de extensão voltadas especificamente para a assistência técnica no formato legal, o objetivo do EMAU RUA é atuar junto à comunidades que não possuem acesso aos serviços regulares de arquitetos e urbanistas (UFJF, 2019).

Em Ouro Preto, no âmbito da UFOP não foi possível localizar o EMAU UFOP indicado no mapa do FENEA. Porém há o Grupo de Estudos e Pesquisas Socioambientais (GEPESA), que atua com junto às comunidades atingidas pelo rompimento da Barragem de Fundão. Com a realização da Oficina de Cartografia, o grupo busca auxiliar a formulação de um Plano Popular de Recuperação das Moradias e Infraestruturas (GEPESA/UFOP, 2019).



Figura 19 - - Imagens da 1ª Oficina de Cartografia. Fonte: (GEPISA/UFOP, 2019)



Figura 20 - Imagens da 1ª Oficina de Cartografia. Fonte: (GEPISA/UFOP, 2019)

Em São João Del Rei, o EMAU EPPA! (Escritório de Práticas Projetuais Alternativas) atua no âmbito da UFSJ. O EMAU tem como objetivo a promoção de periferias áreas vulneráveis por meio da intervenção e da reabilitação urbanas

(UFSJ, 2019). Além disso, a UFSJ conta com a atuação do Núcleo de Engenharia Pública – Assessoria e Assistência Técnica Gratuita de Interesse Social, que tem como objetivo a prestação da AT nos termos da Lei 11.888/2008. O projeto está voltado para a engenharia civil, significa que há um trabalho importante no desenvolvimento da AT universidade, e com um potencial de ampliação para a arquitetura e urbanismo.

A UFV também possui registrado em seu Sistema de Pesquisa e Pós-Graduação o Projeto: Paisagens Autoconstruídas: O Papel Da Assistência Técnica Habitacional Na Transformação Socioespacial Na Zona Da Mata Mineira (SISPPG, 2017). O projeto Paisagens Autoconstruídas foi desenvolvido no âmbito de outro projeto denominado Projeto Habitat: Consultório Móvel de Arquitetura. Ambos com foco na AT. Além disso, a UFV tem implementado a Empresa Junior de Arquitetura e Urbanismo – Tetu – ligada à extensão universitária (UFV, 2019). Apesar da ligação com a extensão universitária, a Tetu não se enquadra no âmbito dos escritórios modelos, nem está voltada à AT. Ela representa um outro paradigma na expansão da AU na sociedade, uma vez que busca principalmente a promoção da experiência profissional ainda na graduação em arquitetura e urbanismo (TETU, 2019).

No estado do Espírito Santo a única universidade federal é a UFES, que possui dois grupos de destaque: o LabTAR e o EMAU CÉLULA. O LabTAR é um Laboratório de Tecnologias de Apoio a Redes de Inovação. Apesar de ter sido elencado na tabela da região Sudeste, o trabalho desse laboratório não está fundamentado nos conceitos legais de assistência técnica, mas está voltado para o bem-estar sustentável e o design social (LABTAR, 2016). Já o EMAU CÉLULA, publicou uma cartilha em divulgação às atividades desenvolvidas, destacando a realização do “I Seminário sobre Assistência Técnica para a Habitação de Interesse Social” (CÉLULA, 2019). O material publicado expõe o histórico, os objetivos do grupo e o contexto dos projetos realizados com a comunidade, porém não traz informações sobre a metodologia das intervenções. De forma sintética, pode-se afirmar que há no Espírito Santo, um movimento de ampliação e divulgação da AT, ainda que os grupos existentes não estejam focados exclusivamente na conceituação legal de assistência técnica.

No Rio de Janeiro a UFRJ o escritório modelo ABRICÓ atua de forma bastante intensa, com a elaboração de oficinas de construção com terra, oficinas de hiperadobe, e superadobe, oficinas de bambu, e projetos e rodas de conversa com comunidades de baixa renda (ABRICÓ, 2019). O projeto tomado como estudo metodológico foi a atuação junto à Comunidade Indiana, no Rio de Janeiro (ALBERNAZ, MINTO, *et al.*, 2017). A experiência do escritório serve de referência para escritórios que buscam explorar o potencial emancipatório gerado pelo processo dialógico nas comunidades, conforme propõe Paulo Freire (FREIRE, 1985).

Dessa forma, a metodologia desenvolvida pelo grupo busca a participação de forma lúdica, como pula-pula para a aproximação da comunidade, e a utilização de maquetes para a livre interação com o processo de projeção e intervenção.



Figura 21 - Atividade com Maquete. Fonte: (ALBERNAZ, MINTO, *et al.*, 2017).

O processo foi desenvolvido em duas etapas básicas: a elaboração e montagem de diagnósticos, e a construção de proposições. De modo a contribuir de forma sólida para a comunidade, foi inserida, no âmbito da grade curricular da graduação da FAU-UFRJ, uma disciplina aumentando o número de alunos envolvidos e a carga horária da equipe disponível. O trabalho na comunidade

Indiana está voltado às melhorias habitacionais e à resistência à remoção das famílias.

Ainda no Estado do Rio de Janeiro, UFF conta com o EMAU EMPAZ (Escritório Modelo Por Amor ao Zumbido), porém não foram encontradas informações sobre as experiências e metodologias adotadas pelo escritório modelo, e também não foi possível encontrar o EMAU nas ações de extensão da UFF (UFF, 2018). A UFRRJ possui curso de arquitetura e urbanismo, porém não existem ações de extensão, grupos de pesquisa ou escritórios modelos atuando em assistência técnica (UFRRJ, 2019). E a UNIRIO (UNIRIO, 2019) não possui curso de arquitetura e urbanismo.

Em São Paulo estão localizadas as maiores universidades do Brasil, que também estão entre as maiores da América Latina: a USP e a Unicamp. Porém, essas universidades não foram computadas na pesquisa por não serem mantidas pela União, mas sim pelo próprio Estado. Por outro lado, a Universidade Federal de São Paulo, UNIFESP, está em processo de implantação do novo Campus Zona Leste, que abrigará o curso de Arquitetura e Urbanismo, nomeado Instituto das Cidades (UNIFESP, 2019). A necessidade de criação do curso de arquitetura e urbanismo se deu pelo mais baixo índice de vagas públicas per capita no Estado, por parte do orçamento federal. O que demonstra a importância da abordagem quantitativa para a gestão pública. A UFSCar (UFSCAR, 2019), e a UFABC (UFABC, 2019), por outro lado, não possuem curso de arquitetura e urbanismo⁴. Nota-se, portanto, a necessidade de ampliação da atuação universitária federal voltada para a AT em AU no estado de São Paulo, ainda que haja expressiva atuação estadual.

Devido a importância e a relevância do trabalho realizado em algumas universidades estaduais, como os casos da USP e da UERJ, serão estudados em uma seção à parte, mais a diante.

⁴ A UFABC possui curso de graduação em Planejamento Territorial, com atuação em comunidades na forma de extensão universitária. Destaca-se a atuação das professoras Rosana Denaldi e Maria de Lourdes Pereira Fonseca.

No geral, a região Sudeste mostrou-se um terreno fértil para a expansão das assistências técnicas, tendo em vista a quantidade de grupos em atividade. Somente em Minas Gerais, são cinco grupos voltados à assistência técnica em arquitetura e urbanismo. Pode-se ressaltar a presença da metodologia participativa adotada nas intervenções dos grupos acima relacionados. Ao todo, são oito grupos ativos na região sudeste, somente nos moldes do recorte desta pesquisa.

Estado	Quantidade de Grupos de Pesquisa / Extensão Universitária / EMAU em AT ativos em Universidades Federais	Projeção da População do Estado (IBGE, 2019)	Índice de AT para cada 1.000.000 habitantes
Minas Gerais	5	21.106.244	0,236
Espírito Santo	1	3.995.623	0,250
Rio de Janeiro	2	17.211.270	0,116
São Paulo	0	45.727.792	0
GERAL	8	88.040.929	0,090

Tabela 8 - Índice de AT por 1 milhão de habitantes na Região Sudeste⁵.

A região Sudeste apresentou um índice baixo, 0,090. A explicação pode estar relacionada ao estado de São Paulo que apresentou índice igual a zero, por não possuir grupos de assistência técnica ligados às universidades federais. É importante destacar que o índice em questão é um facilitador para a interpretação de informações relativa a uma situação pré-estabelecida. No caso, em questão, apenas as universidades federais foram contabilizadas, para uma análise mais aprofundada do estado de São Paulo ou da região Sudeste, seria necessário um outro recorte de pesquisa.

⁵ A tabela apresentada, não considera o trabalho realizado na USP, por não estar na esfera federal. Por esse motivo, outra tabela foi inserida no item 3.3. UEMA e USP: algumas exceções.

Dessa forma, a região Sudeste apresentou o segundo menor índice do país, perdendo apenas para a região Norte. O maior índice da região ficou para o estado do Espírito Santo, seguido por Minas Gerais e Rio de Janeiro.

3.2.5. ASSISTÊNCIA TÉCNICA NA REGIÃO SUL

Estado	Universidade Federal	Curso de Arquitetura e Urbanismo	Pesquisa / Extensão / EMAU
Paraná	Universidade Federal do Paraná (UFPR)	Sim	Não
	Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)	Sim	EMAU CAIS
	Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)	Sim	Não
Santa Catarina	Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	Sim	EMAU AMA
Rio Grande do Sul	Universidade Federal do Rio Grande (FURG)	Não	Não
	Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA)	Não	Não
	Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)	Sim	EMAU PERSPECTIVA
	Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA)	Não	Não
	Universidade Federal de Pelotas (UFPeI)	Sim	Pesquisa: Aplicação da Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social: Participação do Usuário e do Profissional

			Extensão: Projeto de Urbanismo da Ocupação Uruguai: articulação entre o direito à cidade e à Assistência Técnica em Arquitetura e Urbanismo EMAU JOÃO DE BARRO
Santa Catarina + Paraná + Rio Grande do Sul	Universidade Federal da Fronteira do Sul (UFFS)	Sim (Campus Erechim)	O papel do arquiteto na assistência técnica: regularização fundiária no município de Erechim Projeto de Extensão Coletivo Varanda – Ateliê Colaborativo de Arquitetura e Urbanismo (ACAU) Coletivo

Tabela 9 - Cursos de Arquitetura e Urbanismo e Projetos de Extensão Universitária na Região Sul.

A região Sul conta com 11 universidade federais. E um total de 4 núcleos de assistência técnica no contexto da extensão universitária. A FURG (FURG, 2019), a UFCSPA (UFCSPA, 2019), e a UNIPAMPA (UNIPAMPA, 2019) não possuem curso de arquitetura e urbanismo. As universidades Federal do Paraná (UFPR, 2019) , a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA, 2019), possuem curso de graduação em AU, porém não possuem ações de extensão, grupos de pesquisa ou escritório modelo.

Algumas universidades já reconhecem a lacuna gerada pela falta da assistência técnica no âmbito da estrutura dos cursos de graduação. O Projeto Pedagógico do curso de arquitetura e urbanismo da UFPR, publicado em 2013, por exemplo, detectou a inexistência de Programas de Educação Tutorial (PET) ou de escritórios modelos voltados para essa área. Com a nova proposta curricular, houve o incentivo a criação de grupos voltados à assistência técnica, porém, ainda não foram implantados (GONÇALVES, 2013).

No Paraná, a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR, 2019) conta com a atuação do EMAU CAIS (Coletivo de Atividade de Interesse Social), antigo EMAU TUPIS descrito no mapa do FENEA (UTFPR, 2019). Não foram encontradas informações relevantes sobre a metodologia de trabalho utilizada pelo escritório modelo. Segundo Juliana Hara, um dos projetos realizados pelo

EMAU CAIS, foi a sala de aula ao ar livre da Escola Estadual Humberto Castelo Branco, em Pinhais (HARA, 2018). De forma a promover a sustentabilidade no projeto, foram reutilizados materiais como pneus. Além disso, a obra foi realizada por meio de mutirão pelos próprios membros do escritório modelo.

Em Santa Catarina, o Ateliê Modelo de Arquitetura, AMA, é o EMAU da UFSC. O escopo do AMA consiste na prestação de serviços de caráter assistencialista ou pessoal, no âmbito da extensão universitária (AMA, 2019). Já foram desenvolvidos diversos trabalhos como o projeto do Centro de Formação Regional do MST em Rio Negrinho, a Moradia Estudantil da UFSC, o Centro de Convivência da UFSC, além de projetos de praça pública e a sistematização das propostas sobre planejamento urbano. A visão de projeto do Ateliê se aproxima dos métodos participativo, com a realização de oficinas com dinâmicas de integração, palestras e discussões sobre os projetos. O objetivo é promover a gestão participativa e a sustentabilidade da intervenção na comunidade.

Na estado do Rio Grande do Sul a UFP (Universidade de Passo Fundo), a UCPEL (Universidade Católica de Pelotas), e a UniRitter (Laureate International Universities) são universidades particulares que possuem escritórios modelos voltados à atuação social. Além disso, a atuação no estado é bastante intensa nas universidades federais públicas.

O Escritório Modelo Albano Volkmer (EMAV, 2018), junto à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRGS surgiu em 2007 com o objetivo de inserir os alunos da faculdade no contexto de vivência com a comunidade, por meio da metodologia participativa. Desde 2008, o EMAV atua no formato de extensão universitária, seguindo os valores de participação livre, da autonomia, da troca, do trabalho participativo, da igualdade e do direito à voz. O trabalho do EMAV busca ainda aliar conhecimento científico e conhecimento empírico nas comunidades organizadas a fim de promover sustentabilidade durante todo o processo de projeto.

Um dos trabalhos realizados pelo EMAV foi a intervenção no Morro da Cruz, na zona leste de Porto Alegre. Por meio da metodologia de projeto participativo, a intervenção se iniciou com a criação de vínculos com a comunidade.

Posteriormente foram desenvolvidas propostas de melhorias de acessibilidade urbana e melhorias construtivas nas edificações existentes.



Figura 22 - Imagem do acesso no Morro da Cruz, Porto Alegre. Fonte: (COURB, 2018).

De acordo com o Curso de Arquitetura da Universidade Federal de Santa Maria, o EMAU Perspectiva é um escritório modelo inserido no contexto da extensão universitária (UFSM, 2018). Atua desenvolvendo projetos de arquitetura e

urbanismo para pessoas que não têm acesso aos serviços disponíveis no mercado.

Na Universidade Federal de Pelotas temos a experiência do Programa de extensão denominado “Projeto de Urbanização da ocupação Uruguai: articulação entre o Direito à Cidade e à Assistência Técnica em Arquitetura e Urbanismo” que teve vigência durante os anos de 2017-2018 (UFPEL, 2018). A metodologia desenvolvida é fundamentada no processo participativo e é voltada para as dimensões urbanas e do edifício. O processo é delimitado por dez etapas bem estruturadas, descritas da seguinte forma:

1. Reuniões de coordenação.
2. Reuniões com técnicos da Prefeitura Municipal de Pelotas
3. Reuniões de preparação das oficinas
4. Levantamentos preliminares
5. Oficinas temáticas - técnicos da prefeitura
6. Oficinas temáticas - comunidade
7. Trabalho de campo
8. Consolidação dos resultados
9. Desenvolvimento dos projetos
10. Apresentação dos resultados

Além da metodologia bem definida, o grupo possui definidos indicadores de metas e resultados das ações, a fim de medir o nível de participação da comunidade. Toda a estrutura desenvolvida visa respaldar a luta pelo direito à cidade e a apropriação da comunidade pelas ferramentas disponíveis.

A UFPEL ainda conta com a atuação do escritório modelo João de Barro que trabalha alinhado com os objetivos da lei da assistência técnica, com os princípios do processo participativo, e com os projetos de extensão em andamento.

Outro importante centro de atuação da assistência técnica na região Sul é o da UFFS. A universidade conta a atuação do Coletivo Varanda – Ateliê Colaborativo de Arquitetura e Urbanismo (ACAU) – Campus Erechim (UFFS, 2015). O escritório tem o objetivo de promover intervenções urbanas em conjunto com as

comunidades. As ações promovidas buscam a interação social de forma lúdica com grafitti, mandalas, artesanato, mateada, própria da cultura da região, porta retratos, malabares, poesias, debates e exposições.

A região Sul mostra-se bastante desenvolvida em relação à qualidade e à quantidade das ações desenvolvidas no âmbito da assistência técnica. Muitas são as ações de extensão em desenvolvimento e vários são os escritórios modelos que atuam de forma sistemática e estruturada na região. A metodologia desenvolvida no âmbito da Universidade Federal de Pelotas é um caso icônico que vale a pena ser estudado e analisado de forma mais aprofundada. A existência da metodologia é de extrema importância na atuação comunitária, porque a condução dos trabalhos deve ser feita com bastante cautela. Apesar disso, a existência de uma metodologia bem definida não garante a qualidade da intervenção proposta e não garante também um bom nível de participação comunitária. Portanto, deve-se destacar a importância da pesquisa nessa área a fim de viabilizar a expansão e o aprimoramento dos métodos e técnicas.

A tabela abaixo apresenta o índice calculado para a região Sul foi de 0,133, ficando atrás da região Centro-Oeste e da região Nordeste. Isso significa que a região Sul não está no melhor, mas também não está no pior dos cenários do país. Por mais que a região Sul tenha mais de uma nucleação de assistência técnica universitária por estado, ainda há muito a ser feito. O Estado do Rio Grande do Sul é o mais desenvolvido nesse sentido, com três núcleos ativos. Porém, o Estado de Santa Catarina precisa avançar bastante, visto que ainda não possui nenhuma nucleação ativa em sua universidade federal.

Estado	Quantidade de Grupos de Pesquisa / Extensão Universitária / EMAU em AT ativos em Universidades Federais	Projeção da População do Estado (IBGE, 2019)	Índice de AT para cada 1.000.000 habitantes
Paraná	1	11.390.600	0,087
Santa Catarina	1	7.119.334	0,140
Rio Grande do Sul	3	11.352.039	0,264
GERAL	5	29.861.973	0,167

Tabela 10 - Índice de AT por 1 milhão de habitantes na Região Sul.

Ressalta-se o caráter macro, no âmbito da política pública, da pesquisa realizada, com a observância da situação nacional. De forma genérica, percebemos o foco dos investimentos na educação pública universitária, por meio da expansão da rede de ensino na região Sul. Essa expansão, está relacionada ao crescimento populacional da região. Entretanto, a criação de grupos de extensão voltados à assistência técnica, ainda é algo que surge de forma orgânica nas universidades. O cenário da região Sul, é um dos melhores do Brasil, com a atuação intensa de diversos grupos de pesquisa, extensão de escritórios modelos.

A tabela abaixo, foi elaborada para compreender de forma resumida a atuação da assistência técnica no Brasil, atualmente:

REGIÃO	Quantidade de Grupos de Pesquisa / Extensão Universitária / EMAU em AT ativos em Universidades Federais	Projeção da População do Estado (IBGE, 2019)	Índice de AT para cada 1.000.000 habitantes
NORTE	1	18.307.282	0,054
NORDESTE	6	46.995.094	0,127
CENTRO-OESTE	4	16.190.366	0,247
SUDESTE	8	88.040.929	0,090
SUL	5	29.861.973	0,167

Tabela 11 – Tabela resumo do Índice de AT para cada 1 milhão de habitantes por região.

Ela resume de forma simplificada a pesquisa realizada em todas as universidades federais brasileiras. Com o recorte utilizado é possível lançar um olhar macro sobre a situação da aplicação da Lei da Assistência Técnica no âmbito da extensão universitária. O maior índice verificado foi o da Região Centro-Oeste, com a atuação de pelo menos 4 núcleos de AT junto às universidades federais para uma população aproximada de 16 milhões de habitantes. No Sul, onde o índice cai para 0,167. Esse valor fica próximo ao apresentado pela região Nordeste, 0,127, que ainda é maior que o índice da Região Sudeste, 0,090. Deve-se ressaltar a variação causada pelo recorte dessa pesquisa, uma vez que importantes núcleos como o da USP ficaram de fora desse rol. Por último a Região Norte, com 0,005, necessitando de maiores avanços.

3.3. UEMA E USP : ALGUMAS EXCEÇÕES

Esta seção foi inserida neste capítulo devido a importância e a relevância, no cenário nacional, dos casos da UEMA e da USP. Na Universidade Estadual do Maranhão, existe o SOLAR – Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo – atuando de forma incisiva em São Luiz. E em São Paulo o caso da USP, que possui bastante relevância no cenário nacional.

O objetivo dessa seção não é apenas expor o método utilizados por cada um dos escritórios modelos estudados, mas viabilizar uma análise comparativa das ferramentas e dos resultados dessas aplicações a fim de aprimorar o processo participativo como um todo.

O EMAU SOLAR da UEMA, promoveu em outubro de 2013 o “Grupo de Estudos: Metodologias de Projeto Participativo com Comunidade” (SOLAR, 2013). Na ocasião, foram apresentadas as metodologias utilizadas em outros escritórios voltados à atuação social. Marília Amorim, por exemplo, representou o EMAU CANTO da UFC e explicou a metodologia utilizada em seus projetos. Esse tipo de atividade propicia a divulgação da atuação dos escritórios modelos, da própria extensão na universidade e da assistência técnica em si, além de demonstrar o interesse do grupo pela metodologia e métodos existentes.

A metodologia deve ter um papel de destaque nas ações de demanda social. Nem sempre é possível a implementação de um projeto de arquitetura e urbanismo completamente fiel aos anseios da comunidade, mas os métodos e instrumentos certamente guiam e facilitam os passos da equipe no processo participativo (PINHEIRO e FERNANDES, 2017). Pinheiro e Fernandes, publicaram os métodos utilizados pelo EMAU SOLAR em um projeto para a Associação Nossa Senhora de Loreto, em São Luís no Maranhão. São eles: moderação, planejamento estratégico, oficina do futuro, método zopp, e processo charrete.

Cada um dos métodos contribuíram para a formulação da metodologia adotada pelo grupo SOLAR, e ainda outros métodos poderiam ser utilizados. O método zopp elaborado por Brose (PINHEIRO e FERNANDES, 2017) possibilita a

divisão do processo em três etapas fundamentais: a primeira é o diagnóstico, com análise dos problemas e objetivos; a segunda é a definição de um marco referencial dentre as alternativas analisadas; e a terceira é o detalhamento do projeto, a partir dos objetivos superiores do processo. Já o método charrete tem por objetivo a participação de todos os envolvidos, com a escuta das diversas opiniões e pontos de vista, a fim de aprimorar a qualidade da participação. O planejamento estratégico elaborado por Sanoff (2006) (PINHEIRO e FERNANDES, 2017) tem o objetivo de orientar as decisões e ações por meio do estabelecimento de metas e prioridade, com a avaliação de possíveis situações problema, e a avaliação dos resultados. A oficina do futuro, descrito por Jungk e Muellert (PINHEIRO e FERNANDES, 2017), pode ser aplicada por meio de exercícios e dinâmicas de criação. É dividida em três etapas básicas: a crítica, a utopia e a realização. O método da moderação, descrito por Collete (2010, in (PINHEIRO e FERNANDES, 2017)), tem por objetivo a busca por um denominador comum, ou seja, filtrar as principais necessidades da comunidade para que todos sejam ouvidos.

Para iniciar o contato com a comunidade foi utilizada a ferramenta “dinâmica de reconhecimento”, com base no método da moderação, o qual cada pessoa da comunidade poderia apresentar suas pretensões em relação ao projeto. Em seguida, foram apresentadas propostas, em nível de estudo preliminar, que haviam sido elaboradas pelos grupos participante do 6º Atelier Internacional de Criação Urbana – EQUINOX. Nesta etapa, os membros da comunidade poderiam expor sua opinião sobre os trabalhos apresentados, entretanto, poucas pessoas falaram.

Em seguida, houve o momento de escolha das propostas, o qual cada pessoa poderia escolher as melhores propostas e opinar livremente sobre elas. Essa ferramenta, chamada “metaplan”, também está fundamentada no método da moderação. Foram oferecidas canetas, fichas coloridas, para viabilizar a participação da comunidade, que de fato se empenhou mais nessa etapa.



Figura 23 - Processo Participativo com o EMAU SOLAR. Fonte: (PINHEIRO e FERNANDES, 2017).

Após as etapas de aproximação da comunidade, criação das propostas, e submissão das propostas à comunidade, foi realizado o mutirão para a execução de melhorias urgentes. O mutirão ocorreu graças ao trabalho voluntário de membros da comunidade e do grupo SOLAR, para realizar atividades simples como pintura, conserto no telhado, e restauro de mobiliário.

A última etapa foi a auto avaliação realizada pelo membros do escritório modelo, de forma a identificar os momentos de falhas e sucessos, e aprimorar o desenvolvimento do processo participativo de forma geral. Várias situações foram consideradas na etapa final, como a dificuldade de intervenções mais drásticas, e a mudança recorrente no programa de necessidades. A conclusão a que chegaram os membros do SOLAR é que o processo participativo não é exatamente linear, podendo haver a necessidade de repetição de etapas, e a volta em etapas anteriores.

A Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – FAUUSP – foi analisada em uma seção a parte da região Sudeste, justamente por não se enquadrar no recorte da pesquisa como universidade pública federal. Porém, o caso da FAUUSP é bastante relevante no cenário nacional, por esse motivo foi incluído neste trabalho.

Uma das frentes de atuação da assistência técnica na USP se dá com o Grupo de Construção Agroecológica (GCA). O GCA é um coletivo autônomo, que está

ligado à extensão universitária, e realiza oficinas de capacitação para a realização de suas atividades e alcance dos seus objetivos.

Para a compreensão da metodologia de atuação do GCA será apresentada de forma sucinta a intervenção no Assentamento Dom Pedro Casaldáliga. O objetivo é analisar criticamente os métodos utilizados de modo a viabilizar a comparação e o seu aprimoramento (MÜHLE, LOPES e PRESSER, 2017).

No caso do Assentamento em questão, não houve uma linha metodológica rígida a ser seguida, o trabalho se desenvolveu de forma orgânica acompanhando as necessidades levantadas concretamente. Entretanto de forma geral, o trabalho estava pautado no levantamento, projeto e orçamento. Na primeira etapa foram realizados levantamentos físicos, por meio de levantamento dimensional, fotografias e desenhos técnicos, e de necessidades das famílias assistidas, por meio de entrevistas semiestruturadas. Em seguida, para direcionar a elaboração do projeto, foi realizado um diagnóstico da situação, sintetizado na forma de tabela com as principais intervenções de cada uma das residências.

FAMÍLIAS	POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÃO								
	CASA	TELHADO	AZULEJO/PISO	REBOCO INT	REBOCO EXT	PINTURA	SOLUÇÃO MOFO	VARANDA	MAIS 1 CÔMODO
1									
2									
3									
4								frente	
5									
6									2Q+1B visitas no asst
7									
8									
9									
10									quarto e deposito
11									
12									
13								cozinha ext	
14									
15									
16									
17									casa para o filho
18								trás	área de serviço cob
19	escolheram não participar								
20	escolheram não participar								
21									cozinha ext
22								cozinha ext	
23									
24									
25									
26									
27									
28									

Tabela 12 - Tabela utilizada para a sistematização para a intervenção no Assentamento Dom Pedro Casaldáliga. Fonte: (MÜHLE, LOPES e PRESSER, 2017).

A tabela utilizada foi um importante instrumento para a racionalização das decisões de projeto e para a montagem de kits de reforma, otimizando assim a formulação do orçamento.

Por fim, o GCA trabalha na elaboração da documentação exigida para o financiamento pela Caixa Econômica Federal. A problemática, nesse caso, está relacionada à dificuldade de regulamentação da documentação dos assistidos, uma vez que muitos apresentam registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público (CADIN), ou outros débitos junto à Receita Federal. Por isso, a atuação na extensão busca a parceria com outras áreas de formação como contabilidade, direito e administração, buscando a cooperação na prestação da assistência técnica às famílias de baixa renda.

Com isso, contabilizamos mais uma atuação no âmbito da extensão universitária, voltada à prestação de assistência técnica, representada na Tabela 13, com a inserção do caso da USP. Nesse caso com vistas à integração com programas da política habitacional vigente. Isso demonstra novamente, a importância da ação vanguardista da extensão no cenário das realidades locais e demonstra a pertinência da problemática de estudo.

Estado	Quantidade de Grupos de Pesquisa / Extensão Universitária / EMAU em AT ativos em Universidades Federais	Projeção da População do Estado (IBGE, 2019)	Índice de AT para cada 1.000.000 habitantes
Minas Gerais	5	21.106.244	0,236
Espírito Santo	1	3.995.623	0,250
Rio de Janeiro	2	17.211.270	0,116
São Paulo	1	45.727.792	0,022
GERAL	9	88.040.929	0,102

Tabela 13 - Índice de AT por 1 milhão de habitante na Região Sudeste, considerando a USP.

3.4. O CASO DOS INSTITUTOS FEDERAIS

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia têm origem no início do século XX, em 1909, com os Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica (Cefets) (MEC, 2016). Seu contexto histórico está pouco relacionado à assistência técnica, apesar de estar voltado a formação técnica e profissionalizante. Desde os primórdios de sua atuação, os objetivos dos IF's estão ligados às metas de desenvolvimento do país, e aos novos processos de produção transformados pela tecnologia.



Figura 24 - Mapa dos Institutos Federais. Fonte: (MORAES, 2017).

Existem atualmente no Brasil 562 unidades do Instituto Federal em atividade. Desses, apenas 9 possuem curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo. De acordo com o portal e-mec são eles: o IFBA, na Bahia; o IF Fluminense, no Rio de Janeiro; o IFES, no Espírito Santo; o IFSP, em São Paulo; o IFMG, em Minas Gerais; o IF Farroupilha, no Rio Grande do Sul; o IFRO, em Rondônia; o IFPR, no Paraná; e o IFMS, no Mato Grosso do Sul (E-MEC, 2019).

De modo geral, as experiências dos IF's na área da assistência técnica atua de forma genuína e superficial. Isso porque a atuação voltada à AT ocorre de forma pontual e sem um método sólido definido. Algumas experiências foram observadas e analisadas no IFTO, no IFF, no IFSP, e no IFMG. Os outros 5 cursos de arquitetura dos institutos federais não publicaram até o momento ações nesse sentido.

A despeito de não possuir curso de graduação em arquitetura e urbanismo, o Instituto Federal do Tocantins, possui em desenvolvimento o Projeto Morar Bem – Assistência Técnica em Arquitetura e Urbanismo e Engenharia (IFTO, 2016). O programa desenvolvido no âmbito do curso de engenharia civil, coordenado pela professora Áurea Dayse Cosmo da Silva no Campus de Gurupi do IFTO (MENDONÇA, 2018). O objetivo do grupo é a prestação de consultoria para o projeto, orçamento e acompanhamento de obra para as famílias contempladas pelo Programa Minha Casa Minha Vida. O trabalho desenvolvido pelo grupo “Morar Bem” está voltado para o atendimento das demandas residenciais de cada morador. O método de projeto adotado é similar ao desenvolvido por escritórios de arquitetura e não possui um viés participativo. São realizadas visitas técnicas para a realização de entrevistas, levantamentos arquitetônicos e fotográficos. Em seguida, a proposta de intervenção é elaborada e apresentada pelos integrantes do grupo (COSTA, MOTA, *et al.*, 2018). Logo, a experiência do IFTO é relevante para esta pesquisa, pela prestação de assistência técnica às famílias que não possuem condições financeiras para a contratação direta de profissionais, ainda que não esteja vinculado ao curso de Arquitetura e Urbanismo e não utilize o processo participativo de projeto.

Outro polo de destaque é o IFF, no Rio de Janeiro. O ECAUS – Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo Social – realiza ações sociais como intervenções

urbanas isoladas, e mutirões para reformas urbanas e residenciais (ALIPRANDI, 2016). Ainda que em plena atividade, não há publicado até o momento a linha metodológica de intervenção do ECAUS. No entanto, sua atuação é relevante por estar em contato direto com as necessidades das comunidades carentes locais.

Em São Paulo, o IFSP conta com o Programa de Bolsa de Extensão como Assessoria Técnica para Projeto Habitacional junto à Movimentos Organizados para Moradia de Baixa Renda. O programa tem o apoio do IFSP, porém é tocado em parceria com a ONG Afago (Associação de Apoio à Família, ao Grupo e à Comunidade) (FERREIRA, JESUS, *et al.*, 2017). O método utilizado não possui enfoque participativo, e se assemelha à metodologia tradicionalmente utilizada por escritórios de arquitetura. Ainda assim, é uma iniciativa de caráter social e aproxima o estudante do cenário de atuação profissional, e por isso sua atuação foi considerada nesse levantamento.

Em Minas Gerais, o movimento da assistência técnica também alcançou o IF por meio do Laboratório Integrado de Tecnologia Social – LITS – e dos projetos de pesquisa “Tecnologias Construtivas com o que se tem à mão” e “Design social e design de interiores: uma contribuição entre teoria e realidade local”. A experimentação do LITS servirá de base para a criação de um escritório modelo de Arquitetura, Engenharia Civil e Design de Interiores no IFMG voltado às necessidades da população de baixa renda (OLIVEIRA, SOARES e COELHO, 2016). O trabalho tem relevância por estar voltado à população de vulnerabilidade social, e pelo caráter participativo, por meio da realização de rodas de conversa entre os interessados.

De acordo com a pesquisa realizada no âmbito dos Institutos Federais, é possível verificar a necessidade de desenvolvimento da assistência técnica nesse contexto. A leve atuação dos IF's deve estar relacionada a recente instalação dos cursos de arquitetura, e à recente proliferação das assistências técnicas em todo Brasil. Ainda assim, são expressivos os casos pontuais e pioneiros nos IF's, porque eles abrem caminho para novos paradigmas e novas posturas dos cursos de AU.

3.5. ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO ÂMBITO INTERNACIONAL

A assistência técnica também é uma prática em expansão em outros países. Nos Estados Unidos temos a atuação voltada para a famílias de baixa renda. Clarence Stein, como arquiteto da comunidade, foi um dos pioneiros no pensamento e difusão da cidade jardim e do New Town Planning. Buscou trazer os conceitos de arquitetura para a comunidade já na década de 1950, quando trabalhou no MIT – Massachusetts Institute of Technology. Apesar de suas ideias não terem sido implementadas à época, ele serviu de referência para a aproximação do profissional à comunidade (BOSE, HERRIGAN, *et al.*, 2014).

Nos Estados Unidos, diferentemente do Brasil, não existe legislação que regulamente a atuação da assistência técnica. As ações de extensão realizadas nos EUA são fundamentadas na metáfora “quebrando fronteiras”, que é utilizada como diretriz para aproximação da comunidade do mundo real para a comunidade acadêmica. Com foco na junção dos conhecimentos técnicos com a práxis.

O livro *Community Matters* (BOSE, HERRIGAN, *et al.*, 2014) foi publicado com o objetivo de documentar a atuação dos grupos de extensão voltada às comunidades carentes nos EUA e no Canadá. A iniciativa partiu da Realização do “Community Matters Symposium” ocorrido em Nova Iorque em 2011, que reuniu diversos grupos e divulgou boa parte dos trabalhos que vinham sendo desenvolvidos.

Diversos casos foram relatados alguns voltados às necessidades da comunidade em geral, e outros voltados à população carente, como moradores de rua. Apesar da pluralidade das ações, a construção de um diálogo entre comunidade e universidade é sempre o foco do trabalho realizado. Cheryl Doble enfatiza que a comunidade e a universidade devem trabalhar juntas na construção da sociedade. Maren King apresenta um estudo de caso da aplicação de um diálogo construído entre uma comunidade no East Side, em Nova Iorque, e os residentes da ESF – Environmental Science and Forestry’s. Devem Gibbs,

Deborah McFarland e Sharon Irish falam sobre levar o bom design para pessoas que não tem a possibilidade de adquiri-lo.

3.5.1. A REVITALIZAÇÃO DO ANN ARBOR`S BROADWAY PARK, UNIVERSIDADE DE MICHIGAN, ESTADOS UNIDOS

O projeto de revitalização do parque Ann Arbor, que está localizado na cidade de Ann Arbor, no estado de Michigan, nos Estados Unidos, surgiu como uma resposta ao projeto de reconstrução da Ponte da Broadway sobre o Rio Huron. O parque estava praticamente abandonado pelas autoridades e servia de abrigo para um acampamento de moradores. Então, o Departamento de Parques e Recreação, planejou a revitalização da área para viabilizar a integração e o acesso da vizinhança ao parque (SCOBEY, 2003).

O Programa de Artes e Cidadania da Universidade de Michigan, coordenado pelo professor David Scobey, foi convidado para realizar o feedback sobre o projeto de revitalização em parceria com o Departamento de Parques e Recreação. A equipe envolvida ressaltou a importância histórica do lugar, que foi um importante polo industrial e o coração das comunidades negras e imigrantes.

Essa iniciativa teve pelo menos dois desdobramentos interessantes para a comunidade. O primeiro foi o Projeto Estudantes no Local (Students On Site) que surgiu para ensinar a história da comunidade aos alunos das escolas de Ann Arbor. O segundo resultou na idealização de um projeto centrado nas crianças da comunidade. O produto foi a publicação de um site que fornecia as ferramentas de pesquisa acerca da história social e ambiental para a comunidade, além de possuir uma galeria de projetos para a revitalização do Parque Ann Arbor, e fornecer um espaço para o feedback sobre a renovação do parque.

Esse tipo de experimentação demonstra na prática a importância da participação da comunidade no aprimoramento e na qualidade do projeto final, por meio da

valorização da história do lugar, juntamente com a valorização dos principais personagens envolvidos.

3.5.2. CENTRO DE PESQUISA EM DESENHO PARA A COMUNIDADE, UNIVERSIDADE ESTADUAL DE NOVA IORQUE, ESTADOS UNIDOS

O principal problema das formas tradicionais de trabalhos comunitários é justamente tratar a comunidade como cliente: a produção no escritório e a finalização do trabalho com a entrega do projeto. O modelo do escritório deslocou o local do aprendizado da sala de aula para a comunidade. Nesse contexto, o aluno aprende a ouvir e a participar dos problemas do mundo real e pensar de forma a resolver problemas reais. Esse capítulo documenta algumas experiências do autor junto às comunidades, a fim de fortalecer as relações entre universidade e comunidade.

A experiência na CCDDR de Nova Iorque mostrou que apesar da atuação em mais de 30 anos junto à comunidade, a forma como eram conduzidos os trabalhos impossibilitava a sua implementação. Foi somente a partir dos anos 2000, com a integração da service-learning com a nova proposta pedagógica afim de dar mais suporte à comunidade, envolver os parceiros, com um programa de “assistência técnica” que integrasse ensino, pesquisa e extensão. Alguns problemas foram ressaltados em conversas informais com a comunidade, como por exemplo, a agenda universitária, de semestres e entregas de trabalhos, afeta e frustra a comunidade.

A autora fala da experiência numa comunidade em Northside in Syracuse, com imigrantes de mais de 30 nacionalidades diferentes. E aponta 6 critérios para potencializar as parcerias entre estudantes e comunidade:

- A motivação do grupo
- O alinhamento do grupo à missão, agenda e modo de trabalhar na comunidade

- Um escopo realista de entregas de trabalho
- O potencial de materialização de algo
- O valor do projeto para a comunidade e para a universidade
- O “guia da faculdade” tem um claro propósito e direção para seus alunos

Em um projeto se necessita de tempo para amadurecer as relações entre as partes, a fim de que ambas as partes se conheçam e se entenda as necessidades locais.

A aproximação dos alunos à comunidade é importante para a confiança, a humildade e a sensibilidade dos alunos. Dessa forma os alunos aprendem a ouvir as necessidades da população e atuar mais como facilitadores do que como ditadores das suas próprias ideias. Existe a preocupação de envolver grande parte da população, e não focar somente em um pequeno grupo, embora isso nem sempre seja possível.

Algumas atividades como tours pela comunidade, grupos de criação, mapeamento, modelos dos prédios facilitam os diálogos entre estudantes e residentes. A autora ressalta a importância da parceria, como uma construção conjunta e que não deve ser imposta.

3.5.3. O ESCRITÓRIO CLAERWATER STUDIO, UNIVERSIDADE DE MANITOBA, CANADÁ

O caso desenvolvido na comunidade de Clearwater, na província de Manitoba, no Canadá, é um exemplo da difusão do conceito de assistência técnica aplicado no âmbito internacional (BOSE, HERRIGAN, *et al.*, 2014). A comunidade rural, passava por um processo de definhamento estrutural e populacional, e lutava para continuar vivendo com meios próprios de subsistência. Com isso, os moradores decidiram criar uma associação chamada Harvest Moon Society, com o objetivo de manter viva as memórias e preservar a cultura da comunidade. A associação é fruto do espírito de cooperação, comunidade, camaradagem e

interesse comum na construção de um futuro sustentável para as próximas gerações (SOCIETY, 2016).

A comunidade de Clearwater tenta sobreviver aos avanços tecnológicos sem se render aos produtos globalizados. Enfrentou sérios problemas de declínio populacional ao longo dos anos, e atualmente conta com um total de 68 moradores. Possuía vários edifícios vazios e abandonados, que seriam queimados para se aproveitar o solo para a plantação. Essa comunidade foi cenário para uma parceria de longa duração com os alunos da Universidade de Manitoba e a associação Harvest Moon Society.

Nesse sentido, o professor Lancelot Coar, junto à Universidade de Manitoba, iniciou um projeto de intervenção arquitetônico e urbanístico envolvendo os alunos e a comunidade, a fim de auxiliar no resgate de sua autonomia, identidade e história. A metodologia utilizada está baseada na reciclagem de edifícios antigos, por meio da desconstrução e do reaproveitamento do material, considerando a importância simbólica desses edifícios para a comunidade. Coar (BOSE, HARRIGAN, *et al.*, 2014) destaca a importância da comunidade como uma sala de aula, um canteiro pedagógico rico em conhecimento técnico, histórico e cultural.

A crítica ao processo tradicional de ensino nas faculdades de arquitetura, também se faz presente no contexto de universidades canadenses. Os professores tradicionalmente cobram dos alunos aquilo que eles mesmo têm por expectativa. Entretanto, o correto seria ensinar os alunos a entender e a descobrir o que realmente importa para o seu cliente, ou para a sua comunidade.

O primeiro grande desafio dos alunos era redescobrir o valor e a importância da estrutura da vila. O trabalho, desenvolvido em parceria com a comunidade, era compreender as estruturas, os processos e as dinâmicas existentes. Alunos e moradores colocaram a mão na massa para desconstruir edifícios abandonados, e, por meio do reaproveitamento do material, redescobrir seu valor. Durante os dias de trabalho, alunos e moradores dividiram experiências, e histórias relacionadas ao edifício e suas memórias antigas.

Esse contato foi necessário para que o grupo percebesse as reais demandas, e assim, propor mudanças importantes no layout da vila. Com a utilização de material resultante da desconstrução, foi possível construir uma ponte e um observatório para melhorar o aproveitamento da região e atrair mais turistas. Esse trabalho gerou o estreitamento de laços entre as comunidades, acadêmica e social, e a parceria rendeu outros trabalhos. Ao longo de 6 anos de parceria, 8 edifícios foram desconstruídos e os materiais foram reaproveitados em 9 edifícios novos para se adequarem às necessidades da comunidade.



Figura 25 - Equipe do Clearwater Studio – Antes da intervenção. Fonte: (COAR, 2017).



Figura 26 - Extensão do Depósito – Durante a Intervenção. Fonte: (COAR, 2017).

A experiência da comunidade de Clearwater, teve o suporte do Fundo de Redução de Resíduos e Prevenção da Poluição da Conservação de Manitoba, mas foi conduzido pelo professor Lancelot Coar, por um grupo de estudantes universitários, e pela própria comunidade. Esse formato de trabalho é similar aos escritórios modelos e aos mutirões realizados no Brasil. Entretanto, não foi possível identificar uma política concreta de incentivo a esse tipo de cooperação no Canadá.

A experimentação contou com a participação de 84 estudantes que imaginaram, projetaram, construíram e prestaram assistência técnica à comunidade rural. As experiências e o conhecimento compartilhados geram mudanças positivas no envolvimento dos alunos e na postura do próprio professor, resultando na transformação do processo pedagógico.

3.5.4. O ESCRITÓRIO MODELO EM SEATTLE, UNIVERSIDADE DE WASHINGTON, ESTADOS UNIDOS

O escritório modelo (service-learning) possui um grande potencial de atuação nas comunidades, com a capacidade de agregar valor tanto para alunos quanto para os moradores, e principalmente para a universidade. Porém, as relações entre os escritórios modelos (service-learnings), a comunidade e a universidade devem ser cuidadosamente articuladas, já que envolvem diferentes concepções.

Nos EUA os estudos sobre as parcerias universitárias junto a comunidades já estão sendo amplamente proliferados desde a década de 1990, em parte, devido ao programa de Parceria e Proximidade com a Comunidade (Community Outreach Partnership Centers – COPC) desenvolvido pelo Departamento Americano de Habitação de Desenvolvimento Urbano (HUD). Esse modelo evolui de um formato de aprendizado sobre a comunidade, para um modelo mais colaborativo e mais voltado para o aprendizado dentro da comunidade (BOSE, HERRIGAN, *et al.*, 2014).

Atualmente o foco está mais nos processos participativos do que nos aspectos técnicos de atuação dessas assistências técnicas nas universidades, como nos casos de Michigan e Oakland. Estudos como de Bringle e Hatcher (2002) falam das fases do relacionamento universidade-comunidade, como iniciação, desenvolvimento e manutenção. Já Stukas e Dunlap (2002) destacam as relações de igualdade e equidade entre as equipes que deve ser forjada desde o início dos trabalhos (BOSE, HERRIGAN, *et al.*, 2014).

O professor Jeffrey Hou, da Universidade de Washington, atua nas áreas de desenho para comunidades, desenho ativista, espaços públicos e democracia, e justiça social e ambiental. Nesse sentido, o escritório modelo junto à Universidade de Washington desenvolve suas atividades na comunidade do Chinatown International District, em Seattle.

A comunidade de origem asiática vinha assistindo a depreciação do bairro no qual habitavam até o momento da intervenção dos alunos, com a criação de hortas comunitárias. Havia sérios problemas de relacionamento na própria comunidade, gerado por conflitos étnicos e pessoais. Com o tempo a atuação da assistência técnica universitária foi criando vulto na comunidade e ampliando seus serviços pela demanda da própria comunidade, que também passou a

engajar-se de forma mais ampla nos projetos. Alguns projetos eram subsidiados, outros eram financiados pela própria organização da comunidade.

Inicialmente a noção de que o envolvimento com a comunidade específica ia ser de longa duração influenciou bastante o trabalho da assistência técnica. Tanto para a resolução de conflitos, quanto na adequação da escala e do escopo de exploração do trabalho pelos estudantes.

Durante o desenvolvimento do trabalho foram promovidos workshops, reuniões, open houses para gerar conexões entre os envolvidos tanto da universidade como os da comunidade. A abertura da assistência técnica à uma linguagem mais apropriada à linguagem da comunidade facilitou a fluidez dos trabalhos e encorajou a participação. A equipe universitária buscava sempre um feedback da comunidade para melhorar a qualidade dos trabalhos.



Figura 27 - Moradores participando do workshop de projeto. Fonte: (BOSE, HERRIGAN, *et al.*, 2014).

Com a experiência da assistência técnica os alunos saem da zona de conforto e ganham mais experiência na comunidade. Algumas lições podem ser tiradas dessa da experiência: primeiro, a responsabilidade o instrutor da assistência técnica é ainda mais significativa pela atuação acadêmica, dessa forma, a pessoa deve ter uma dedicação focada no trabalho comunitário, pois erros apresentam um desserviço tanto para a comunidade acadêmica quanto para a comunidade. Segundo, a parceria de longa duração pode algumas vezes trazer “fatica participativa”, ou seja, a comunidade pode apresentar um certo cansaço em relação ao trabalho junto à assistência técnica. Como a parceria demanda a participação da comunidade, os responsáveis devem ter sensibilidade para não extrapolar as barreiras da própria comunidade. Terceiro, nem sempre a comunidade vai contribuir com os trabalhos. É necessário entender que para as relações acadêmicas e comunitárias ocorrerem é preciso antes as conexões individuais.

As experiências com o projeto desenvolvido na comunidade do Chinatown em Seattle, demonstram a importância do tema da assistência técnica em conjunto processo participativo.

3.6. CONCLUSÃO

A assistência técnica está se expandindo não apenas nas universidades brasileiras, mas também nas universidades de outros países, como é o caso dos Estados Unidos e do Canadá. Os conceitos de direito à cidade, urbanismo tático, processo participativo e mutirão permeiam os estudos nas áreas de planejamento urbano no contexto das ciências sociais aplicadas. Compreender as relações entre o espaço urbano e suas implicações sociais faz parte da agenda da arquitetura social e do planejamento urbano democrático.

O objetivo com esta seção não foi esgotar as experiências internacionais em assistência técnica, mas perceber a existência de ações voluntárias no contexto universitário, voltadas para as comunidades carentes de recursos financeiros. É claro que o contexto norte-americano é diferente do contexto brasileiro, contudo,

as necessidades locais existem e precisam ser compreendidas, estudadas, analisadas e atendidas.

Aparentemente, não há uma política de assistência técnica como no caso do Brasil, entretanto diversas ações estão sendo promovidas por grupos vinculados à universidades. Essas ações tem por objetivo promover o diálogo entre a comunidade acadêmica e as comunidades locais, com a internalização de saberes próprios de cada situação.

De modo geral, as experiências internacionais demonstram diversas possibilidades de atuação da assistência técnica. Alguns grupos, como o do professor Lancelot Coar da Universidade de Manitoba, possuem um caráter mais voltado para a intervenção construtiva, algo similar aos mutirões. Outros grupos, como o do professor Jeffrey Hou, da Universidade de Washington estão focados no processo participativo. De outro modo, há formas de intervenção que estão com voltadas para o diálogo com a comunidade, como é o caso do grupo do professor David Scobey, e do projeto desenvolvido no Parque Ann Arbor, em Michigan.

Cada uma das experiências possuem um enfoque diferenciado na abordagem da assistência técnica, não configurando um programa sólido e bem definido, mas um campo de experimentação que vai sendo guiado pelas necessidades de cada comunidade envolvida. Afinal, esse é um dos objetivos da assistência técnica: atuar com a prestação de serviços de arquitetura e urbanismo que não podem ser adquiridos financeiramente pelos assistidos.

No âmbito internacional, já existem ações nesse sentido, apesar de apresentar um formato diferenciado do formato brasileiro. Ainda sim, as experiências são válidas, e servem de exemplo e intercâmbio para o aprimoramento e consolidação desse conceito.

4. ASSISTÊNCIA TÉCNICA, EXTENSÃO NA
PÓS-GRADUAÇÃO E RESIDÊNCIA
ACADÊMICA: CAMINHOS

4.1. INTRODUÇÃO

Neste capítulo, busca-se estudar os casos pioneiros na pós-graduação no Brasil da Residência AU+E da Universidade Federal da Bahia – UFBA – e do Programa de Residência em Arquitetura e Urbanismo: Planejamento e Gestão Urbana da USP. Com este estudo, será possível entender o processo de implantação do programa de pós-graduação, e entender as metodologias participativas adotadas para a prestação da Assistência Técnica.

Compreendendo a estruturação da Residência em Assistência Técnica a partir de elementos chaves como a existência de experiências preliminares de AT no âmbito da extensão, e a busca por parcerias com as administrações locais. É essencial que para o êxito de um programa de Residência exista algum tipo de experiência com a produção de projetos para comunidades de baixa renda na universidade. A implantação de um programa de residência exige também a disposição de membros do corpo docente e discente para que o trabalho realizado com as comunidades tenha o caráter participativo.

Conforme visto no âmbito da assistência técnica na extensão, muitos grupos atuam fornecendo assistência técnica, ou assessoria técnica, no formato de escritórios públicos, sem o viés participativo. Não lançamos um olhar negativo sobre esse tipo de produção, a qual enxerga o assistido como cliente, porém devemos reconhecer a diversidade dos modelos vigentes. Enquanto um escritório público busca somente as soluções projetuais, técnicas e construtivas, visando solucionar de forma rápida o programa de necessidades do cliente; o processo participativo demanda mais tempo e maior envolvimento com o assistido.

4.2. RESIDÊNCIAS ACADÊMICAS: ORIGENS E MODELOS

A Residência é caracterizada como programa para a qualificação profissional, aliando técnica, prática e teoria (LEME e MARTINS, 2018). A origem da

Residência foi na área Médica está relacionada à especialização em áreas da Saúde Pública. A Lei Federal Nº 11.129 de 2005 conceitua a Residência como um programa de pós-graduação lato sensu, destinada às categorias profissionais da área de saúde.

A atividade desenvolvida no âmbito da residência é essencialmente intersetorial, ou seja, é de responsabilidade dos setores de educação e de saúde. A lei determinada ainda, que o curso deve ser realizado em regime de dedicação exclusiva e sob a supervisão do corpo docente-assistencial.

Nesse contexto, a Residência em Arquitetura e Urbanismo surge com a junção dos setores de educação, com as universidades envolvidas, e de desenvolvimento urbano, com as secretarias municipais responsáveis. Além do legado da Residência na área de saúde, a Residência em Arquitetura e Urbanismo possui a dimensão da Assistência Técnica, embasada na Lei Federal 11.888 de 2008.

A Lei estabelece a garantia da Assistência Técnica às famílias de baixa renda para elaboração de projetos e acompanhamento de obras. Outro objetivo da ação na AT é qualificar o uso e o aproveitamento racional do espaço construído, além de proporcionar a adequação técnica de acordo com a legislação urbanística e ambiental e as normas de construção.

4.3.O CASO DA RESIDÊNCIA ACADÊMICA EM ARQUITETURA E URBANISMO DA UFBA

De acordo com a Revista Projetar, publicada pela (CUT) (2009) , o Sindicato dos Arquitetos do Rio Grande do Sul juntamente com o Conselho Regional de Arquitetura e Engenharia (CREA) criaram o programa de “Assistência Técnica a Moradia Econômica” (ATME) em 1976. Inicialmente proposta pelo arquiteto Clóvis Ilgenfritz, o projeto visava oferecer assistência técnica gratuita às famílias de baixa renda. Porém estava restrito à legislação municipal de Porto Alegre, sancionada em 1999. Posteriormente, em 2001, com o Estatuto da Cidade, o

deputado e arquiteto Zezéu Ribeiro apresentou o projeto de lei perante o Congresso Nacional para regulamentar o novo instrumento da política urbana, a Assistência Técnica. Mas, somente em 2008 o projeto foi aprovado, tornando-se a Lei Federal 11.888, a Lei da Assistência Técnica.

Com a tramitação em curso no Congresso Nacional, o projeto de lei gerou várias discussões e seminários em níveis regionais, envolvendo diversos setores como CREA's, IAB's, sindicatos, Universidades, organizações governamentais e não governamentais. Os objetivos eram: discutir a matéria do projeto em si, apresentar e analisar as experiências estaduais, formar propostas de ação para compor o projeto, e formular uma proposta para um seminário nacional. O Seminário Nacional foi realizado em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, em 2005, e foi um marco na discussão política sobre a assistência técnica no Brasil. A discussão sobre o papel das Universidades na formação profissional do arquiteto levantada pelo deputado Zezéu Ribeiro trouxe à tona outra variável importante que é a atuação dos escritórios modelos vinculados às instituições de ensino.

O objetivo deste capítulo é compreender o arranjo institucional do Programa de Residência e seu processo de implementação. Analisar os resultados obtidos com as versões concluídas, e desenhar perspectivas da assistência técnica no cenário de políticas públicas de habitação e extensão universitária.

4.3.1. HISTÓRICO DA RESIDÊNCIA AU+E

O curso de especialização em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade no âmbito da Pós-Graduação *lato sensu*, no formato de Residência Acadêmica, da UFBA foi aprovado em 2011, com base na Lei Federal Nº 10.527/2001, o Estatuto das Cidades, e a Lei Federal Nº 11.888/2008, a Lei da Assistência Técnica. A proposta da RAU+E foi estruturada com base nos resultados de mais de uma década de pesquisas pelo LabHabitar, desde 1993, no âmbito da Pós-Graduação na UFBA. O trabalho realizado envolvia a comunidade acadêmica e a comunidade local nos projetos experimentais, voltados à produção da moradia

digna por meio da capacitação e da assistência técnica, além de promover a interiorização da atuação profissional na Bahia. Após o processo de aprovação do curso *lato sensu* pela Pró-Reitoria de Extensão, buscou-se o apoio de fomento para a viabilização da dedicação exclusiva dos futuros residentes.

Cabe ressaltar que somente após a 3ª edição, a Residência AU+E passa a ser reconhecida como um Programa de Pós-Graduação. Até então, cada edição da pós-graduação precisava de autorização específica para funcionar.

Para viabilizar financeiramente o pagamento de bolsas de estudo, diárias e transporte das equipes até as comunidades mais afastadas, foram encaminhadas propostas a alguns órgãos como a Superintendência Nacional de Assistência Técnica e Desenvolvimento Sustentável da Caixa (GEAST), a Secretaria de Planejamento (SEPLAN), a Secretaria de Desenvolvimento Urbano da Bahia (SEDUR), e o Ministério das Cidades.

Com o apoio dos órgãos públicos e de entidades de classe como o Conselho de Arquitetura e Urbanismo da Bahia (CAU-BA), o Instituto dos Arquitetos do Brasil – Departamento da Bahia, e do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Bahia (CREA-BA), o curso organizou-se para iniciar no segundo semestre de 2013. Assim, a organização interna contou com um corpo docente de 25 professores, a Coordenação e o Colegiado *protempore*, que organizaram o detalhamento das atividades previstas.

O programa de Residência é realizado mediante parceria entre o Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU-UFBA) e a escola Politécnica da Residência em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia. Até o momento, duas edições do curso já foram concluídas, e uma terceira está em conclusão e tiveram a coordenação dos professores Ângela Maria Gordilho Souza, Any Brito Leal Ivo, Eduardo Teixeira de Carvalho e Elisamara de Oliveira Emiliano. Ao todo, o curso já formou 73 arquitetos e urbanistas e atuou em 24 comunidade da Região Metropolitana de Salvador (CAU/BR, 2018).

O curso tem duração de 14 a 16 meses, e está dividido em três partes principais: a primeira com aulas teóricas, com duração de quatro meses; a segunda com aproximadamente oito meses de trabalho direto com as comunidades; e a

terceira com dois meses para a realização do trabalho final. O trabalho final consiste na elaboração de um projeto com as especificações e dimensões preliminares para atender a editais e Termo de Referência. O trabalho realizado é voltado para a aplicação prática dos conteúdos das disciplinas em conjunto com as necessidades reais da comunidade. O trabalho pode servir de base a contratação dos autores pela prefeitura para a execução dos projetos executivos e para realização de licitações, por exemplo.

Módulo	Duração	Atividades Desenvolvidas
Primeiro	4 (quatro) meses	Aulas Teóricas
Segundo	8 (oito) meses	Trabalho direto com as comunidades
Terceiro	2 (dois) meses	Realização do trabalho final
TOTAL	14 (quatorze) meses	Residência AU+E/UFBA

Tabela 14 - Quadro-resumo da Residência da UFBA. Fonte: Elaboração própria.

As disciplinas do curso, cursadas durante o período de aulas teóricas, são as seguintes (RESIDÊNCIA-AUE, 2018):

- Produção do espaço, políticas urbanas e direito à cidade;
- Projetos de urbanização, infraestrutura e meio ambiente;
- Planejamento e projeto de arquitetura, urbanismo e engenharia;
- Metodologias e técnicas para projetos participativos;
- Seminários temáticos

A disciplina de Metodologias e técnicas para projetos participativos abarca o estudo das Metodologias Integrativas (MI), além de outras técnicas de pesquisa-ação para o diálogo entre a comunidade acadêmica e a comunidade assistida (ROCHA e MOURA, 2016). O trabalho realizado nas disciplinas procura contribuir para o desenvolvimento das técnicas apropriadas para a produção projetual nas comunidades. O foco está em potencializar as qualidades estético-funcional dos projetos desenvolvidos, além de prezar pela sustentabilidade, exequibilidade. A atenção às peculiaridades da comunidade e a incorporação de hábitos e costumes locais é um dos aspectos enfatizados na teoria para aprimorar a prática. Além disso, métodos e técnicas inclusivas, criativas e autogeridas fazem parte da experimentação.

Neste ponto, vale ressaltar as diferenças metodológicas entre a estrutura do curso em si e as metodologias participativas exploradas nas disciplinas do curso. As metodologias integrativas, foram trazidas à RAU+E da Residência em Gestão Social já existente na UFBA. Essas metodologias são abordagens já difundidas na gestão social, conforme aponta Rocha (2016).

Inicialmente, na primeira edição do curso, iniciada em outubro de 2013, e finalizada em fevereiro de 2015, a duração foi de 16 meses. Nessa edição o período destinado ao junto às comunidades, era de 10 meses, o que foi posteriormente reduzido para 8 meses na segunda edição. Nessa primeira edição, foram formados 20 profissionais de graduações variadas, porém a maioria dos participantes eram arquitetos e urbanistas. O curso contou, também, com a participação de 46 docentes, sendo 35 ligados diretamente à UFBA e outros 11 colaboradores externos. A atuação dessa primeira edição já foi bastante expressiva, com a prestação de assistência técnica a oito comunidades, sendo sete localizadas na Bahia e uma na Paraíba (GORDILHO SOUZA, 2017).

Já a segunda edição, foi iniciada em setembro de 2015 e finalizada em novembro de 2016. Dessa forma, o curso foi concentrado em 14 meses no total, permanecendo assim atualmente. O curso capacitou 25 profissionais, e atuou em sete comunidades com a prestação de assistência técnica. Há ainda, uma terceira edição iniciada em setembro de 2017, e finalizada em 2018. A última

edição manteve o mesmo escopo pedagógico adotado nas edições anteriores, o mesmo quadro docente, e a mesma quantidade de vagas ofertadas.

Atualmente, a UFBA busca implantar de forma definitiva um programa continuado, e a estruturação de uma rede com nucleações em outras universidades, como a Universidade Federal da Paraíba e a Universidade de Brasília. Os desafios ainda são expressivos, mas o fortalecimento da atuação e o aperfeiçoamento metodológico são fundamentais para a permanência do programa.

4.3.2. PROCESSO PARTICIPATIVO

O processo participativo adotado pela Residência AU+E da UFBA possui um enfoque diferenciado daquele visto na USP. O programa de residência em si possui diferentes objetivos, apesar de estarem fundamentados na Lei da Assistência Técnica e possuírem a prerrogativa de integrar as comunidades atendidas ao processo de trabalho.

As professoras Heliana Rocha e Maria Moura da FAU UFBA desenvolveram a Espiral da Assistência Técnica, que é apresentada na disciplina de Metodologias e técnicas para projetos participativos. Ilustrada conforme a imagem a seguir:



Figura 28 - Espiral da Assistência Técnica. Fonte: (ROCHA e MOURA, 2016).

O objetivo da espiral é ilustrar como o processo participativo se configura de forma orgânica e fluida, não necessariamente seguindo uma ordem rígida. A sequência lógica pode sofrer transformações e a ordem das etapas ser modificada sem prejuízo da sua essência. A primeira etapa consiste no encontro entre as equipes e a comunidade, para isso aspectos como a criação de um ambiente acolhedor e a apresentação criativa devem ser valorizados. Na segunda etapa, as necessidades das comunidades devem ser comunicadas mediante rodas de conversa, biomapa, contação de histórias e diálogo. A imagem abaixo ilustra a aproximação dos residentes para estabelecer o diálogo com a comunidade.



Figura 29 - A arquiteta residente Elisete Vidotti dialoga com moradores do entorno do Parque Teodoro Sampaio, na Mata Escura. Foto: (CAU/BR, 2018).

A terceira etapa consiste no sonhar junto, na visualização criativa das soluções de projeto, na realização de atividades lúdicas como o teatro e a contação de histórias. A quarta etapa reside na projeção, esta etapa pode ser por mandalas, desenho livre ou *world café*. Essas técnicas visam incentivar o processo criativo

e participativo nos momentos de descontração, gerados pelos intervalos de trabalhos, em outras palavras, o “cafezinho” ou o “lanche”.

No geral, as etapas caminham lado a lado com a metodologia desenvolvida no contexto da FAU UFBA para o avanço da qualidade do nível de participação das comunidades nos trabalhos realizados. A espiral da assistência técnica é uma importante ferramenta pedagógica favorecendo o aprendizado dos residentes, no campo das metodologias integrativas. Além de contribuir com a formação de profissionais com a sensibilidade do olhar, e da relação entre os atores do processo participativo.

4.4. O CASO DA RESIDÊNCIA EM ARQUITETURA E URBANISMO DA USP

A experimentação no contexto da USP foi além da extensão universitária e dos escritórios modelos. Em dezembro de 2015, a FAU firmou parceria com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano da Prefeitura de São Paulo concebendo o Programa de Residência em Arquitetura e Urbanismo: Planejamento e Gestão Urbana, no âmbito da extensão ao curso de graduação (USP, 2019). A Residência da FAUUSP surgiu num contexto de produção projetual voltada ao interesse social, e em contestação e questionamento da cidade e do solo urbano como um produto do mercado imobiliário.

Do ponto de vista do arranjo institucional, a Residência na FAUUSP surgiu por meio da aprovação de uma lei municipal, Lei 15.764 de 2013, que criou a Assessoria de Pesquisa Aplicada e Fomento (APAF). Essa lei possibilita a realização de parcerias e convênios entre a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e as instituições de ensino, no caso a FAUUSP, para formular e implementar políticas públicas. Assim, foi criada a Residência pioneira da USP, de modo a estabelecer bases para um programa permanente (LEME e MARTINS, 2018).

A primeira versão do programa de especialização da USP foi realizada entre novembro de 2015 e novembro de 2016, e possuía 32 residentes, formados há

no máximo cinco anos. As disciplinas foram ministradas pelos docentes da FAUUSP e foram elaboradas especialmente para a Residência. Os professores também participaram como tutores nas atividades práticas junto às comunidades nas Subprefeituras.

O programa de Residência foi organizado em três módulos de quatro meses, resumido da seguinte forma:

Modulo 1: Teórico e prático

Modulo 2: Teórico e prático

Modulo 3: Finalização e apresentação do trabalho final

O quadro abaixo, ilustra de forma detalhada o Plano de Trabalho do Programa de Residência da FAUUSP:

		PRIMEIRO MÓDULO	SEGUNDO MÓDULO	TERCEIRO MÓDULO
		PLANEJAMENTO / URBANISMO	GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	O ESTADO E A ESFERA PÚBLICA / PROPOSTAS
FAU USP	AULAS TEÓRICAS	Processos e métodos de planejamento e gestão urbana. Processos, Planos e Projetos Urbanísticos de São Paulo.	Gestão local e Qualificação Urbana. Contratos e gestão urbana.	O estado e a esfera pública Orientação de Projetos e Monografia.
	PRODUTOS	Monografia sobre cada Subprefeitura.	Exercícios [Reflexão e aprofundamento do tema das aulas].	Projetos individuais de cada residente: Reflexão / Proposição.
SUBPREFEITURAS SMDU	TRABALHOS	Levantamento e interação com setores e subprefeituras.	Articulação com setores e Conselhos Regionais Conferência da Cidade Participação.	Devolutiva para Conselhos Articulação final com GTs.
	SÍNTESE	Mapas síntese / Problematização.	Formação para o processo participativo. Sistematização e processamento.	Revisão dos mapas.
	PRODUTOS	Propostas preliminares [desenvolvidas para cada subprefeitura em grupos com residentes, técnicos das diversas secretarias e da subprefeitura– GTs).	Disponibilização das propostas preliminares. Linguagem revisada. QUINO [banco de dados interno].	Formatação das propostas (caderno de propostas) de Planos Regionais. Diálogo com elaboração do Projeto de Lei de Planos Regionais.

Figura 30 - Tabela do Plano de Trabalho do Programa de Residência em Planejamento e Gestão Urbana da FAUUSP. Fonte: (LEME e MARTINS, 2018).

Ao todo o curso compreendeu seis disciplinas, ministradas duas por módulo, envolvendo temas como habitação, transportes, meio ambiente e desenvolvimento urbano. As disciplinas, descritas abaixo, tinham como base a interação dialética:

Processos e Métodos de Planejamento e Gestão Urbana;

Processos, Planos e Projetos Urbanísticos de São Paulo;

Gestão Local e Qualificação Urbana;

Contratos e Gestão Pública;

O Estado e a Esfera Pública;

Orientação de Projetos e Monografias.

4.4.1. PROCESSO PARTICIPATIVO

A experiência da Residência no âmbito da USP está voltada para a gestão do território e o planejamento urbano. Assim, os principais eixos temáticos explorados pela residência são: desenvolvimento socioeconômico, gestão pública, orçamento público, planejamento e instrumentos urbanísticos, política habitacional na esfera local, fruição do espaço e processos e instituições de participação.

Nesse contexto, o processo participativo, no qual está inserida a residência acadêmica da USP, está voltado para a participação na elaboração de políticas urbanas e habitacionais. Como por exemplo a assessoria/assistência técnica para a aprovação de planos diretores municipais, e planos regionais das subprefeituras, em conexão com a aprovação das leis orçamentárias, e do plano plurianual.

Experiência de oficinas com as comunidades foram realizadas no âmbito da Residência da FAUUSP. Como no caso de Ermelino Matarazzo, onde foram desenvolvidas oficinas participativas para a promoção do diálogo entre a comunidade (MOREIRA, 2017). As oficinas seriam realizadas em parceria com as secretarias e o corpo de residentes de forma horizontalizada. De modo geral, o maior desafio para a formação de diálogos efetivos com a comunidade se dá no processo de participação popular (GORDILHO-SOUZA, 2015).

Outro caso de destaque foi o caso das oficinas na Escola Municipal Teodomiro Toledo Pisa, orientadas pelo professor Vladimir Bartalini (LEME e MARTINS, 2018). A metodologia foi estruturada a partir da realização de quatro oficinas, para aproximar os alunos da realidade das discussões territoriais. O objetivos da

oficinas era incitar a consciência ambiental mediante a problemática do córrego vizinho à escola.

A primeira oficina, denominada “A Imaginação do Ontem”, estava voltada para o resgate histórico do lugar, por meio do exercício imaginativo. O exercício foi orientado pela apresentação de mapas históricos da região, com a observação do processo de ocupação do bairro ao longo dos anos. Ao final os alunos eram instruídos a produção de maquetes de argila para facilitar o exercício criativo. A segunda, denominada “Chão Comum”, que buscava relacionar o córrego pequeno e aparentemente isolado, à bacia hidrográfica na qual o córrego está inserido. Foi utilizado o recurso de vídeo a partir do Google Earth para mostrar aos alunos a conexão entre o pequeno córrego sem nome e a cidade de Buenos Aires. Essa atividade foi bastante produtiva para despertar a imaginação e a relação entre as partes e o todo, um único sistema. Após o vídeo, foi pedido aos alunos que desenhassem o percurso do córrego até a cidade de Buenos Aires, e essa atividade também proporcionou bastante envolvimento dos alunos, conforme demonstrado nos desenhos:

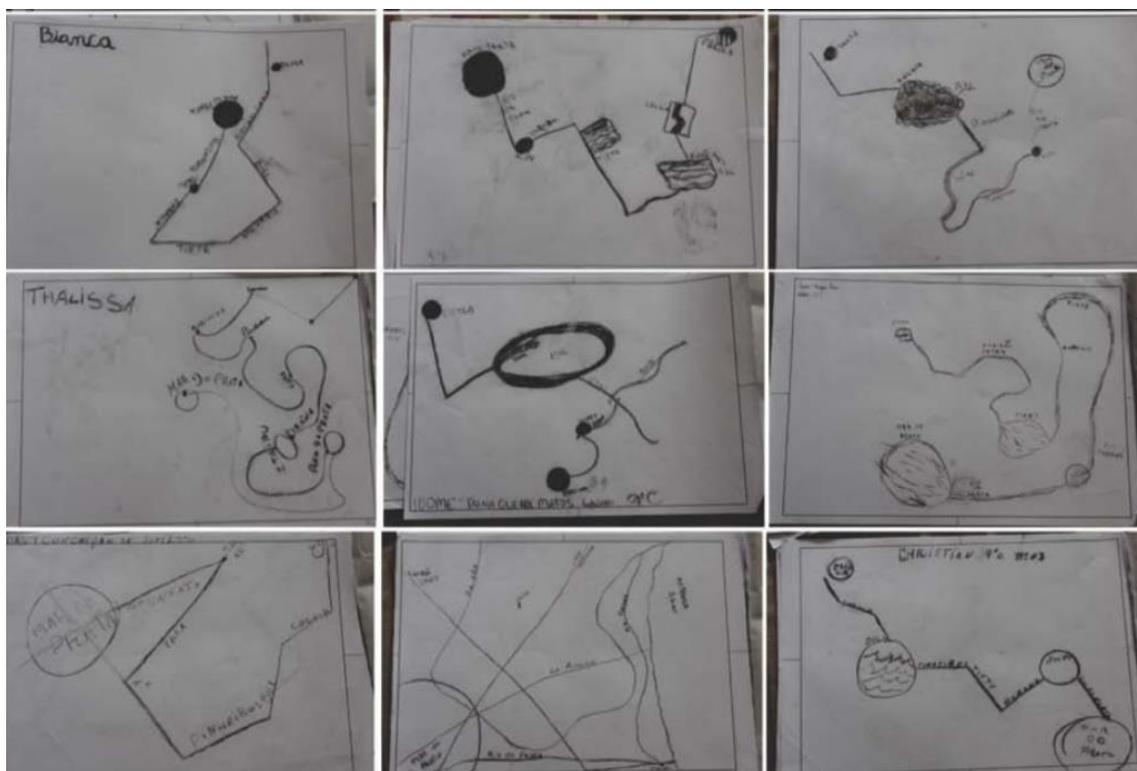


Figura 31 - Desenhos dos alunos da Escola Municipal Teodomiro Toledo Pisa. Fonte: Angel (IN (LEME e MARTINS, 2018)).

Já na terceira oficina “A Atmosfera do Lugar”, buscou perceber os aspectos mais peculiares do córrego e de sua vizinhança imediata, por meio de uma caminhada. A quarta oficina, denominada “Uma Pequena Mudança no Cotidiano”, preconizava a criação de um nome para o córrego, como forma de apropriação do espaço pelos alunos.

Conforme visto, o caso da Residência em Arquitetura e Urbanismo: Planejamento e Gestão Urbana da FAUUSP, possui o enfoque na área de assessoria técnica em planejamento urbano. As questões relativas ao processo participativo estão ligadas ao planejamento urbano de forma ampla. Percebemos, portanto, as diversas possibilidades que o enfoque participativo pode adotar dentro da mesma linha de pesquisa.

Para o enquadramento na área da assistência técnica voltada à participação social, ainda contamos com a experiência da FAU UFBA que desempenha outro tipo de enfoque participativo. A pesquisa se torna ainda mais relevante ao demonstrar as diversas possibilidades de atuação da AT, que são resultantes das maiores necessidades e demandas locais.

4.5. OS CAMINHOS PARA AS PRÓXIMAS RESIDÊNCIAS ACADÊMICAS

O campo da assistência técnica está em franco desenvolvimento no Brasil, a legislação brasileira que regulamenta o instrumento do Estatuto da Cidade, aprimorando a política urbana, de fato contribuiu para essa expansão. Com esse estudo percebemos a existência de alguns degraus no caminho para a implantação dos programas de Residência em Assistência Técnica.

Um primeiro passo seria a ampliação dos cursos de arquitetura e urbanismo, e da atuação na extensão universitária de grupos e escritórios modelos voltada para a assistência técnica. É a partir da experimentação na prestação de assistência técnica às comunidades que os processos e as metodologias de atuação vão sendo construídas e definidas.

Para a implantação de uma pós-graduação em assistência técnica é necessário o envolvimento do corpo docente nas ações que vão ao encontro das comunidades. Além disso, experiências no campo da extensão em assistência técnica também são fundamentais para a estruturação do curso de especialização na pós-graduação.

A formação de parcerias com os gestores públicos só é possível com a realização de experimentações emergentes, ou seja, quando a academia sai da sua zona de conforto e vai ao encontro da comunidade. Outro aspecto fundamental que surge com a experimentação é o estabelecimento de uma conduta metodológica que deve guiar os trabalhos de campo. Sem esses dois principais aspectos frutos da prática, a idealização da residência fica, sem dúvida, prejudicada.

4.6. CONCLUSÃO

Neste capítulo buscou-se explorar os conceitos de Residência Acadêmica, o histórico dos programas de pós-graduação em Residência Acadêmica em Arquitetura e Urbanismo, o caso pioneiro da Residência da FAU UFBA, e o caso da Residência em Arquitetura e Urbanismo: Planejamento e Gestão Urbana da FAUUSP.

Podemos perceber que existem diversas experiências de assistência técnica e extensão universitária no Brasil: grupos coletivos e autônomos, escritórios modelos, grupos de pesquisa, e ações isoladas ou permanentes no âmbito das universidades federais. O conceito de assistência técnica está em pleno processo de desenvolvimento e expansão no Brasil, e os casos da UFBA e da USP são exemplos do progresso institucional brasileiro.

Pode-se concluir que alguns aspectos são fundamentais para a realização e implantação das Residências Acadêmicas em Assistência Técnica em Arquitetura e Urbanismo: a realização de experiências com comunidades reais; a elaboração ou estruturação de uma linha metodológica de trabalho; e o

estabelecimento de parcerias locais a fim de garantir a efetivação das resoluções propostas pelos alunos residentes do programa. Tais critérios são fruto de uma pesquisa extensa no campo da assistência técnica dentro da Universidade Federal Pública, com as exceções da USP e da UEMA. Entretanto não são critérios absolutos e irrefutáveis, apenas demonstram as experiências realizadas e os caminhos já percorridos nas extensões universitárias.

Experimentações diversas foram realizadas no âmbito das residências da UFBA e da USP, entretanto ambas possuíam um objetivo comum, que é a prestação de assistência técnica às famílias de baixa renda. A UFBA possui objetivo de fortalecer os planos e os programas municipais vinculados ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social; de apoiar a elaboração de projetos e consórcios municipais; de apoiar entidades na elaboração de propostas de fomento de financiamento de projetos; e principalmente de fomentar a criação de uma rede nacional e internacional de assistência técnica para divulgação e promoção, e fortalecimento da assistência técnica como um todo. Já a USP possui objetivo distinto de formar profissionais engajados na formulação, revisão e fortalecimento de políticas públicas.

Ambas buscam a prestação de serviços de assistência técnica às comunidades de baixa renda, e ambas surgiram em um cenário de experimentação prévia no contexto da extensão universitária. Considera-se essencial as diversas formas de atuação das residências, bem como a diversidade de objetivos dos programas. Assim, fica claro, portanto, os vários nichos de atuação para esse formato de política pública.

5.DISSCUSSÕES E CONCLUSÕES

A assistência técnica, em suas configurações atuais, está bastante relacionada à extensão universitária e à residência acadêmica. O elo que liga esses três conceitos é a gestão democrática das cidades, prevista constitucionalmente, que está ancorado no critério de participação popular das decisões de governo. Esta dissertação buscou demonstrar de que forma esse elo se desenvolveu durante a trajetória da política habitacional brasileira, e de que forma ele se encontra no atualmente no contexto nacional e internacional.

Esta dissertação foi estruturada em 4 capítulos, pensados de forma a compreender e responder a seguinte questão de pesquisa: “de que forma a metodologia participativa voltada à extensão universitária e à residência acadêmica, no âmbito da assistência técnica, pode contribuir de forma efetiva para a gestão democrática das cidades?”.

Portanto, no Capítulo 2 – Assistência Técnica e a Gestão Democrática das Cidades – foi visto de que forma de deu o processo histórico de consolidação da política pública voltada para a habitação. O foco está na forma como o estado lidava com as questões habitacionais, principalmente com a população de baixa renda. Foi visto que, inicialmente, não havia qualquer tipo de diálogo com os moradores de favelas ou cortiços. Pelo contrário, havia um discurso higienista e estético que se sobrepunha aos direitos sociais, ao direito à cidade e ao direito à moradia digna. Diversas ações de derrubada de casas foram desencadeadas pelo governo durante muito tempo no Brasil.

A partir da década de 1930, houve uma mudança no olhar do governo sobre as populações periféricas da cidade. A partir de então, surge a necessidade de se tratar de habitação como política, ou seja, o estado deve ter um olhar especial para setor. Esse é o período dos planos e dos conjuntos habitacionais. Apesar de representar um avanço no trato público com a demanda da população, esse período também foi alvo de críticas. Tanto por questões urbanísticas, com conjuntos afastados dos centros urbanos e distantes de equipamentos importantes; como por questões de favorecimento aos grandes investidores do mercado imobiliário, como bancos e construtoras.

Esse mecanismo perdurou por muitas décadas no cenário brasileiro, até que foi relançado como um novo nome: Programa Minha Casa Minha Vida. A lógica da produção habitacional continuou a mesma, exceto pela variação desse Programa com o Entidades. A política caminha agora para uma produção a nível local, de forma pontual e por demanda. Esse grande passo, também se tornou possível pela Lei da Assistência Técnica.

A atuação da assistência técnica ainda caminha de forma tímida no Brasil, por isso, as bases para a atuação em escalas cada vez maiores devem ser estudadas a fundo e compreendidas em essência. Por meio da idealização do processo é possível a construção das diretrizes e metas bem definidas para a efetivação das políticas públicas.

A questão da separação entre projeto e obra ainda é um desafio para os profissionais envolvidos, pois o projeto só completa o seu ciclo com a realização das obras e a resolução das demandas do cliente. Por isso, a discussão profunda acerca dos níveis de participação da população, e da legitimidade dos processos autogeridos e da autoconstrução. Porém, conforme dito, o objetivo é explorar as formas de atuação, analisando as possibilidade de ampliação das escalas de atuação.

Conforme a estrutura do trabalho, a tese foi desenvolvida a partir da ideia positiva acerca do processo participativo, que, posteriormente, foi confrontada com diversos argumentos negativos, de cunho ideológico, no sentido de gerar a antítese. Como resultado do processo dialético de tese e antítese, a síntese é gerada, ou seja, o resultado da ponderação ideológica. Portanto, a atuação dos processos participativos se faz necessária para ampliar o alcance das políticas públicas no cenário atual, devido às lacunas na estrutura existente.

Dessa forma, é reconhecido, de fato, a importância e a necessidade dos processos participativos, de autogestão e autoconstrução, pois promovem a transformação social, por meio da agregação da comunidade, e, simultaneamente, envolvem a comunidade no pensamento político para a tomada de decisões.

O campo da assistência técnica está em franco desenvolvimento no Brasil, a legislação brasileira que regulamenta o instrumento do Estatuto da Cidade, aprimorando a política urbana de fato contribuiu para essa expansão. Com esse estudo percebemos a existência de alguns degraus no caminho para a implantação dos programas de Residência em Assistência Técnica.

Já no Capítulo 3 – Assistência Técnica e Extensão Universitária: Experiências – buscou-se elencar as experiências desenvolvidas nacional e internacionalmente, para verificar o nível de estruturação e desenvolvimento metodológico alcançado até o momento.

O processo participativo é amplamente estudado nesta dissertação. Sempre que possível, buscou-se a compreensão da metodologia utilizada pelos grupos e escritórios modelos, tanto no Brasil, como nos EUA. Em diversos casos não foi possível identificar a metodologia, os métodos, ou as técnicas utilizadas para viabilizar a participação da comunidade. Isso pode ser explicado por diversos fatores, como por exemplo, o nível de maturidade do grupo que conduz o projeto. Grupos mais novos, tendem a focar em promoção de grupos de estudo, pesquisas e palestras relacionadas ao tema assistência técnica e direito à cidade. Outros grupos, que possuem um tempo maior de atuação, inclusive com a realização de atividades práticas como desenvolvimento de projetos em comunidades e realização de mutirões, tendem a estruturar melhor uma linha de atuação nessas comunidades.

Muitos casos demonstraram a pertinência e a relevância do estudo do histórico de atuação do poder público no âmbito da habitação social. Muito evoluiu ao longo do século XX a forma de intervenção do Estado na propriedade privada, inclusive durante os governos de esquerda no século XXI. Porém, com os conflitos e mudanças no direcionamento político brasileiro, algumas questões foram colocadas em cheque, como a suspensão do Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades – durante o governo de Michel Temer (MÜHLE, LOPES e PRESSER, 2017).

O Capítulo 4 – Assistência Técnica, Extensão na Pós-Graduação e Residência Acadêmica: Caminhos – buscou-se verificar os casos de residência acadêmica

já atuantes no Brasil. Nota-se que o desenvolvimento de um programa de residência demanda experiência prévia na área de assistência técnica. A estruturação de uma equipe atuante no âmbito da extensão universitária viabiliza a formulação de parcerias entre universidades e entidades públicas. Não apenas isso, mas também viabiliza a formulação de uma metodologia participativa que permite a atuação junto às comunidades.

Portanto, conforme verificado nas experiências e nos caminhos trilhados pela assistência técnica, percebemos a explosão desse processo no Brasil. O novo paradigma se perfaz por meio da atuação horizontalizada do processo participativo. Assim, a extensão universitária e a residência acadêmica se consolidam como assistência técnica no âmbito da política habitacional. Novos horizontes são criados a partir da atuação menos heterônoma do estado, possibilitando a atuação mais autônoma da sociedade, viabilizando o cumprimento dos objetivos da lei maior de gestão democrática das cidades e justiça social na política urbana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRICÓ. Indiana - Projeto entre cidades de direitos e cidades de privilégio: disputando narrativas na comunidade Indiana Tijuca. **ABRICÓ**, 2019. Disponível em:

<https://emaubrico.wixsite.com/abricoufrj/indiana?fbclid=IwAR2c_jfNPfTlaCRF8WmODE6ZEBYViHoYRmfSYOejBGmzdbaJyLFUmzZDtuA>.

ALBERNAZ, M. P. et al. Resistência e Melhoria Habitacional: reflexões sobre uma atuação dialógica junto à Comunidade Indiana na cidade do Rio de Janeiro.

XVII ENANPUR, São Paulo, 2017. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/XVII.ENANPUR_Anais/ST_Sessoes_Tematicas/ST%2011/ST%2011.2/ST%2011.2-02.pdf>.

ALIPRANDI, D. C. PROEXT - IF - FLUMINENSE "Arquitetura, inclusão e cidadania: Projetos de extensão para áreas de habitação de interesse social no Município de Campos dos Goytacazes/RJ". **Capacidades**, 2016. Disponível em: <<http://www.capacidades.gov.br/blog/detalhar/id/97/post/790/param/ativos>>.

AMA. Ateliê Modelo de Arquitetura. **AMA**, 2019. Disponível em: <<https://amaufsc.wordpress.com/o-ama/>>.

AMAPÁ, D. D. Parceria garante melhorias em conjunto habitacional da zona norte. **Diário do Amapá**, 13 Fevereiro 2017. Disponível em: <<https://www.diariodoamapa.com.br/cadernos/cidades/parceria-garante-melhorias-em-conjunto-habitacional-da-zona-norte/>>.

AMORE, C. S. Assessoria e Assistência Técnica: Arquitetura e Comunidade na Política Pública de Habitação de Interesse Social. **URB FAVELAS: II Seminário Nacional sobre Urbanização de Favelas**, 2016. Disponível em: <<http://www.sisgeenco.com.br/sistema/urbfavelas/anais2016/ARQUIVOS/GT4-207-216-20160815014417.pdf>>.

ANDRADE, L. M. S. D. Periférico, trabalhos emergentes: participação social na elaboração de projetos de arquitetura e urbanismo nos TFGs da FAU/UnB. **XVII Enanpur**, São Paulo, 2017.

ANDRADE, L.; LEMOS, N. Qualidade do projeto urbanístico - sustentabilidade e qualidade da forma urbana. In: BLUMENSCHHEIN, R. N.; PEIXOTO, E. R.; GUINANCIO, C. **Avaliação da qualidade da habitação de interesse social: projetos urbanístico e arquitetônico e qualidade construtiva**. Brasília: UnB, FAU, 2015. Cap. 1, p. 19-100.

ARAÚJO, A. C. O. D.; PARDO, M. R. Curiar: 5 anos de resistências do escritório modelo. **XVII ANPUR**, 2017. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/XVII.ENANPUR_Anais/ST_Sessoes_Tematicas/ST%2011/ST%2011.1/ST%2011.1-02.pdf>.

ARAVECCHIA-BOTAS, N. **Estado, arquitetura e desenvolvimento: a ação habitacional do Iapi**. São Paulo: Editora Unifesp, 2016.

ARCHDAILY. Os melhores trabalhos de conclusão de curso do Brasil e Portugal em 2017. **ArchDaily**, 2017. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/885183/os-melhores-trabalhos-de-conclusao-de-curso-do-brasil-e-portugal-em-2017>>.

BALTAZAR, A. P.; KAPP, S. **Assessoria técnica com interfaces**. IV ENANPARQ. Porto Alegre: [s.n.]. 2016.

BLUMENSCHHEIN, R. N.; PEIXOTO, E.; GUINANCIO, C. **Avaliação da qualidade da habitação de interesse social: projetos urbanístico e arquitetônico e qualidade construtiva**. Brasília: UnB, Fau, 2015.

BÖHM, T. Minha Casa Minha Vida não reduziu o deficit habitacional, afirma estudo. **Senado**, 2018. ISSN 622. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/538499/Cidadania_622.pdf?sequence=1>.

BONDUKI, N.; KOURY, A. P. **Os pioneiros da habitação social**. São Paulo: Edições Sesc, v. I, 2014.

BORGES, A. H.; MEDEIROS, C. M. R. D.; CERQUEIRA, M. C. T. D. O ninho vazio. **VII Encontro da Rede de Estudos Rurais**, 2016. Disponível em: <http://www.redesrurais.org.br/wp-content/uploads/2016/10/11_1.pdf>.

BOSE, M. et al. **Community Matters: Service-learning in engaged design and planning**. [S.l.]: [s.n.], 2014.

BRASIL. Decreto-Lei Nº 200, de 25 de Fevereiro de 1967. **Presidência da República**, 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0200.htm>.

BRASIL. Constituição Federal da República Federativa do Brasil. **Planalto**, Brasília, 1988. Disponível em: <<http://planalto.gov.br>>. Acesso em: 26 Outubro 2016.

BRASIL. Estatuto da Cidade. **Planalto**, 2001. Disponível em: <<http://planalto.gov.br>>. Acesso em: 4 Abril 2018.

BRASIL. Lei da Assistência Técnica. **Lei Nº 11.888, de 24 de Dezembro de 2008**, 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11888.htm>. Acesso em: 8 Fevereiro 2018.

BRASIL. Planalto. **Presidência da República**, 2008. Disponível em: <<http://planalto.gov.br>>. Acesso em: 25 Abril 2018.

CAIO SANTO AMORE, L. Z. S. E. M. B. C. R. **Minha Casa. e a cidade?** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

CARDOSO, F. S.; AMORE, C. S. **Assessoria e Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social no Brasil**. XV Coloquio Internacional de Geocrítica Las ciencias sociales y la edificación de una sociedad post-capitalista. Barcelona: [s.n.]. 2018.

CAU/BR. Assistência Técnica: Residência da UFBA já capacitou 73 arquitetos e urbanistas. **Conselho de Arquitetura e Urbanismo**, 2018. Disponível em: <<http://www.caubr.gov.br/assistencia-tecnica-residencia-da-ufba-ja-capacitou-73-arquitetos-e-urbanistas/>>.

CAU/BR. Seminário CEAU-CAU/DF e FNA discute Lei de Assistência Técnica, 2018. Disponível em: <<http://www.caubr.gov.br/seminario-debate-10-anos-da-lei-de-assistencia-tecnica-em-habitacao-de-social/>>.

CAU/BR: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil, 2015. Disponível em: <<http://caubr.com.br>>. Acesso em: 31 Julho 2018.

CAVALCANTE FILHO, J. T. **Direito constitucional objetivo: teoria e questões**. 2ª Edição rev. e atual. ed. Brasília: Alumnus, 2013.

CAVALCANTE, F. B. et al. Projeto de Reforma da Creche Aprisco Utilizando Metodologia Participativa. **CANTOUFC-BLOG**, 2012. Disponível em: <<http://cantoufc-blog.tumblr.com/artigos>>.

CÉLULA. Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo - UFES. **IJSN ES**, 2019. Disponível em: <<http://www.ijsn.es.gov.br/component/attachments/download/3648>>.

CHALHOUB, S. **Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CIAM. Carta de Atenas de novembro de 1933 - Assembléia do CIAM - Congresso Internacional de Arquitetura Moderna. **Portal Iphan**, Atenas, 1933. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br>>. Acesso em: 25 Outubro 2016.

COAR, L. Cavers family Barn / Clearwater / Junctions patio extension. **Lancelot Coar**, 2017. Disponível em: <<http://lancelotcoar.com/cavers-family-barn/>>.

CODHAB. Sobre a CODHAB. **CODHAB**. Disponível em: <<http://www.codhab.df.gov.br/pagina/31>>. Acesso em: 31 Março 2018.

CONDE, P. D. Conjunto Ademário Régis é o primeiro beneficiado pelo projeto "Mutirão na Vizinhança" em Conde. **http://conde.pb.gov.br/noticias/conjunto-ademario-regis-e-o-primeiro-beneficiado-pelo-projeto-201cmutirao-na-vizinhanca201d-em-conde**, 2018. Disponível em: <<http://conde.pb.gov.br/noticias/conjunto-ademario-regis-e-o-primeiro-beneficiado-pelo-projeto-201cmutirao-na-vizinhanca201d-em-conde>>.

COSTA, W. W. F. et al. Avaliação das ações do projeto de extensão "Morar Bem": Assistência Técnica em Arquitetura e Engenharia. **Jornada de Iniciação Científica e Extensão - JICE**, Palmas, 2018. Disponível em: <<http://propi.ifto.edu.br/ocs/index.php/jice/9jice/paper/viewFile/9096/4244>>.

COURB. Projetos selecionados para Mostra de Urbanismo Colaborativo. **Instituto de Urbanismo Colaborativo**, 2018. Disponível em: <<http://www.courb.org/pt/projetos-selecionados-para-mostra-de-urbanismo-colaborativo/>>.

CRIAR. CRIAR. **Centro Representativo Independente de Arquitetura e Urbanismo**, 2018. Disponível em: <http://criarufs.wixsite.com/oficial/oque?fbclid=IwAR30wDm7NoYcd6eul8w40Gr9RJ1IZYqz30LFIqguV6vW4RgEY0Pk_44ecbo>.

CUT. Assistência Técnica. **Revista Projetar**, n. Edição Especial. Disponível em: <www.athis.org.br>. Acesso em: 2018.

D'OTTAVIANO, C.; ROVATI, J. **Para além da sala de aula. Extensão universitária e Planejamento urbano e regional**. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo e Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2017.

DE OLIVEIRA, F. O Estado e a Exceção ou o Estado de Exceção? **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Recife, v. 5, p. 9-14, Maio 2003. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/5139/513952497002.pdf>>.

DE OLIVEIRA, F. O vício da virtude: autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil. **Novos Estudos: CEBRAP**, p. 67-85, Março 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n74/29640.pdf>>.

DEBOARD, G.-E. Teoria da Deriva. In: JACQUES, P. B. **Apologia da Deriva: Escritos situacionais sobre a cidade**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 1958. p. 87-91.

DENHARDT, R. B. **Teorias da Administração Pública**. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

EMAV. Escritório Modelo Albano Volkmer. **EMAV UFRGS**, 2018. Disponível em: <<https://emavufrgs.wordpress.com/>>.

E-MEC. Instituições de Educação Superior e Cursos Cadastrados. **e-MEC**, 2019. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/>>.

EREA. Momento EMAU. **EREASSA 2017**, 2017. Disponível em: <<http://ereassa2017.wixsite.com/ereassa2017>>.

ESCALA. EMAU ESCALA. **UFMS - Escala**, 2019. Disponível em: <<http://ufms-escala.tumblr.com/sobre>>.

FAUED. Núcleos de Pesquisa. **FAUeD**, 2019. Disponível em: <<http://www.faued.ufu.br/node/70>>.

FELDMAN, S. **O Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU): avanços, limites e ambiguidades (1964-1975)**. I ENANPARQ. Rio de Janeiro: [s.n.]. 2010.

FENEA. **Carta de definição para Escritórios Modelo de Arquitetura e Urbanismo**. Federação Nacional dos Estudantes de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. Florianópolis: [s.n.]. 2007.

FENEA. Federação Nacional de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. **FENEA**, 2018. Disponível em: <<http://www.fenea.org>>.

FERREIRA. **Habitação de Interesse Social: aspectos históricos, legais e construtivos**. 1ª Edição. ed. Rio de Janeiro: Interciência, 2015.

FERREIRA, G. J. R. et al. **Assessoria Técnica para Projeto habitacional em Parceria com a ONG Afago**. IV Congresso de Extensão e IV Mostra de Arte e Cultura. Cubatão: [s.n.]. 2017.

FERRO, S. **Usina: entre o projeto e o canteiro**. São Paulo: [s.n.], 2015.

FONTENELE, C. M. et al. Organização do XVI Seminário Nacional de Escritórios Modelo de Arquitetura e Urbanismo. **CANTOUFC-BLOG**, 2012. Disponível em: <<http://cantoufc-blog.tumblr.com/artigos>>.

FORPROEX. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus: [s.n.], 2012. Disponível em: <<http://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>>.

FRAGA, E. Iniciativa mantém 10 postos de assistência técnica na periferia de Brasília. **CAU-BR**, 2018. Disponível em: <<http://www.caubr.gov.br/postos-assistencia-tecnica-periferia-df/>>.

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação?** São Paulo: Editora Paz e Terra, 1985.

FURG. Cursos de Graduação. **FURG**, 2019. Disponível em: <https://www.furg.br/bin/link_servicos/index.php>.

GEPSA/UFOP. Grupo de Estudos e Pesquisas Socioambientais. **Facebook**, 2019. Disponível em: <<https://www.facebook.com/Gepsaufop-203116736741705/>>.

GONÇALVES, J. M. Z. **Curso de Arquitetura e Urbanismo - Proposta preliminar para o novo Projeto Pedagógico de Curso (PPC) 2013**. [S.l.]: CAU UFPR, 2013. Disponível em: <http://www.cau.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/03/PPC_CAU-13.11.2013.pdf>.

GORDILHO SOUZA, A. M. **Moradia Disgna e Assistência Técnica: como os estudos, pesquisas e projetos de arquitetura e urbanismo estão avançando?** Porto Alegre: IV ENANPARQ. 2016.

GORDILHO SOUZA, A. M. **Residência em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia: implantação de um programa em ensino, pesquisa e extensão na UFBA**. São Paulo: [s.n.]. 2017.

GORDILHO-SOUZA, A. **Pelo direito à cidade**. Salvador: Jornal A Tarde, 2013. Disponível em: <<http://residencia-aue.ufba.br>>. Acesso em: 26 Outubro 2016.

GORDILHO-SOUZA, A. **Assistência técnica em habitação na universidade pelo direito à cidade: interlocuções institucionais**. III ENANPARQ. São Paulo: [s.n.]. 2014.

GORDILHO-SOUZA, A. M. **Residência Profissional**: Experiência Inovadora em Ensino, Pesquisa e Extensão, na Implantação da Residência AU+E/UFBA. 4º Seminário Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. [S.l.]: [s.n.]. 2015.

GOUVÊA, L. A. D. C. **Habitação popular no Brasil**: uma história de exclusão, segregação e construção de ocas, senzalas, casas e apartamentos. São Paulo: Annablume Geografias, 2016.

HARA, J. Portifolio Arquitetura e Urbanismo 2018. **Issuu**, 2018. Disponível em: <https://issuu.com/julianahara/docs/juliana_hitomi_hara_-_portfolio_201_04d0190bdfda6c>.

HARVEY, D. **Cidades rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HOMERO, V. Subúrbios: 150 anos de história carioca. **FAPERJ**, 30 Janeiro 2014. Disponível em: <<http://www.faperj.br/?id=2615.2.3>>.

IAB. **Manual para Implantação da Assistência Técnica Pública e Gratuita a Famílias de Baixa Renda para Projeto e Construção de Habitação de Interesse Social**. [S.l.]: Instituto dos Arquitetos do Brasil, 2010. Disponível em: <<http://www.iab.org.br/sites/default/files/documentos/manual-para-implantacao-da-assistencia-tecnica-publica-e-gratuiata.pdf>>.

IBGE. Projeção da população do Brasil e das Unidades da Federação. **IBGE**, 2019. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>>.

IFTO. Bacharelado. **IFTO**, 2016. Disponível em: <<http://www.ifto.edu.br/ifto/cursos/presenciais/graduacao/bacharelado>>.

ILUSTRADA, R. Cabeça de Porco. **Projeto Memória**. Disponível em: <http://www.projetomemoria.art.br/OswaldoCruz/verbetes/cabeça_porco.html#>

.

INDISCIPLINAR, I. D. P. O Grupo. **IndisciplinarGrupo de Pesquisa Indisciplinar**, 2019. Disponível em: <<http://blog.indisciplinar.com/ogrupos/>>.

KAPP, S.; CARDOSO, A. L. Marco teórico da Rede Finep de Moradia e Tecnologia Social - Rede Morar T.S. **RISCO - Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo**, São Paulo, 2013. Disponível em: <file:///C:/Users/luks_/Downloads/83050-Texto%20do%20artigo-115193-1-10-20140717.pdf>.

LABTAR. Sobre o LABTAR. **LABTAR UFES**, 2016. Disponível em: <http://labetar.ufes.br/labetar/>.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LEME, M. C. D. S.; MARTINS, M. L. R. (. **Residência em Arquitetura e Urbanismo na Universidade de São Paulo**. São Paulo: FAUUSP, 2018. Disponível em: <http://www.fau.usp.br/arquivos/ccex/Residencia%20FAUUSP_Volume%201.pdf>.

MALTA, A. Demolição do Morro do Castelo. **Brasiliiana Fotográfica**, 1922. Disponível em: <http://brasilianafotografica.bn.br/brasiliana/handle/20.500.12156.1/4652>.

MALTA, A. Av. Central (Av. Rio Branco com Rua Sete de Setembro). **Brasiliiana Fotográfica**. Disponível em: <http://brasilianafotografica.bn.br/brasiliana/handle/20.500.12156.1/4289>.

MARICATO, E. Por um novo enfoque teórico na pesquisa sobre habitação. **Cadernos Metr pole** **21**, 2009. 33-52. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/viewFile/5954/4308>.

MARICATO, E. **O impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2011.

MARICATO, E. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MEC. Histórico. **Rede Federal**, 2016. Disponível em: <http://redefederal.mec.gov.br/historico>.

MENDONÇA, L. F. Projeto Morar Bem - Assistência Técnica em Arquitetura. **Portal IFTO**, 2018. Disponível em: <<http://portal.ifto.edu.br/ifto/reitoria/pro-reitorias/proex/projetos-de-extensao/areas-tematicas/meio-ambiente/projeto-morar-bem-assistencia-tecnica-em-arquitetura>>.

MORAES, G. Mapa dos Institutos Federais no Brasil. **IFBA**, 2017. Disponível em: <<http://portal.ifba.edu.br/menu-institucional/documento/pdi/normas-e-leis/mapa-dos-institutos-federais-no-brasil.pdf/view>>.

MORAIS, M. D. P. Breve Diagnóstico sobre o Quadro Atual da Habitação no Brasil. **POLÍTICAS SOCIAIS**, 2002. 109-118. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/politicas_sociais/BREVE_4.pdf>.

MOREIRA, R. E. A. Interlucções Institucionais: A Experiência da Residência em Planejamento e Gestão Urbana. **XVII ENANPUR**, São Paulo, 2017. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/XVII.ENANPUR_Anais/ST_Sesoes_Tematicas/ST%2011/ST%2011.5/ST%2011.5-04.pdf>.

MÜHLE, B.; LOPES, M. V.; PRESSER, V. **Extensão Universitária enquanto Assessoria Técnica: Experiência com o Assentamento Dom Pedro Casaldáliga - Cajamar, SP. São Paulo: XVII ENANPUR. 2017.**

NOGUEIRA, P. Discutindo a Lógica da Autoprodução de Moradias. **Oculum ens.**, Campinas, p. 57-72, 2013. Disponível em: <<http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/oculum/article/viewFile/1927/1737>>.

NOGUEIRA, P. S. **Práticas de Arquitetura para Demandas populares: a experiência dos Arquitetos da Família.** Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da UFMG, 2010.

OLIVEIRA, S. D. C. D.; SOARES, W. F.; COELHO, F. F. D. M. **Soluções Integradas de Arquitetura e Design para a População em Situação de Vulnerabilidade Social e Ambiental do Entorno do IFMG.** [S.l.]: [s.n.]. 2016.

PEQUENO, R.; ROSA, S. V. Inserção urbana e segregação espacial: análise do Programa Minha Casa Minha Vida em Fortaleza. In: AMORE, C. S.; SHIMBO, L. Z.; RUFINO, M. B. C. **Minha casa. e a cidade avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados brasileiros**. 1ª Edição. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. p. 428.

PINHEIRO, F. J. Entre 2014 e 2015, o déficit habitacional aumentou em 20 dos 27 estados brasileiros. **Fundação João Pinheiro**, 2018. Disponível em: <<http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/noticias-em-destaque/4154-fundacao-joao-pinheiro-divulga-resultados-do-deficit-habitacional-no-brasil>>. Acesso em: 2019.

PINHEIRO, J. D. K. S.; FERNANDES, T. **Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo como atividade de extensão universitária: métodos de aproximação entre técnicos e comunidade**. São Paulo: [s.n.]. 2017.

PPGAU. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbansimo. **SIGAA UFRN**, 2018. Disponível em: <https://sigaa.ufrn.br/sigaa/public/programa/apresentacao.jsf?lc=pt_BR&id=102>.

PRAXIS. Bem-vindo! **Práticas Sociais no Espaço Urbano**, 2019. Disponível em: <<http://praxis.arq.ufmg.br/>>.

PROEX. PROGRAMA DE APOIO À REFORMA URBANA: CAPACITAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL, MOVIMENTOS SOCIAIS E PROFISSIONAIS SOBRE O "DIREITO À CIDADE", MOBILIZAÇÃO E LUTAS SOCIAIS. **PROEX - UPFA**, 2018. Disponível em: <<http://proex.ufpa.br/sisae/listas/detalhes.php?EdUsulD=1178&EdID=20>>.

RESIDÊNCIA-AUE. Histórico. **Residência AUE/UFBA**, 2018. Disponível em: <<https://residencia-aue.ufba.br/pt-br/historico>>.

ROCHA, H. F. M.; MOURA, M. S. Metodologias Integrativas em projetos de Assistência Técnica para Comunidades Urbanas. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, p. 153-166, Janeiro/Abril 2016. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/rigs/article/viewFile/12464/11795>>.

ROLNIK, R. Blog da Raquel Rolnik, 2008. Disponível em: <<http://raquelrolnik.wordpress.com>>. Acesso em: 31 Julho 2018.

ROLNIK, R. **Guerra dos lugares**: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

ROLNIK, R. Nosso grande problema não é o déficit de moradia, mas sim o déficit de cidade. **Sul 21**, 2016. Disponível em: <<http://sul21.com.br/jornal/nosso-grande-problema-nao-e-o-deficit-de-moradia-mas-sim-o-deficit-de-cidade>>.

Acesso em: 3 Novembro 2016.

SANTOS, B. D. S. **A universidade do século XXI. Para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade**. 3ª Edição. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SCOBNEY, D. Broadway Park Redesign Project. **David Scobey**, Ann Arbor, 2003. Disponível em: <<https://www.davidscobey.net/broadway-park-redesign-project/>>.

SILVA, M. L. P. D. Reflexões sobre a política habitacional na Era Vargas. In: REZENDE, V. F. **Urbanismo na Era Vargas**: a transformação das cidades brasileiras. Niterói: Editora da UFF, 2012. p. 303-331.

SILVA, T. A. D. **Conceitos e evolução da administração pública**: o desenvolvimento do papel administrativo. VIII Seminário Internacional sobre Desenvolvimento regional. Santa Cruz do Sul: Universidade de Santa Cruz do Sul. 2017.

SISPPG. DADOS DO PROJETO: PAISAGENS AUTOCONSTRUÍDAS: O PAPEL DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA HABITACIONAL NA TRANSFORMAÇÃO SOCIOESPACIAL NA ZONA DA MATA MINEIRA. **Sistema de Pesquisa e Pós-Graduação**, 2017. Disponível em: <<https://www2.dti.ufv.br/sisppg/scripts/projetos/verProjeto.php#>>.

SOCIETY, H. M. Oral History. **Harvest moon Society**, 2016. Disponível em: <<http://harvestmoonsociety.org/education/community-building/>>.

SOLAR, E. Grupos de Estudos: "Metodologias de Projeto Participativo com Comunidade". **EMAU SOLAR**, 2013. Disponível em: <<http://emausolar.blogspot.com/2013/10/grupo-de-estudos-metodologias-de.html#more>>.

TAFURI, M. Problemas à guisa de conclusão. In: (ORG.), K. N. **Uma nova agenda para a arquitetura**: antologia teórica. São Paulo: Cosac Naify, 1965-1995. p. 390-397.

TECNOLOGIA, C. -C. D. Dois projetos de extensão do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFPB recebem o Prêmio Elo Cidadão 2018. **CCAU - Coordenação de Arquitetura e Urbanismo**, 28 Novembro 2018. Disponível em: <<http://www.ct.ufpb.br/ccau/contents/noticias/premio-elo-cidadao-2018>>.

TETU. Empresa. **Tetu**, 2019. Disponível em: <<http://tetujr.wixsite.com/tetu/empresa>>.

UFABC. Cursos de Graduação. **Pró-Reitoria de Graduação Universidade Federal do ABC**, 2019. Disponível em: <<http://prograd.ufabc.edu.br/cursos/?source=Portal>>.

UFAC. EMENTÁRIO. **UFAC**, 2019. Disponível em: <<https://portal.ufac.br/ementario/cursos.action;jsessionid=EB4FBB5A600EC7F69501247A810B7747>>.

UFAL. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. **UFAL**. Disponível em: <<http://www.ufal.edu.br/unidadeacademica/fau>>.

UFBA. Processo Seletivo. **Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo - Faculdade de Arquitetura da UFBA**, 2019. Disponível em: <<https://residencia-aue.ufba.br/pt-br/processo-seletivo>>.

UFCA. Cursos de Graduação. **UFCA**, 2019. Disponível em: <<https://www.ufca.edu.br/portal/ensino/cursos-de-graduacao>>.

UFCSPA. Graduação. **UFCSPA**, 2019. Disponível em: <<https://www.ufcspa.edu.br/#>>.

UFES, P. O que é extensão universitária. **UFES**, 2019. Disponível em: <<http://www.proex.ufes.br/o-que-%C3%A9-extens%C3%A3o-universit%C3%A1ria>>.

UFF. Ações. **Extensão UFF**, 2018. Disponível em: <<http://www.extensao.uff.br/>>.

UFFS. Campus Erechim: Varanda Acau promove Sarau do CEU neste sábado (23). **UFFS**, 2015. Disponível em: <<https://www.uffs.edu.br/campi/erechim/noticias/campus-erechim-varanda-acau-promove-sarau-do-ceu-neste-sabado-23-converted>>.

UFG. Escritório público da UFG oferece projetos de arquitetura, urbanismo e design. **Universidade Federal de Goiás**, 2015. Disponível em: <<https://www.ufg.br/n/81292-escritorio-publico-da-ufg-oferece-projetos-de-arquitetura-urbanismo-e-design>>.

UFGD. Cursos Presenciais. **UFGD**, 2019. Disponível em: <<https://portal.ufgd.edu.br/portal/menu/cursos-presenciais>>.

UFJF. Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo (EMAU). **UFJF**, 2019. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/servicos/2014/01/23/escritorio-modelo-de-arquitetura-e-urbanismo-emaufj>>.

UFMA. Consulta de Cursos - Graduação. **Sigaa - UFMA**, 2019. Disponível em: <<https://sigaa.ufma.br/sigaa/public/curso/lista.jsf?nivel=G&aba=p-graduacao>>.

UFMG, A. Programas e Projetos de Extensão da EAUFMG 2018. **ARQ UFMG**, 2018. Disponível em: <<http://www.arq.ufmg.br/cenex/programas/>>.

UFMG, E. Projeto Reciclar Moradias - EMAU/SLU. **ARQ.UFMG**, 2019. Disponível em: <<http://www.arq.ufmg.br/da/emaufmg/Apresentacaoframe.html>>.

UFMT. Detalhes do Projeto Regularização Fundiária na Prática: Implementação dos Instrumentos a partir da Lei Nº 13.465/2017. **Universidade Federal do Mato Grosso**, 2018. Disponível em: <<http://sistemas.ufmt.br/ufmt.siox/Projeto/Detalhes?projetoUID=3154>>.

UFPEL. Projetos. **Institucional UFPEL**, 2018. Disponível em: <<https://institucional.ufpel.edu.br/projetos/id/u461>>.

UFPR. CAU UFPR. **CAU UFPR**, 2019. Disponível em: <<http://www.cau.ufpr.br/portal/>>.

UFRA. Universidade Federal Rural da Amazônia. **UFRA**, 2019. Disponível em: <<https://novo.ufra.edu.br/>>.

UFRB. Cursos de Graduação. **UFRB**, 2019. Disponível em: <<https://ufrb.edu.br/portal/graduacao>>.

UFRRJ. Pró-Reitoria de Extensão. **UFRRJ**, 2019. Disponível em: <<http://portal.ufrj.br/pro-reitoria-de-extensao/>>.

UFS. UFS e Prefeitura de Laranjeiras firmam convênio de Assistência Técnica. **Universidade Federal de Sergipe**, 24 Julh 2017. Disponível em: <<http://reitoria.ufs.br/conteudo/58604-ufs-e-prefeitura-de-laranjeiras-firmam-convenio-de-assistencia-tecnica>>.

UFS. Departamento de Arquitetura e Urbanismo. **Ações de Extensão**, 2018. Disponível em: <<https://www.sigaa.ufs.br/sigaa/public/departamento/extensao.jsf?id=221#>>.

UFSCAR. Cursos. **Pró-Reitoria de Graduação UFSCar**, 2019. Disponível em: <<http://www.prograd.ufscar.br/cursos/cursos-oferecidos>>.

UFSJ. Escritório de Práticas Projetuais Alternativas - EPPA! **Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários**, 2019. Disponível em: <<https://ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/proex/ESCRITORIO%20DE%20PRATICAS%20PROJETUAIS%20ALTERNATIVAS%20-%20EPPA.pdf>>.

UFSM. Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo - EMAU. **UFSM**, 2018. Disponível em: <<https://www.ufsm.br/cursos/graduacao/santa-maria/arquitetura-e-urbanismo/escritorio-modelo-de-arquitetura-e-urbanismo-emaui>>.

UFTM. Cursos de Graduação. **UFTM**, 2019. Disponível em: <<http://www.uftm.edu.br/cursos>>.

UFV. Curso de Arquitetura e Urbanismo. **UFV**, 2019. Disponível em: <<http://www.au.ufv.br/>>.

UFVJM. Cursos. **UFVJM**, 2019. Disponível em: <<http://www.ufvjm.edu.br/cursos/>>.

UNB. Catálogo PEAC's. **DEX UnB**, 2019. Disponível em: <<http://dex.unb.br/catalogos-de-peacs>>.

UNIFAL. Cursos. **UNIFAL-MG**, 2019. Disponível em: <<https://www.unifal-mg.edu.br/graduacao/cursos>>.

UNIFAP. Assistência Técnica em Arquitetura e Urbanismo. **Universidade Federal do Amapá**, 2018. Disponível em: <<http://www2.unifap.br/atau/>>.

UNIFEI. Cursos Presenciais. **UNIFEI**, 2019. Disponível em: <<https://unifei.edu.br/ensino/graduacao/cursos/>>.

UNIFESP. Campus Zona Leste. **UNIFESP**, 2019. Disponível em: <<https://www.unifesp.br/campus/zonaleste/>>.

UNILA. Universidade Federal da Integração Latino-Americana. **UNILA**, 2019. Disponível em: <<https://www.unila.edu.br/>>.

UNILAB. Cursos de Graduação. **UNILAB**, 2019. Disponível em: <<http://www.unilab.edu.br/cursos-de-graduacao/>>.

UNIPAMPA. Graduação. **UNIPAMPA**, 2019. Disponível em: <<http://www.unipampa.edu.br/portal/graduacao.html>>.

UNIR. Cursos de Graduação. **UNIR**, 2019. Disponível em: <<http://www.unir.br/?pag=submenu&id=2709&titulo=Cursos%20de%20Gradua%E7%E3o>>.

UNIRIO. Graduação. **UNIRIO**, 2019. Disponível em: <<http://www.unirio.br/cursos-1/graduacao>>.

UNIVASF. Nossos Cursos. **UNIVASF**, 2019. Disponível em: <<http://portais.univasf.edu.br/apresentacao-univasf/nossos-cursos>>.

USP, F. Programa de Residência em Arquitetura e Urbanismo 2015/2016. **FAU USP**, 2019. Disponível em: <<http://www.fau.usp.br/cultura-e-extensao/residencia/>>.

UTFPR. Curso de Arquitetura e Urbanismo da UTFPR inova na maneira de ensinar. **UTFPR**, 2019. Disponível em: <<http://www.utfpr.edu.br/curitiba/estrutura-universitaria/assessorias/ascom/noticias/acervo/curso-de-arquitetura-e-urbanismo-da-utfpr-inova-na-maneira-de-ensinar>>.

UTFPR. Extensão. **Universidade Tecnológica Federal do Paraná**, 2019. Disponível em: <<http://portal.utfpr.edu.br/extensao>>.

VALLADARES, L. A gênese da favela carioca: a produção anteriores às ciências sociais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 15, n. 44, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v15n44/4145.pdf>>.

VILLA, S. B. **Avaliação pós-ocupação no Programa Minha Casa Minha Vida: uma experiência metodológica**. Uberlândia: UFU/PROEX: [s.n.], 2015. Disponível em: <https://morahabitacao.files.wordpress.com/2015/07/ipea_livro_internet1.pdf>.